



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARCEL DOS SANTOS BORBA

**ENTRE LEIGOS E FRANCISCANOS:
da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de
Dourados – MT/MS(1957-1979)**

DOURADOS-MS

2019

MARCEL DOS SANTOS BORBA

**ENTRE LEIGOS E FRANCISCANOS:
da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de
Dourados – MT/MS (1957-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – *Stricto Sensu* – da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, na Área de Concentração História, Política e Gestão da Educação, Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brazil

DOURADOS-MS

2019

MARCEL DOS SANTOS BORBA

**ENTRE LEIGOS E FRANCISCANOS:
da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados-
MT/MS (1957-1979)**

**RELATÓRIO DE DEFESA PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO**

Banca examinadora:

Professora Dr^a Maria do Carmo Brazil
(Presidente e Orientadora)

Professora Dr^a Adriana Aparecida Pinto
(Examinadora Externo)

Professora Dr^a Alessandra Cristina Furtado
(Examinadora Interno)

Professora Dr^a Kenia Hilda Moreira
(Examinadora Suplente Interno)

Dourados-MS, 28 de junho de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B726e Borba, Marcel Dos Santos

ENTRE LEIGOS E FRANCISCANOS:: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados - MT/MS(1957-1979) [recurso eletrônico] / Marcel Dos Santos Borba. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria do Carmo Brazil.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação e missão. 2. Franciscanos. 3. Ensino primário. I. Brazil, Maria Do Carmo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Dedico este trabalho à minha mãe, Lourdes
Moreira dos Santos Borba, por fazer parte desta
história, e ao meu pai, Antero Coelho Borba,
por todo esforço.

AGRADECIMENTOS

A palavra agradecer significa mostrar ou manifestar gratidão, render graças, por isso rendo graças a todos que de uma certa forma estiveram envolvidos nesta importante travessia da minha trajetória acadêmica. Rendo graças imensamente...

À minha orientadora, Dra. Maria do Carmo Brazil, pela atenção, dedicação, acolhida, mas, além disso, pelas experiências ímpares no processo de aprendizagem no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). A par da relação profissional, também e principalmente agradeço pelo carinho, pela paciência e pela amizade que está além dos muros da Universidade, vai ficar sempre em meu coração e nem mil palavras expressam essas graças.

À Banca Examinadora, constituída pelas professoras Dra. Adriana Aparecida Pinto, Dra. Alessandra Furtado e Dra. Kenia Hilda, por tecerem observações, sugestões e indicações de leituras pertinentes, tudo para o rigor e aprimoramento desta pesquisa. Aos professores do PPGEdu/UFGD, pela dedicação nas aulas ministradas, sempre cheias de saberes, e pelas significativas marcas deixadas na construção do meu conhecimento.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa de História da Educação Memória e Sociedade (GEPHEMES) pelos saberes compartilhados, pelas leituras realizadas, pelos diálogos e pelas reflexões que contribuiram no amadurecimento de questões relativas à pesquisa em História da Educação.

Aos meus familiares, meu irmão Eduardo Borba, que me brindou com lindos sobrinhos Rafael Borba, Valentinna Borba e Betinna Borba. Ao meu companheiro de vida Guilherme Bochnia Moura. Obrigado a todos os tios e primos que fizeram parte desta história construída neste trabalho. A estes sou particularmente grato pelo amor e carinho, e também pela paciência, força e fé, acreditando e apoiando durante todo o percurso, estando ao meu lado, principalmente em oração. Aos depoentes, sou grato por todos os relatos e trocas de experiência.

Aos meus amigos, que vou levar no coração para além do Mestrado, Eliane Amaro e Fanny Valdez (os filhos de Maria), que estiveram presente nesta caminhada, uma equipe que trabalha unida, solidifica a base dos estudos. Wilker Solidade, meu grande incentivador a continuar meus estudos, obrigado por todas as dicas. Ana Lucia Ebenritter e Wesley Hilário pelas parcerias e trocas confidenciais da vida pessoal e preocupações acadêmicas em momentos marcantes de estudos e das viagens até a universidade. A todos os amigos, os de longe e os de perto, os do trabalho, amigos que a vida me ofereceu.

E, enfim, rendo graças a Deus.

Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.

Leon Tolstoi

BORBA, Marcel dos Santos. **Entre leigos e Franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)**. Orientadora: Maria do Carmo Brazil. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa contribui para ampliação do conhecimento no campo da História da Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Pretende-se apresentar o contexto educacional e as características de funcionamento da Escolas Reunidas São Pedro, assentada no antigo Núcleo Colonial de Dourados, município de Dourados (MS). Insere-se, em termos mais específicos, no âmbito da História das Instituições Educacionais e tem igualmente a intenção de retratar o papel dos franciscanos no processo de organização da Escola Reunida São Pedro. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a participação dos freis franciscanos na criação e funcionamento da referida instituição, no período de 1968 a 1979, a partir do contexto de formação da Vila São Pedro, distrito de Dourados, e do processo de institucionalização da instrução pública primária rural no sul do Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. A análise histórica da temática proposta contempla considerações sobre os agentes sociais que participaram da expansão educacional e o movimento da Ordem Franciscana na região, bem como os aspectos mais significativos da referida instituição. O referencial teórico teve como aporte da História Cultural desenvolvida por Chartier (1982), Certeau (1982) e Le Goff (1990; 2011). A metodologia foi norteadada por estudos documentais, biográficos e iconográficos acerca do objeto, com destaque para os registros sobre essa instituição no terreno paroquial. Em meio aos desafios apresentados no decorrer do processo investigativo, destaca-se, pois não se resolvem pela acumulação ou justaposição informativa de memórias e arquivos, mas sim pela interpelação do devir concernente ao espaço temporal e sociocultural, principal produto das relações entre estruturas, circunstâncias, agentes, culturas, valores, interesses, motivações, racionalidades, narrativas de vida que caracterizaram e substantivaram o processo educacional. A Escola Reunida São Pedro surge como escola paroquial,

Palavras chaves: Educação e missão; Franciscanos; Ensino primário.

ABSTRACT

This research contributes to the expansion of knowledge in the field about History of Education in Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. It's intended to present the educational context based on concepts of space and place, as well as the operating characteristics of the Reunida São Pedro School, settled in the old Nucleus Colonial of Dourados, in the municipality of Dourados (MS). It is inserted in more specific terms in the History of Educational Institutions and also intends to portray the role of the Franciscans in the process of organizing of the Reunida São Pedro School. The general objective of this research was to analyze the participation of Franciscan friars in the creation and operation of this institution, from 1968 to 1979, from the context of formation of Vila São Pedro, district of Dourados, and the process of institutionalization of rural primary education in the south of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. The historical analysis of the proposed theme contemplates considerations about the social agents that participated in the educational expansion and the movement of the Franciscan Order in that region, as well as the most significant aspects of this institution. The theoretical reference had as contribution of the Cultural History developed by Chartier (1982), Certeau (1982) and Le Goff (1990; 2011). The methodology was guided by documentary, biographical and iconographic studies about the object, with emphasis on the records about this institution in the parochial field. In the midst of the challenges presented during the investigative process, it is remarkable that they are not solved by the accumulation or informative juxtaposition of memories and archives, but by the interpellation of becoming concerning temporal and sociocultural space, the main product of the relationships between structures, circumstances, agents, cultures, values, interests, motivations, rationalities, life narratives that characterized and substantiated the educational process.

Keywords: Education and misión; Franciscans; Primary education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	58
Figura 2: Municípios pertencentes à CAND.....	60
Figura 3: Casa da Colônia Nacional de Dourados.....	64
Figura 4: Cruzeiro. Marco referencial da Colônia Nacional Agrícola.....	65
Figura 5: Monumento ao Colono.....	66
Figura 6: BR 163 – Entrada da Vila São Pedro. Dourados/Campo Grande.....	75
Figura 7: Foto dos primeiros missionários a chegar na “Terra de Missões”-MT.....	87
Figura 8: Bispo de Dourados Dom Teodardo Leitz.....	93
Figura 9: Paróquia São Pedro.....	97
Figura 10: Fotografia dos Primeiros Párocos de São Pedro.....	98
Figura 11: Inauguração do Salão Paroquial.....	101
Figura 12: 1ª missa do Frei Francisco.....	103
Figura 13: Frei Francisco na Chapada dos Guimarães.....	105
Figura 14: Navio sueco “Peru”.....	107
Figura 15: Frei Francisco e seus sobrinhos.....	107
Figura 16: Música de Frei Francisco.....	109
Figura 17: Vista parcial da construção da Escola Reunida São Pedro (data não definida).....	113
Figura 18:Relação das Escolas Reunidas, seus respectivos números de alunos e professores, 1970.....	118
Figura 19: Construção da Cantina Escolar, 1968.....	119
Figura 20: Novo Vigário e as professoras, 1969.....	120
Figura 21: Cessão de Escola Particular, 1971.....	121
Figura 22: Professores da Escola, 1970.....	123
Figura 23: Quantitativo de aluno, 1970.....	123
Figura 24: Livro de uso dos alunos de todo Estado de Mato Grosso.....	125
Figura 25: Merenda.....	126
Figura 26: Total de merenda recebida.....	126
Figura 27: Decreto n. 569/76.....	127
Figura 28: Aluna do 1º ano – 1966.....	133
Figura 29: Desfile de 7 de setembro das Escolas Reunidas São Pedro.....	136
Figura 30: Desfile 7 de setembro de 1969	137
Figura 31: 7 de setembro de 1969	137

Figura 32: Formatura de 1969.....	139
Figura 33: Formandos na Igreja.....	139
Figura 34: Formatura de 1978.....	140
Figura 35: Entrega de certificado – 1978.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Portal de Teses e Dissertações da CAPES.....	34
Quadro 2: Franciscanos Portal de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal da Grande Dourados.....	36
Quadro 3: Educação Rural - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	40
Quadro 4: Decreto Criação das Colônias Agrícolas Nacionais.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de escolas no Mato Grosso a partir de 1942.....	53
---	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Quantitativo de escolas, por administração e natureza, no estado de Mato Grosso, 1937.....	51
Tabela 2: Número de estabelecimentos que já haviam recebido a inspeção do Estado.....	52
Tabela 3: Distribuição de Escolas por município, natureza e controle de frequência, das principais cidades do estado de Mato Grosso, 1954.....	53
Tabela 4: Distribuição das escolas conforme natureza e quantidade de unidades no estado de Mato Grosso, 1956.....	54
Tabela 5: Rede de escolas primárias por natureza no Estado de Mato Grosso, 1964.....	55
Tabela 6: Quadro demonstrativo das Escolas da CAND – setembro de 1953.....	75
Tabela 7: Escolas da CAND – Ano 1953.....	77
Tabela 8: Quantitativo discente das escolas assentadas no território da Paróquia São Pedro Apóstolo no ano de 1957.....	114
Tabela 9: Relação das Escolas Reunidas, seus respectivos números de alunos e professores do município de Dourados no ano de 1970.....	118
Tabela 10: Relatório Final do ano de 1969 - Escola Reunida São Pedro.....	122
Tabela 11: Professores atuantes na Escola Reunida São Pedro no ano de 1970.....	123
Tabela 12: Recebimentos e Distribuição de merenda – abril de 1969.....	126

SIGLAS

ACBM – Arquivo da Casa Barão de Melgaço
AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional
APEMS – Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul
APMT - Arquivo Público de Mato Grosso
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CMD – Colônia Municipal de Dourados.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior
CDR – Centro de Documento Regional
CICAF – Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas
FAED – Faculdade de Educação
FCH – Faculdade de Ciências Humanas
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
FUNCED – Fundação da Cultura e educação de Dourados
GEPHEMES – Grupo de História da Educação, Memória e Sociedade
HISTEDBR – Revista On Line Grupo de Pesquisa “História Sociedade e Educação no Brasil”
IBGE – Instituto Brasileiro Geografia Estatística.
IES – Instituição de Ensino Superior
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
LDB – Leis de Diretrizes de Base
LDBN – Leis de Diretrizes e Base Nacional.
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
OFM – Ordem dos Frades Menores
PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação
RBHE – Revista Brasileira de História da Educação.
SANEMAT – Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso
SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação.

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

UESB – Universidade Estadual do Sudeste da Bahia

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

NOTA SOBRE O AUTOR	14
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1.....	46
ESPAÇO, LUGAR E VIVÊNCIAS	46
1.1 As escolas no processo de migração e colonização em Mato Grosso.....	49
1.2 Dourados, terra de consolidação do Mato Grosso	55
1.3 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND.....	58
1.4 A CAND e o Ensino primário.....	67
1.5 Da Cooperativa a Vila São Pedro: a sede, a administração, o desenvolvimento	75
CAPÍTULO 2.....	83
FRANCISCANOS: EDUCAÇÃO E MISSÃO EM DOURADOS E REGIÃO	83
2.1 A fraternidade de São Francisco e sua pedagogia.....	84
2.2 A missão em terras mato-grossenses: da Alemanha ao sul de Mato Grosso.....	87
2.3 Dourados e sua relação com os franciscanos: da criação da Paróquia de Dourados à Criação da Paróquia São Pedro	92
2.4 Os Franciscanos na Paróquia São Pedro: a paróquia da CAND e do Distrito de Vila São Pedro.....	96
2.5 Frei Chico, da Alemanha ao Mato Grosso: o Frei que descobriu todos os cantos do sertão mato-grossense	103
CAPÍTULO 3.....	110
DA ESCOLA PAROQUIAL À ESCOLAS REUNIDAS SÃO PEDRO:	110
UMA HISTÓRIA DE DESCOBERTAS.....	110
3.1 Escola paroquial: Origens	111
3.2 Escola Reunida: a modalidade de ensino entre grupo escolar e escola isoladas	115
3.3 Institucionalização da Escola Reunida São Pedro.....	119
3.4 Relatos, experiências e vivências escolares	128
3.5 Escolas Reunidas São Pedro: Franciscanos na gênese da instituição.....	135
3.6 Uma escola municipal de grande fôlego	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	150

NOTA SOBRE O AUTOR

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 1994, p. 86).

Começar a descrever uma trajetória de vida é reviver momentos únicos. Todo fato marcante da vida tem um significado especial. Marca a memória, uma memória viva. Falar de si é mergulhar profundamente na memória de um participante cultural na vida em sociedade. Uma vida para história.

Contar a história de vida é trazer luz a aspectos de um processo tomado por perdas e ganhos, por vitórias e derrotas, de mais felicidade do que tristezas. Nessa travessia, porém, mesmo em momentos nos quais muitos dos portões estavam fechados, outros se abriram para grandes contingentes, grandes oportunidades de mudanças para algo melhor, mesmo não entendendo na maioria das vezes.

Coloco parte de minha vida como grandes travessias, como uma grande caminhada. Esta narrativa da história da minha vida mostra alguns aspectos de difusão e consolidação do processo escolar além de histórias de origem e de uma criança que só teve a sorte de viver, uma adolescência de inúmeras experiências, uma juventude bem vivida e um começo de ser adulto com grandes promessas de futuro.

Lembranças de criança

Minha história teve início no ano de 1982, quando dois eternos românticos e apaixonados se casaram. Ela, Lourdes Moreira dos Santos, a sexta de onze filhos da prole do casal de migrantes oriundos de Rio Branco, estado da Bahia, migrou de Dourados, então estado do Mato Grosso, para a cidade de São Paulo. Aí instalada, esta pessoa da zona rural, do interior do país, acreditava obter nova oportunidade na cidade grande no auge da juventude. Lourdes encarou as dificuldades apresentadas pela grande metrópole vista como terra de progresso, emprego e oportunidade. Ele, Antero Coelho Borba, nasceu em Embaú, interior do Paraná, mas de pequeno também foi morar na cidade de São Paulo. O primeiro encontro se deu a partir do namoro da irmã da minha mãe, e a partir da data primeiro encontro do casal. Juntos ainda hoje, Lourdes e Antero completaram 37 anos de casados.

O primeiro fruto desta união veio no dia 22 de novembro de 1983, quando nasceu meu irmão, Eduardo dos Santos Borba, que viveu momento de príncipe durante 4 anos e 3 meses.

Meu nascimento teria sido um dos priores momentos da vida dos meus pais. Minha mãe precisou bater às portas de quatro hospitais da zona leste de São Paulo. Foi acolhida pela antiga Maternidade Dom Pedro II, localizada no coração da cidade de São Paulo. Internada nesta casa de saúde, minha mãe me trouxe à luz, no dia 6 de fevereiro de 1988, às 04:35 da manhã. Nascia

eu, Marcel dos Santos Borba, com 4 quilos, cuja alta foi alcançada depois de um banho de luz prescrita pelo médico obstetra.

Apesar de sermos uma família humilde, tivemos a oportunidade de passar as férias no sítio dos meus avós maternos em Dourados, Mato Grosso do Sul, as férias de julho e de dezembro/janeiro. Quando ainda não tínhamos idade para estar na escola, minha mãe constantemente visitava minha avó. Foi uma primeira infância de muitas brincadeiras e convivência com primos e amigos, um contato saudável, uma criança feliz. O tempo passou e me deparei com a segunda travessia: a escola.

A segunda travessia estava em processo e dela lembro vagamente, com o coração com muita ansiedade. Pensava eu que, do momento escolar em diante, tudo seria diferente. A expectativa foi grande, sobretudo com a possibilidade de conviver com distintas pessoas e novo espaço físico onde se reuniam professores, alunos e outros agentes sociais. Sempre fui uma pessoa ansiosa, tímida e medrosa. Experimentei o momento mágico durante a compra do uniforme. No primeiro dia de aula, tomei um rápido banho para esta na escola às onze da manhã, horário oficial de entrada. Mal conseguir comer pela ansiedade de chegar na sala de aula.

Cheguei à Escola Municipal Frei Francisco de Monte Alverne, situada no bairro Monte Videl, Zona Leste da capital paulistana, com seis anos de idade, e com medo observava as crianças chorando. Minha mãe deixou-me na porta da escola e foi embora. “Por que essas crianças estão chorando? Estou com medo, mais não irei chorar!”, pensava eu. De repente escuto meu nome; era Tia Tiana, minha primeira professora, que com um sorriso lindo me levou para conhecer os coleguinhas do Pré B da Tia Tiana.

Minha vida escolar foi calma e sempre fui um bom aluno. O ano de 1998 foi um ano de grandes mudanças. Duas, aliás. A primeira delas foi a demissão do meu pai que trabalhara em uma empresa durante dez anos. Mas logo depois conseguiu outro emprego. Nisto residia um “porém”, pois a oferta de emprego fora feita no Estado do Paraná. Outro acontecimento decisivo para a próxima travessia foi a morte da minha avó materna. Dois motivos que revolucionaram a família e impulsionou nossa mudança para cidade de Guarapuava, interior do estado do Paraná. Nunca vi um velório tão especial quanto da minha avó materna Marcelina Moreira dos Santos, uma pessoa iluminada que teve uma vida sofrida, criou onze filhos e quando já estava descansando em uma velhice feliz, Deus a chamou para o céu. O velório teve a presença de muita gente, nunca havia visto tantas pessoas em um velório, e o sepultamento foi ao pôr do sol, uma vivência única e de muita tristeza.

Bem-vindo ao Paraná! Lugar das descobertas, do teatro, do vôlei e do estudo

Por esses dois motivos aconteceu minha terceira grande travessia: a mudança para o Paraná. Uma quarta-feira de cinzas do ano de 1999, o dia de deixarmos a cidade das oportunidades para se aventurar em novas terras. Chorei praticamente a viagem inteira, pois não queria deixar minha casa, nossos pertences, parentes, amigos, escola, todos que faziam parte da nossa vida. Havia inúmeras dúvidas: será que vou ter companhia para brincar? Como será a nova escola? Ao chegar à nova cidade percebi possibilidades de conhecer pessoas novas, deveria encarar o novo com muita garra. Acredito que certas travessias da vida têm sua parte ruim que, com o passar do tempo, passa a ser boa. A mudança foi necessária.

O primeiro dia na escola foi horrível. Eu morava a uma quadra da escola, o que para mim era uma vantagem, pois eu escutava o primeiro sinal e corria para assistir a primeira aula. O primeiro dia na 5ª série B, no Colégio Estadual Cristo Rei de 1º e 2º Grau foi estranho, todos me olhavam e queriam saber sobre de onde eu vinha. Aquilo para mim era doloroso, pois estava arreliado por morar em um lugar longe. Conheci pessoas que se tornaram amigas. Na primeira semana fui convidado a fazer parte do time do vôlei, pois eu não gostava de jogar futebol e muito menos assistir as partidas, gostava de filmes, de televisão, de brincar na rua.

Aquela cidade aos poucos estava se tornando um bom lugar para morar. A mudança drástica não provocou apenas pontos negativos, pois ganhei um quarto, uma vida social começou a surgir, time de vôlei, catequese, gincanas da escola, enfim, conquistei amigos. Todos os dias brincávamos, esconde-esconde, vôlei. Neste período entrei para o time júnior de vôlei.

No ano de 2003 aconteceu a quarta travessia: o Ensino Médio. Um novo mundo dentro do Ensino Médio, um novo colégio chamado Campo Real Objetivo, uma instituição escolar privada, com um padrão cultural e social elevado, havia impregnado um pensamento diferenciado, visionário, ali estávamos para ser os verdadeiros líderes, empresários, prefeitos, vereadores da cidade de Guarapuava, esta era a missão da instituição. Estávamos sendo preparados para ter um futuro brilhante, um futuro de sucesso. Conheci verdadeiros amigos, que são considerados como irmãos, foram três anos de muitas descobertas, aprendizado e luta para me manter em um mundo diferente do que estava acostumado até então.

Tive uma educação religiosa em família, meus pais sempre me incentivaram a participar das atividades da igreja, a partir do sacramento da crisma, que é um dos sacramentos da igreja católica; fui voluntário como catequista aos quinze anos de idade; participei de grupos de jovens; conheci pessoas que se tornaram meus amigos, que muito estimo. Estar ativo em um

trabalho voluntário que envolvia a questão da espiritualidade em seus encontros me proporcionou positivities para a vida.

O terceiro ano do Ensino Médio foi um ano marcante, último ano de “proteção” da escola, de estar junto com aqueles que se tornaram amigos, ano de decisão sobre que eu seria para o resto da minha vida. Ano da quinta travessia, ano de muitas vitórias, no qual passei no vestibular para Arte Educação na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), na cidade de Guarapuava. “Serei um bom profissional no futuro? Ganharei dinheiro com que escolhi?”, eram as preocupações e pensamentos que naquele momento circunscreviam minha travessia.

A magia da arte que traz educação

“Calouro é bixo!”. No primeiro dia de aula eu pensava ter conhecimento artístico e cultural, mas no trote percebi um mundo a ser desbravado. Momento incrível no qual tive que me apresentar, além de apresentações artísticas dos alunos veteranos e uma dinâmica que aguçava os sentidos. O curso funcionava no período vespertino. Apenas uma única experiência desagradável ao mesmo tempo engraçada aconteceu no primeiro dia: os nossos tênis foram recolhidos na entrada e depois tínhamos que procurar em todo campus da universidade.

O gosto por disciplinas mais práticas me levou a fazer pesquisas na área de dança e teatro voltadas ao artístico. O grande propósito era formar educadores para produzir e vivenciar o mundo da arte, mostrando a importância do saber artístico na vida dos alunos de escolas públicas e particulares.

Em meu trabalho de conclusão de curso abordei um tema pouco pesquisado: levei as pessoas a uma reflexão sobre a esquizofrenia e as artes cênicas. Na cena produzida fiz um estudo de caso, visitei o hospital psiquiátrico para observar e conversar com médicos sobre o comportamento e causas das pessoas com esta patologia. Esta doença é causada por questão hereditária, acarretando grande sofrimento, uma tristeza incalculável. Na criação artística foi levada em conta a questão da doença e questão político-social de uma sociedade heteronormativa, branca e abastada que domina a maioria das cidades.

Após a graduação, tivemos a primeira turma de especialização em Composição em Arte Contemporânea. Seria uma continuação em minha formação de Arte Educador, mas com ênfase na transformação em curso na Arte Contemporânea, trazendo informações tecnológicas dentro da Arte. Assim mais uma travessia se inicia: a vida profissional como professor arte educador.

O trabalho em busca do sucesso

A sexta travessia durou pouco tempo, apenas dois anos. Apesar de estar formado, com o diploma em mãos, para lecionar era necessário (como ainda o é) passar por um processo seletivo; assim, como recém-formado, no processo seletivo eu ficava atrás em comparação com os candidatos mais antigos. Na escolha de aula as sobras eram apenas em escolas distantes e destinadas a turmas “problemáticas”.

No ano de 2010 consegui um total de trinta aulas distribuídas em quatro escolas. Neste período conheci verdadeiros amigos que me ajudaram na caminhada. Sempre fui disposto a ter amizades verdadeiras e duradouras, para ressaltar meus amigos precisaria mais que um parágrafo. Uma coletânea seria pouco, bom ressaltar o quanto esses seres iluminados, chamados de amigos, me ajudaram e fizeram e faz o bem em minha vida.

Estes dois anos foram a preparação para a sétima travessia: minha saída de Guarapuava rumo a Dourados, para ir de encontro com a minha família. Uma nova terra de oportunidade estava batendo em minha porta. A travessia foi ousada, mas ocorreu de forma incrível.

Dourados, terra dourada de grandes oportunidades

Cheguei em Dourados sem perspectiva de nada, apenas com vontade de desbravar esta nova cidade. No mês de janeiro de 2012 distribuí mais de 100 currículos em diversas escolas e pessoas ligadas à educação. No início de fevereiro fui chamado em duas escolas estaduais: Escola Presidente Vargas e Escola Presidente Getúlio Vargas, nas quais estou até hoje. Foi a oportunidade de fazer um bom trabalho a partir do qual que eu me garantiria no ano seguinte.

Naquele mesmo ano comecei meu empenho de estudo para passar em concursos públicos. Primeira oportunidade foi uma vaga de professor de Arte, no município de Nova Alvorada do Sul, cidade a 100 km de distância de Dourados, tendo sido aprovado. No ano de 2013 comecei o ano como concursado, indo à cidade duas vezes por semana. Concomitantemente fui contratado por mais um ano para atuar na Escola Estadual Presidente Vargas. Foi um ano que passei longas horas nas estradas sul mato-grossenses.

Em minha mente estava estampado o dever de passar em outro concurso. No ano de 2013 abriu concurso para professor do Estado do Mato Grosso do Sul. Decidido, fiz o cursinho, mas a única dúvida era qual cidade escolher, pois em Dourados havia poucas vagas. Assim, fiz a prova, tendo como escolha a cidade de Ponta Porã, na fronteira do estado com o Paraguai. Passei em terceiro lugar e assumi em julho de 2013. Exonerei o concurso de Nova Alvorada do

Sul e me direcionei a Ponta Porã. A probabilidade de pedir remoção para Dourados seria maior após o estágio probatório. Mais longas horas de estrada naquele ano em que, recordo, o inverno foi rigoroso.

Ainda em 2013, o Guilherme Bochnia Moura veio morar com minha família, e somar as nossas vidas. Além de ser muito especial, Guilherme nos alegra com sua presença. Faz faculdade de Geografia na UFGD e tem dado uma direção a sua vida. É uma pessoa dedicada, e com seu jeito quieto e observador tem conseguido ultrapassar todas as barreiras e realizar seus sonhos de estudo, mostrando que, assim como a fênix, as pessoas têm o direito de ressurgir das cinzas e ter uma nova vida em paz, e mostrar que respeito se conquista com trabalho e estudo.

Minhas viagens a Ponta Porã duraram um ano e meio, pois fui transferido para a Escola Presidente Vargas e Escola Presidente Getúlio Vargas. Com esta maior permanência na cidade de Dourados pude aproveitar para estar mais presente na universidade e me preparar para as seleções de mestrado, meu próximo objetivo, além de participar dos grupos de estudo e eventos promovidos pela FAED e UFGD.

Já enquanto eu estava cursando o mestrado tive o prazer de assumir o concurso da Prefeitura Municipal de Dourados para professor de Arte em agosto de 2017. Desde então, trabalho com dois extremos: segundos e terceiros anos do Ensino Médio, nas escolas estaduais, e Educação Infantil, nas escolas municipais. Uma vez que para a disciplina de Arte é conferida reduzida quantidade de aula, o professor raramente consegue pegar sua carga inteira em uma escola. Mas as travessias esperadas aconteceram no ano de 2016 para 2017.

Na persistência, uma hora chega

Para ingressar no mestrado passei por inúmeras travessias, sendo elas de pensamento e visão, principalmente pelo fato de nunca antes ter pensado em fazer mestrado, pois meu foco era passar em concurso público e garantir estabilidade financeira. Mas, aos poucos, por incentivo de amigos próximos, também empenhados a cursarem o mestrado, tracei um novo objetivo. Assim, comecei a interagir com grupos de estudo, conhecer o curso de pós-graduação e o funcionamento do processo.

No final da faculdade de Arte Educação, em 2009, participei do primeiro processo seletivo para o mestrado, no programa de Arte da Universidade Estadual Paulista (UNESP), mas não fui classificado para a segunda fase. Eu não tinha ideia por onde começar o estudo ou como fazer a prova. A segunda tentativa, já no ano de 2013, foi no programa de Educação da UFGD, na área de Diversidade, no qual também não fui aprovado, pois não tinha base do que

pesquisar.

No ano seguinte 2014, em conversa com amigos, percebi que o que possivelmente mais se encaixava com a área de arte, e poderia trazer esse desenvolvimento da arte na educação, era a linha de História da Educação, Memória e Sociedade. Fiz o processo seletivo novamente. Obtive apoio de amigos mestrandos para realizar a prova e estudar conteúdo importante. Passei na prova escrita, o que foi a primeira vitória. Neste ano os acompanhamentos eram apenas por um website, um *blog*, no qual registravam-se as chamadas para as próximas fases. Eu estava trabalhando e percebi que estava uma espera fora do comum para convocar os candidatos para a segunda fase, então liguei na secretaria da Pós-graduação em Educação para me informar sobre o processo, e descobri que a entrevista estava acontecendo naquele momento.

Foram 45 km em quarenta minutos, da escola até o campus da UFGD, onde estavam acontecendo as entrevistas. Quando cheguei as entrevistas haviam sido encerradas. Justifiquei que eu estava acompanhando pelo meio oficial e não tinha as informações das entrevistas, me escutaram, mas, novamente, não passei pelo processo.

No ano de 2015, insisti novamente. Apesar de aprovado na prova escrita, meu projeto não se encaixava nos projetos que os professores desenvolviam no momento. Tendo sido mais uma vez reprovado pensei em desistir, porque em todas as etapas escutei, por diversas vezes, que minha área não se adequava ao que estavam procurando. Mas com uma fala da professora Maria do Carmo Brazil, que gostou do meu perfil, fui encorajado a me engajar mais em meu objetivo, e, assim, a frequentar as aulas do mestrado como aluno especial.

O ingresso no mestrado

Comecei o ano de 2016 como aluno especial na disciplina História da Educação, Memória e Sociedade. Além disso, comecei a ter uma participação maior em eventos acadêmicos, publicações, artigos. Amadureci meu objeto de pesquisa para tentar meu ingresso no processo seletivo seguinte. No ano de 2016 participei de todo o processo de forma mais tranquila, pois o anteprojeto estava mais sólido, somado ao contato que tive com as teorias durante as aulas como aluno especial e ouvinte e que me deram suporte para ter maior propriedade intelectual na hora de escrever e argumentar. Tendo passado em todas as etapas com êxito e notas boas, finalmente aprovado! Na hora certa, no momento certo, com a orientadora certa!

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o propósito de contribuir para o avanço do conhecimento no campo da História da Educação em Mato Grosso e do atual estado de Mato Grosso do Sul. Como suporte referencial de sustentação para a abordagem buscamos o corpo de conhecimento já existente sobre o tema, bem como considerações e estudos recentes realizados acerca da História das Instituições Educativas produzidas no âmbito regional e nacional, com destaque para aqueles realizados pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS);

Recorremos, sobretudo, às pesquisas realizadas pelo Grupo de História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES/PPGEdu), núcleo assentado na mesma instituição com objetivo de fomentar e ampliar pesquisas centradas no campo da História da Educação. O referido Grupo desenvolve discussões, estudos e pesquisas e tem por meta fomentar estudos acerca da temática em Mato Grosso do Sul, abrangendo, por vezes, Mato Grosso, como forma de compreender o contexto educacional que propiciou o funcionamento das Escolas na região, com destaque para as Escolas Reunidas, em geral, e para a Escola Reunida São Pedro (1968-1979), em particular. Esta escola foi construída no ano de 1957, na qualidade de Escola Paroquial da Vila São Pedro, distrito localizado a 18 quilômetros de Dourados.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a participação dos freis franciscanos na criação e funcionamento da Escola Reunida São Pedro, no período de 1968 a 1979, a partir da formação da Vila São Pedro, distrito de Dourados, e no processo de institucionalização da instrução pública primária rural no sul do Mato Grosso.

Buscamos estabelecer a relação da Escola com a cidade de Dourados, a partir da interação entre o contexto de instalação da instituição educacional, o processo de ocupação e a dinâmica social do distrito na região da Grande Dourados.

Esta região, segundo Junior (2009), originou-se da formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e do desenvolvimento local, e compreende os atuais municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina. Grande Dourados seria a junção de vários municípios que compõem o entorno da cidade de Dourados, incluindo o Distrito de Vila São Pedro, onde localizava-se a Escola Reunidas, hoje Escola Rui Gomes.

Dourados localiza-se ao sul da região Centro-Oeste do Brasil; situa-se na microrregião da Grande Dourados, nas cercanias da serra de Maracaju. Suas terras são cortadas pela bacia do rio do Dourados, inserida na bacia do Rio Paraná. A referida região encontra-se na fronteira com o estado do Paraná e está a 120 quilômetros da nação paraguaia. O território da Grande Dourados abrange uma área de 21.329,50 Km² e é composto por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Vicentina e Juti. Sua população total é de 352.056 habitantes, dos quais 54.532 vivem na área rural, o que corresponde a 15,49% do total.

A distância que separa Dourados de Campo Grande é de 235 quilômetros. O município assenta-se numa área de total de 4.086.387 Km², abrigando uma população de aproximada de 198.421 habitantes, constituindo-se na segunda maior cidade do estado. Além da área urbana (40, 68 Km²) a cidade possui mais 6 distritos: Guaçu, Indápolis, Formosa, Itaum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila de São Pedro e Vila Vargas.

A partir destes elementos buscamos explicações concernentes ao processo educacional no referido espaço social, em suas singularidades cotidianas, em seu cotidiano escolar em condição de vida rural. Explicitamos as características do ensino didático pedagógico desenvolvido na Escola Reunida São Pedro, bem como a participação do Frei franciscano Francisco Ricardo Brugger, que teve papel relevante no desenvolvimento social e educacional da Vila São Pedro.

Arco temporal da investigação

O arco temporal da pesquisa inicia-se no ano de 1957, quando foi construída a Escola Paroquial da Vila São Pedro nos terrenos da matriz (igreja principal da paróquia, instituída desde 1955). Aponta-se indícios sobre as primeiras preocupações relativas à regularização da referida instituição escolar na região Grande Dourados no ano de 1968. O arco temporal alcança o ano de 1979, pois, segundo informação retirada do Livro de Tombo da paróquia, e nos jornais da época, foi este o momento em que a escola se deslocou do espaço paroquial, nos terrenos da igreja matriz da Paróquia São Pedro Apóstolo, e instalou-se em novo prédio construído pela Prefeitura Municipal de Dourados, na Vila São Pedro, onde funciona até os dias atuais.

A pesquisa sobre a Escola Reunida São Pedro envolve o movimento franciscano em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, pois a direção dos trabalhos educativos faz jus à presença da Ordem religiosa na paróquia onde se encontrava a escola, assim como na região e Estado como um todo. A instituição existia desde 1957, mas foram os freis que incentivaram a

institucionalização desta referida instituição no ano de 1969, segundo relatos do Livro de Tombo da Paróquia São Pedro.

Referencial historiográfico

Como ponto de partida buscamos detectar as lacunas e silenciamentos sobre o tema a partir do levantamento e análises de teses, dissertações e livros. Recorremos aos trabalhos desenvolvidos por Marin (2012), pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que se dedica aos estudos históricos da religião. Em sua maioria, as investigações realizadas por Marin têm por finalidade explicar a dinâmica atuação dos franciscanos no âmbito social em Mato Grosso (uno). Este pesquisador procurou historicizar a Ordem Franciscana em Mato Grosso, utilizando o termo “diáspora” para identificar a vinda dos alemães provenientes da Turíngia, província de Santa Isabel, para a “terra de missões”, devido ao crescimento e firmação do nazismo¹. Deste pressuposto, Marin (2012) apontou Mato Grosso como um dos “lugares de refúgio” dos Franciscanos, os quais expandiram antes da Segunda Guerra Mundial.

Ressaltamos os estudos desenvolvidos sobre Escolas Reunidas, destacando as pesquisas realizadas por Elton Castro Rodrigues dos Santos (2014) que esclarece que essa modalidade foi criada pelo Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 e teve sua implantação a partir da década de 1930. Também dialogamos com autores da história da educação como Vidal (2005), Julia (2001), Sá (2007), Souza (2006, 2009, 2010), entre outros, com objetivo de compreender o momento histórico do Regulamento e as condições possíveis que mantiveram essa modalidade no sul de Mato Grosso até o limiar da década de 1970.

O caminho percorrido da investigação segue o contexto geral do país ao objeto particular, uma unidade institucional distrital, que comporta singularidades, fazeres e os saberes específicos de atores sociais que ali conviveram e se movimentaram. Conseguimos alcançar resultados quantitativos e qualitativos a partir das fontes primárias que foram selecionadas para análises explicativas, as quais foram ancoradas em referenciais teórico-metodológicos capazes de articular os microfenômenos aos macrofenômenos. Para essa opção teórico-metodológica buscou-se as orientações de Justino Magalhães (2004), que propõe a construção da identidade histórica de uma dada instituição em suas múltiplas dimensões, ou seja, discutir sua dinâmica,

¹ O nazismo significou um movimento ideológico nacional-socialista liderado por Adolf Hitler, na Alemanha, entre 1933 a 1945. Entre outras características, tinha fortes preceitos antissemitas, racistas, antiparlamentaristas e pangermanista.

enquanto sistema educativo, considerando o contexto histórico da comunidade e a região na qual foi instalada.

Grande parte das pesquisas dedicadas à história de instituições educativas implicam em explicar a dinâmica de suas ações, os reflexos ou as possíveis transformações ocorridas ao longo do tempo pela sociedade na qual a instituição está inserida. Por estas investigações é possível entrever as relações entre os agentes sociais da instituição, o processo de ensino, a cultura escolar, as origens e o funcionamento da instituição.

Imperativo se faz, nesta investigação, a utilização e exploração do conceito de cultura escolar dado por Dominique Julia (2001), que no artigo “A cultura escolar como objeto histórico” sinaliza:

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio políticas ou simplesmente de socialização (JULIA, 2001, p. 10).

Segundo as proposições de Julia (2001), as análises do material empírico disponível e arrolado sobre a escola, envolvendo documentos oficiais, livro de frequência, cadernos, livros didáticos, registros com fotos de alunos e servidores, atas entre outros, refletem nos modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior da sociedade (sul) mato-grossense, bem como das instituições educativas erigidas e dirigidas pelos missionários franciscanos, além de contribuir para formar representações que os agentes tiveram sobre a sua posição social.

As contribuições de Michel de Certeau (1996) também são imprescindíveis, com destaque para sua obra “A invenção do cotidiano: artes de fazer” para direcionar as discussões sobre “práticas de espaço”, por meio de ações de indivíduos, estes chamados pelo autor de “praticantes e espaço”.

Passado migratório

Esta pesquisa também está ligada ao processo migratório experimentado pela região entre as décadas de 1940 e 1960, envolvendo levas de famílias que buscavam a terra e melhores condições de vida econômica. Muitos agentes sociais e políticos estiveram ligados a esse movimento, alguns que, de forma anônima, viveram e conquistaram espaços sociais relevantes, enquanto outros fizeram parte da história política do sul do Mato Grosso.

No caso particular da família Lopes dos Santos, tudo começou na Bahia, quando Dionizio Lopes dos Santos se uniu em matrimônio a Benta Ferreira de Souza, também baiana. Desta união nasceram Marcolina, Maria (Bia), Francisco, Pedro, Josefina, José Lopes e Ana. Todos os seus filhos nasceram no sertão baiano, mas migraram para o interior de São Paulo. Segundo o senhor José Lopes dos Santos (patriarca da família), a família de descolou para São Paulo num grande vapor que singrava cotidianamente pelo rio São Francisco. Alcançaram Araçatuba, interior de São Paulo, onde todos os filhos de Dionizio se casaram.

Francisco Lopes do Santos (Chiquinho) e Pedro Lopes dos Santos alcançaram o solo mato-grossense em meados da década de 1950. Na localidade de Triunfo (atual Vila Vargas) a comunidade se reunia para conversar, praticar esporte e ter lazer. À época, os moradores frequentavam os antigos “bolichos”, ambiente de pequeno porte onde se fazia comércio de bebidas e alimentos. A partir da localidade de Triunfo os ditos “pioneiros”² avançaram rumo a Cooperativa da Colônia Agrícola Nacional (CAND), onde mais tarde se tornaria a Vila São Pedro. Sobre o surgimento da CAND, política agrícola de Vargas, discorreremos de forma mais efetiva no primeiro Capítulo desta dissertação.

Os filhos dos patriarcas Dionísio e Benta, Francisco, Pedro, Marcolina, Josefina, José e Ana, dirigiram-se para o sul do Mato Grosso. Entretanto, Pedro não se estabeleceu na região e deslocou-se para Paranaíba, interior do Paraná, onde se casou com Marieta e teve onze filhos. Ana Lopes dos Santos, por sua vez, deixou o interior de São Paulo direto para a 3ª Linha, lugar situado à frente da Vila São Pedro, em sentido a Campo Grande, próximo ao quilômetro 275 da BR 163. Francisco Lopes dos Santos saiu de Triunfo e seguiu direto para Vila Brasil (vila da CAND, hoje município de Fátima do Sul). Neste lugar, o colono manteve em funcionamento uma importante máquina de beneficiamento de arroz.

José Lopes, Marcolina, Josefina e sua prole se projetaram na região do Bocajá, que antes era distrito de Dourados, hoje distrito pertencente à cidade de Douradina. Instalaram-se todos num lugar conhecido por Braço Morto, cujas terras foram doadas no Governo Getúlio Vargas.

Por ocasião dessas doações de terras realizadas a partir do Estado Novo (1937-1945), por meio da política de nacionalização e a ocupação dos espaços ditos “vazios”, conhecida por Marcha para Oeste, este projeto político criado por Vargas teve o objetivo de promover a migração do sul-sudeste para o centro-oeste brasileiro. A essência dessa política era destinar

² Não obstante, o sul de Mato Grosso fosse marcado pela forte presença dos terenas e povos guaranis (Caiouás ou Kaiowá) muitos escritos referem-se aos entrantes colonos da CAND como “pioneiros”, desbravadores, ou primeiros ocupantes oriundos do nordeste, paulistas e sulinos os quais chegaram “jardineira” para o espaço visto como desabitado. Assim, a região da Grande Dourados de Santana de Paranaíba foi alcançada pelo movimento de expansão demográfica, promovido pelo dito pioneiro colonizador.

migrantes para áreas fornecedoras de matérias-primas e alimentos a baixo custo, a fim de sustentar aquelas regiões com potencial industrial do Sudeste, por exemplo. Deste modo promovia-se a abertura de regiões isoladas ou quase isoladas, valendo-se da economia de subsistência, cujo resultado seria integrá-las na divisão inter-regional do trabalho e agenciar a ascensão do capital industrial em visível desenvolvimento, como afirma Singer (1984)

Nesse contexto, com a venda de suas terras no interior de São Paulo, Dionísio Lopes dos Santos adquiriu terras na região do Distrito de São Pedro, conforme mencionado, à época chamada Cooperativa, lugar onde funcionou a sede da CAND. Dionísio comprou seu lote no lugar chamado 3º Linha (Cooperativa-Vila São Pedro). Marcolina palmilhou vários caminhos, quais sejam, Bocajá (Braço Morto), Vila Brasil (Fátima de Sul), 3º Linha (Cooperativa- Vila São Pedro) e por último Campo Grande- MS. Josefina também alçou grandes voos, mas acabou retornando à metrópole paulista, terminando seus dias na cidade de Carapicuíba.

No sítio que Dionísio Lopes dos Santos comprara na 3º Linha, moravam José Lopes, Ana Lopes e sua prole. Além disso, ali também moravam muitas pessoas de grau de parentesco como Eliezer, casado com Biú. Eliezer era irmão de Marcelina Moreira dos Santos, esposa de José Lopes e, ainda, alguns primos como Jair e “Nega”.

Dionísio e Benta se deslocaram para Fátima de Sul, onde Benta faleceu. Dionísio, com mais de oitenta anos, casou-se com Justina e foi embora para a capital paulista. Viveu aí por um tempo, mas retornou a pedido dele próprio para falecer e ser sepultado em Fátima do Sul.

Feito o inventário, as terras da 3º Linha foram divididas, e exceto a parte de José Lopes, o restante foi vendido para pessoas da própria localidade. Os demais membros desta linha parental abandonou a região da Vila São Pedro.

Na Vila São Pedro, José Lopes dos Santos e Marcelina Moreira dos Santos (avós maternos do autor), criaram seus 14 filhos, dos quais três não vingaram, quais seja, Maria, Dionísio Neto, Mário, Luís, Neuza, Lourdes, Clovis, Luiza, Vicente, Neuma e Paulo, além do sobrinho irmão José Antônio. Todos se casaram e tiveram seus filhos, e atualmente a grande maioria encontra-se no Mato Grosso do Sul, voltando a sua origem de infância, até os dias atuais, cujo sítio na 3º Linha está preservado.

Em suma, refletimos sobre o cenário onde emergiram, a partir da década de 1940, as chamadas frentes de ocupação, que pontilharam parte significativa da parte sul do antigo Mato Grosso. Delineou-se aí uma característica diversificada na produção econômica regional. Os mais remotos, impressionantes e promissores espaços sul mato-grossenses foram alcançados por ondas de entrantes oriundos dos distintos cantos do Brasil.

No ano de 1943, o governo federal implementou a CAND em espaços até então sob domínio da empresa privada Companhia Mate Laranjeira, alcançando a década de 1960 com o objetivo de estimular a ocupação dos chamados “espaços vazios” do interior brasileiro.

Ao explicitar o processo de ocupação do atual estado de Mato Grosso do Sul, o historiador Paulo Roberto Cimó, valendo-se da tese de Alvanir de Figueiredo (1968), lançou luz sobre a problemática de promover a nacionalização da fronteira e de deslocamento dos interesses estrangeiros e particulares envolvidos:

[...] Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e a iniciativa governamental comandariam a ocupação em determinadas áreas. Foi assim que surgiram a experiência colonizadora oficial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e os grandes loteamentos formados pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, por Moura Andrade e pela Sociedade Melhoramentos e Colonização [SOMECO] (FIGUEIREDO, 1968 *apud* QUEIROZ, 2008, p. 52).

A dinâmica da ocupação desse espaço ligou-se, portanto, à política desenvolvida pelo Presidente Getúlio Vargas ainda no Estado Novo (1937-1945), assentada nas questões territoriais e na implementação de estratégias capazes de promover a “integração nacional”. O discurso do Governo Vargas caracterizava-se pelo estímulo ao “progresso” do país através de ações que visavam “ocupar” e “proteger” as fronteiras Oeste do Brasil.

A obra “A Nova Política do Brasil (1938-1944)” de autoria de Getúlio Vargas, pontua as linhas políticas expressas na Constituição do Estado Novo e as Conferências e discursos pronunciados pelo próprio presidente e por políticos envolvidos com a construção da “integração nacional”. Esta obra revela a essência do pensamento estratégico que conduziu o programa de povoamento para o oeste nas décadas de 1930, 1940 e 1950. O espírito de unidade nacional manifestava-se de forma latente nas propostas de Vargas, conforme se observa no seguinte trecho de um de seus discursos: “O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país” (SCHWARTAMAN, 1982, p. 21).

A estratégia militar promoveu movimentos migratórios do sudeste brasileiro rumo ao norte, centro oeste e norte do Paraná, regiões estas que, à época, eram percebidos como “espaços vazios” ou como “terras desocupadas”, apesar de ali terem sido habitadas por povos indígenas. Esse fluxo migratório rumo ao norte e centro oeste brasileiro, iniciado preliminarmente em Goiás, Mato Grosso e Paraná e, depois, em uma outra etapa, visou a “ocupação” da Amazônia. No ano de 1941 foi instalada na cidade de Ceres, Goiás, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), pioneira no país. No ano de 1943 foi criada a CAND,

mas problemas políticos durante o governo Dutra adiou o empreendimento para o ano de 1948, quando as ações foram implementadas trazendo os primeiros migrantes para a região da Grande Dourados. Na década de 1950, no segundo governo de Vargas, o fluxo migratório se intensificou estimulado pela propaganda nacionalista do governo.

Companhias colonizadoras encarregaram-se de estabelecer ações em áreas de fronteira e promover ocupações a partir de vendas e/ou doações de terras, estratégia eficaz que propiciou a fixação de colonos oriundos do nordeste, sul e sudeste brasileiro. Esses movimentos envolveram a dinâmica de vários atores sociais: populações de agricultores, profissionais liberais, comerciantes, autoridades, religiosos, professores, entre outros.

Na década de 1960, com destaque para o momento da instauração da ditadura militar (1964-1985), o governo pôs em enredo os programas de ocupação e povoamento, programas considerados modernos para a época, com objetivo de ampliar a rede de ocupação do interior brasileiro. A esse respeito, o sociólogo José de Souza Martins afirma na obra “Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano”, publicada no ano de 1997:

Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação ‘do Oeste’, e a partir de meados dos anos cinquenta, do Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e ocupá-la (MARTINS, 1997, p. 123).

José de Souza Martins (1997, p. 123) desnudou o discurso falacioso da elite política militar sobre ocupação dos espaços ditos “vazios”, a despeito da evidente extensão da parte sulina do antigo Mato Grosso estar ocupada por proprietários latifundiários, ervateiros e inúmeras comunidades indígenas.

Diante do contexto de migração que envolveu o cenário de criação das instituições escolares no sul de Mato Grosso, buscamos algumas questões basilares que nortearam a pesquisa: Como se constituiu a formação da Vila São Pedro, distrito do município de Dourados? Como os franciscanos chegaram ao Brasil e em Mato Grosso? Quem eram os franciscanos? Como era a organização escolar advinda dos franciscanos na Escolas Reunidas São Pedro? O que era Escola Reunida? Os franciscanos administravam a escola reunida durante o período em estudo pela falta do interesse do Estado em assumir o controle da instituição escolar ou porque possuíam mecanismos específicos para manter o controle da escola nessa época? Quem eram os professores, diretores, funcionários e alunos desta instituição?

Estas questões geraram perspectivas e desafios no processo de pesquisa acerca da história de instituições escolares em consonância com as mudanças políticas educacionais. Daí

a necessidade de se descobrir no cotidiano das escolas as singularidades existentes no âmbito da história da educação (sul) mato-grossense, bem como explicar a concepção e papel da Escola Reunida São Pedro para o seu tempo.

Produção acadêmica sobre o tema nos PPGedu de Mato Grosso do Sul

O desenvolvimento de uma pesquisa sobre a Escola Reunida São Pedro visa contribuir com a ampliação do conhecimento acerca do processo de ensino primário em Mato Grosso, na medida em que permite buscar as singularidades desse modelo de escola no Estado, bem como a percepção de como era a organização escolar de uma instituição sob o controle dos franciscanos. Além disso, tem a ambição de propiciar reflexões acerca do ensino primário desenvolvido no contexto de migração/formação de uma vila na parte sul de Mato Grosso, contexto peculiar capaz de propiciar elucidações em torno das formas de surgimento e funcionamento de instituições escolares em Mato Grosso.

A pesquisa sobre a Escola Reunida São Pedro, situada no antigo Núcleo Colonial de Dourados, Distrito de Vila São Pedro (Dourados, sul do Mato Grosso) apresenta relevância social na medida em que, dos 8 distritos que compõe a região – Guaçu, Indápolis, Itaum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Vila Formosa e Vila Vargas –, apenas quatro deles foram estudados no âmbito educacional e acadêmico: o Distrito de Picadinha, o Distrito de Vila Vargas, o Distrito de Indápolis e o distrito do Guaçu.

No que se refere ao Distrito da Picadinha destacou-se a dissertação “Educação Rural em Dourados: A Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)”, defendida no ano de 2014 por Clovis Irala, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Cristina Furtado, na qual o autor discorreu sobre o ensino rural primário no Sul Mato Grosso, com destaque para a história da Escola Geraldino Neves Corrêa, do Distrito da Picadinha, no município de Dourados, no período de 1942 a 1982. Irala (2014) analisou o processo de instalação e funcionamento no distrito da Picadinha, com destaque para o perfil de seu quadro discente e docente e organização curricular.

Em 2005, o historiador Wilker Solidade da Silva (2015) dedicou sua pesquisa educacional ao Distrito de Vila Vargas reunida em sua dissertação intitulada “Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbana/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)”, orientado pela Prof^ª. Dr^ª Maria do Carmo Brazil. Eaminou a escola primária urbana/rural o ensino rural na região da Grande Dourados, entre os anos de 1963 e 1974. A pesquisa elegeu o Grupo Escolar Presidente Vargas, situado no Distrito

de Vila Vargas e nela o autor analisou a inserção e funcionamento da referida escola na região, bem como o diálogo dos agentes educacionais com a comunidade a que este estava vinculado.

A respeito do Distrito de Indápolis destacou-se a dissertação intitulada “História da disciplina de Biologia Educacional no Curso de Magistério da Escola Dom Bosco de Indápolis, Distrito de Dourados/MS (1977-2000)”, defendida no ano de 2012 por Rozângela Soares Grangeiro Borges, sob orientação da Prof^a. Dr^a Alessandra Cristina Furtado. A autora analisou a história da disciplina de Biologia Educacional no Curso de Magistério da Escola Estadual Dom Bosco, do Distrito de Indápolis, na perspectiva da Nova História Cultural, sobre Cultura Escolar, Currículo e História das Disciplinas Escolares.

A dissertação de Ana Lucia Pereira Borges Ebenritter, intitulada “Da Escola na Casa à Escola Municipal Fazenda Miya do Distrito do Guassú – MT (1965 -1977)”, também orientada pela Prof^a. Dr^a Alessandra Cristina Furtado, analisou a história da Escola Municipal Fazenda Miya, instalada por imigrantes japoneses no distrito do Guassú, município de Dourados-MS, na década de 1960. Buscou examinar o processo de criação e instalação dessa escola, identificar e caracterizar o perfil de seus alunos e docentes e, ainda, analisar como era o ensino oferecido por essa instituição escolar no período de 1965 a 1977.

Almejamos inicialmente, portanto, explicitar as questões políticas, sociais e religiosas que modificaram a estrutura educacional no âmbito regional e nacional. Na sequência, tivemos a intenção de enfatizar as formas de ensino presente na cidade de Dourados/MT para o período, e verificar a atuação dos franciscanos dentro do campo territorial assentado que tinha como base a Paróquia São Pedro Apóstolo. Inúmeras informações foram levantadas em *sites* de universidade, narrativas memorialistas publicadas e crônicas dos frades franciscanos envolvidos com a educação em ambiente rural (Ver Quadros 1, 2 e 3).

Dentro dos descritores do Portal de Teses e Dissertações da CAPES encontramos 103 resultados para a categoria franciscana, no entanto foram delimitados a partir da relação entre os franciscanos/educação no sentido de refinar os resultados. O Quadro 1 mostra parte desta construção de estudos sobre os franciscanos em âmbito nacional. O período escolhido para levantar estas produções foi de 2005 a 2016, considerando o momento de ingresso como aluno especial no PPGEduc/UFGD (2016). Foram encontradas 2 teses e 3 dissertações que deram visibilidade à dinâmica relação educação/religião, principalmente tratando dos franciscanos, ordem religiosa abordada nesta dissertação.

Quadro 1: Portal de Teses e Dissertações da CAPES

Banco de dados	Descritores	Nº de material encontrado	Nº de trabalhos selecionados	Trabalhos selecionados
Portal de Teses e Dissertações da CAPES.	Franciscanos	103	5	<p>História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-Mt (1953-1963). Tese. Autora Geogea Suppo Prado Veiga. Ano 2014.</p> <p>Entre bordados, cadernos e orações: A educação de meninas e as práticas educativas o Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969). Dissertação. Autora: Josineide Siqueira de Santana. Ano 2011.</p> <p>Um burel a plenos pulmões: atuação de Frei Pedro Sinzig na educação franciscana e imprensa católica (1900-1920). Dissertação. Autora: Talita Deniz Amâncio. Ano 2014.</p> <p>No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963). Tese. Autora: Aparecida Maria Almeida Barros. Ano 2010.</p> <p>A formação dos frades menores no convento de São Francisco da Bahia: franciscanismo, filosofia e teologia- memória e permanência dos valores pedagógicos dos restauradores alemães 1890-1970. Mestrado. Autora: Paula Ruas Ferreira. Ano 2016.</p>

Fonte: Portal de Teses e Dissertações da CAPES. Organização Borba, 2019.

O trabalho de Geogea Suppo Prado Veiga, intitulado “História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba-MT (1953-1963)”, defendido no ano de 2014, visou a análise do processo de constituição do Patronato de Menores São José, na cidade de Paranaíba-MT. Tratou-se de uma instituição confessional criada pela Ordem dos Frades Menores, os quais chegaram ao Brasil em 1938, oriundos da Alemanha. Segundo Veiga (2014), o intuito foi pesquisar a história de uma instituição escolar que teve a finalidade de ser patronato (recursos privados) mas que, de certa forma, acabou perpetuando e usando recursos públicos. As ações aparentemente tinham caráter puramente altruísta, mas atendia também parte da elite da região, principalmente filhos de fazendeiros da cidade.

A dissertação de Josineide Siqueira de Santana, intitulada “Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na

Escola da Imaculada Conceição (1922-1969), defendida em 2011, trouxe análise sobre a educação feminina nas instituições católicas, como o Orfanato de São Cristóvão e Escola da Imaculada Conceição. Santana (2011) investigou as práticas educativas desenvolvidas nestas instituições, no período de 1922 a 1969, por representar dois momentos de importantes: a chegada das religiosas missionárias e a mudança da nomenclatura da instituição que passou de Orfanato de São Cristóvão para Lar da Imaculada Conceição, dando ênfase à cultura escolar.

Talita Diniz, com a dissertação intitulada “Um Burel a Plenos Pulmões: Atuação de Frei Pedro Sinzig na Educação Franciscana e Imprensa Católica (1900-1920)”, defendida em 2014, teve como propósito abordar aspectos da trajetória de Pedro Sinzig (1876-1952), frade franciscano, nascido na Áustria e naturalizado brasileiro. Foi ligado à imprensa católica e o responsável direto pelo processo de modernização da Editora Vozes, criada pelos franciscanos, em 1897, na então Tipografia da Escola Gratuita São José, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

A tese de Aparecida Maria Almeida, intitulada “No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)”, defendida em 2010, teve como objetivo analisar os vestígios da catequese e da educação franciscana materializadas nas escolas paroquiais, criadas em Goiás na primeira metade do século XX. Segundo Barros (2010), os franciscanos não apenas disseminaram o seu projeto missionário, como também definiram acordos e mediações com a realidade local por meio das ações educativas e catequéticas. Estas ações resultaram na demarcação de espaços concorrentes e similares nos quais os franciscanos teriam realizado dentro das escolas paroquiais na região do estado de Goiás. Atuaram em escolas não confessionais, mas sob influência da Igreja, como aconteceu em inúmeras instituições educacionais paroquianas.

A dissertação intitulada “A formação dos frades menores no convento de São Francisco da Bahia: franciscanismo, filosofia e teologia - memória e permanência dos valores pedagógicos dos restauradores alemães 1890-1970”, escrita por Paula Ruas Ferreira e defendida em 2016, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), consta considerações sobre a formação dos frades menores no Convento de São Francisco da Bahia, principalmente no que diz respeito aos aspectos relacionados à memória e permanência dos valores pedagógicos dos Restauradores Alemães no período 1890-1970. Ferreira (2016) partiu de uma das vertentes do franciscanismo (memória da Pedagogia Franciscana inserida na Educação Cristã) e a sua influência no contexto político, social e religioso, no período da Restauração da Província Santo Antônio do Brasil, mais especificamente no Convento São Francisco em Salvador Bahia. Isto foi viabilizado por frades oriundos de Bardel (Alemanha) com a finalidade de recuperar aspectos físicos e

religiosos da referida província, quase destruída por causa das políticas adversas entre Igreja e Estado Imperial.

No rol das dissertações produzidas pelo PPGEdU/UFGD, envolvendo a missão franciscana no sul de Mato Grosso, destacamos as de Fanny Silva Valdez (2017) e Eliane Maria Amaro (2018), orientadas por Maria do Carmo Brazil.

Quadro 2: Franciscanos Portal de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal da Grande Dourados

Banco de dados	Descritores	Nº de material encontrado	Nº de trabalhos selecionados	Trabalhos selecionados
Portal de Teses e Dissertações da UFGD	Franciscanos	2		Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante (MT/MS): educação e missão (1959-1994). Dissertação. Autora Fanny Silva Valdez. Ano 2017. Escola franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na Grande Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). Dissertação. Autora Eliane Maria Amaro. Ano 2018.

Fonte: Portal de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal da Grande Dourados. Organização Borba, 2019

Fanny Silva Valdez (2017) apresentou a participação masculina na educação e missão franciscana na região sul mato-grossense. Na dissertação intitulada “Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)”, Valdez (2017) analisou as instituições franciscanas, a expansão educacional e a missão na região; a gênese, o perfil de funcionamento da instituição confessional católica na cidade de Rio Brillhante-MS, a conformação sociocultural e o processo educativo do Seminário/Escola. Os resultados da pesquisa apontaram um investimento feito por alemães na “Região de Missões”, em especial, no que tange à educação, aspecto que favoreceu sua extensão e atuação efetiva. A participação franciscana visou não apenas a chamada “promoção vocacional”, mas também o exercício e a oferta educacional. A autora explicou que, se por um lado o Seminário apresentou limitações enquanto promotor sacerdotal, por outro, obteve sucesso enquanto escola e promotora de uma educação de qualidade.

No primeiro capítulo da referida pesquisa, intitulado “Instituições educacionais franciscanas: Escritos e percursos de pesquisa histórica”, Valdez (2017) retratou seu percurso

investigativo que envolveu a coleta de dados bibliográfica, teses e dissertações, revistas sobre história da educação, levando a viabilidade do seu trabalho. Apresentou aspectos sobre os trabalhos de instituições escolares, bem como trabalhos que envolvem a educação e missão e principalmente sobre a ordem franciscana que permeia todo seu trabalho. No segundo capítulo “Nos mais remotos rincões... A presença franciscana”, apresentou a narrativa histórica sobre a chegada dos freis franciscanos, oriundos da Alemanha, que, em meio a Segunda Guerra Mundial se deslocaram para a Brasil. A autora destacou a presença franciscana por meio das missões em todo o estado de Mato Grosso, e o propósito de assentarem-se na, então, cidade de Entre Rios, hoje Rio Brillhante, com objetivo de instituírem um seminário nesta cidade. O terceiro capítulo, “O seminário franciscano de Rio Brillhante: criação, perfil de funcionamento e processo educativo”, foi dedicado à análise dos aspectos da cultura material escolar e da cultura escolar, observando em toda sua história a significância da missão para a região sul do estado do Mato Grosso, bem como um modelo de escola-seminário.

No caso do Seminário Franciscano de Rio Brillhante, procurou-se antever a inter-relação entre a população interna e a comunidade envolvente (agentes externos). Esse aspecto pode ser retirado dos dados relativos à movimentação dos agentes sociais na escola, aos critérios de acesso, à origem histórica e geográfica, à forma de recrutamento, entre outras. Como parte dessa discussão, faz-se necessário identificar o cenário socioeconômico, político e cultural do país, da região e da cidade, desde a sua criação – na qual, em grande parte, foi constituída pelo pensamento e ações dos agentes dominantes: elites agrárias e classes médias, as quais ainda estão fortemente marcadas pela ideologia cívico-nacionalista e positivista (VALDEZ, 2017, p. 165 - 166).

No quarto e último capítulo, “O seminário franciscano de Rio Brillhante: edificações e vivências cotidianas”, a autora abordou aspectos sobre as instalações da referida instituição, sua fachada, suas plantas arquitetônicas, as áreas de lazer, os serviços dos seminaristas prestados à comunidade, bem como momentos de retiro religiosos e atividades físicas, como o futebol. Valdez (2017) concluiu:

No entanto, há de se enfatizar que o Seminário se destacou enquanto instituição educacional, ao ofertar uma disseminação qualitativa do ensino-aprendizagem no interior do Mato Grosso/Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1960 e 1990. Dessa forma, se por um lado o Seminário se viu diante das limitações, no que tange ao estímulo e cultivo de sacerdotes nativos, isto não ocorreu diante da perspectiva da Escola/Colégio Santo Antônio de Rio Brillhante (VALDEZ, 2017, p. 242).

Eliane Maria Amaro (2018) fez análises acerca do movimento da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, oriundas da Província do Rio Grande do

Sul, rumo ao sul de Mato Grosso, a partir de 1954. O propósito foi se aprofundar a análise na criação, instalação, perfil de funcionamento, enfim, a história da instituição educativa. Trata-se de uma instituição confessional católica, dirigida por freiras franciscanas em Dourados, desde o ano de 1955. A análise envolveu o movimento dos franciscanos e sua Missão no Mato Grosso em decorrência da expansão do comissariado franciscano, cujo início ocorreu com a inauguração de um Comissariado do Provincial de Mato Grosso em 1938, vista como novo campo de atividade missionária.

A dissertação de Aline Cerutti Pereira, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD no ano de 2006, sob o título “Representações franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande- Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)”, teve como objetivo compreender as representações franciscanas “ressignificadas”, ao longo do período de renovação católica (1950 a 1980). As representações aportadas no referencial histórico evidenciaram-se na edificação e perpetuação da Igreja Católica, justificando a vinda e permanência da Missão Franciscana no novo campo de missão religiosa.

A abordagem da autora permeia a história do sul de Mato Grosso e se centra tanto na chegada dos franciscanos na dita “terra de missões”, como também na expansão de seus trabalhos envolvendo educação e missão. A autora pontua, em especial, as ações da Paróquia São Francisco de Assis de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul:

As representações franciscanas, formadas pela história e pela memória, foram construídas com a presença e atuação da Missão Franciscana, tecida na relação entre os missionários e a comunidade, promovendo processos constituídos de identidades e alteridades, a partir da ideia de dar prosseguimento à obra de São Francisco de Assis, legitimando, assim, a sua presença no novo campo de trabalho missionário (PEREIRA, 2006, p. 44).

Em se tratando de revistas, pode-se destacar o artigo escrito em 2011 por Tania Conceição Iglesias, intitulado “Fontes Franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na História da Educação Brasileira”. Iglesias (2011) apresentou a essência da obra “Historiografia do Brasil” no que se refere ao tema franciscano. Além disso, elencou as produções historiográficas brasileiras dedicadas à história da educação franciscana. O levantamento feito foi sobre Brasil Colonial e apresentou um esboço dos trabalhos que abarcam educação e missão franciscana, conforme explicita:

O artigo de Venâncio Willeke é, com certeza, o trabalho que mais se aproxima de um estudo sobre a ação educativa dos franciscanos no Brasil. Podem-se encontrar outros trabalhos que se referem à “escola franciscana”, mas trata-se do entendimento franciscano a respeito do complexo doutrinal sistematizado

no século XIII pelos mestres eminentes da Ordem e, portanto, classificados como franciscanismo ou estudo da história e da filosofia mística da Ordem, não podendo ser confundidos com história da educação praticada pelos franciscanos. Em 1974, Ailene Contreiras dos Santos desenvolveu, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma tese de doutorado sobre os jesuítas e os franciscanos, intitulada “Estudo Documental da Atuação Jesuítica e Franciscana na Educação do Brasil - Colônia (1500-1808)” (IGLESIAS, 2011, p. 262).

Nesse fragmento observa-se a que dificilmente se pode entender a gênese do campo educacional brasileiro sem se considerar o papel da Ordem franciscana no processo. A autora ressalta sua ambição acadêmica em abrir caminhos para novas pesquisas e apresentar possibilidades ímpares de estudos sobre esta influência franciscana na educação brasileira.

Outro descritor relacionado à pesquisa em tela refere-se à educação rural, o qual foi buscado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesse banco digital foram encontrados 24 trabalhos relacionado ao tema e, destes, 5 foram selecionados porque se encaixava na temática da pesquisa como mostra o quadro 3.

Quadro 3: Educação Rural - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Banco de dados	Descritores	Nº de material encontrado	Nº de trabalhos selecionados	Trabalhos selecionados
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Educação Rural	24	5	<p>Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968). Dissertação. Autora: Agnes Iara Domingos Moraes. Ano 2014.</p> <p>Vivências e memórias: a cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antonio em Tangará da Serra - MT (1965-1983). Dissertação. Autora: Katia Maria Kunntz Beck. Ano 2015</p> <p>Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na Educação (1927-1945). Dissertação. Autora: Marineide de Oliveira da Silva. Ano 2012</p> <p>Escola rural em Mato Grosso: de professor leigo a sábio (1945-1965). Tese. Autora: Marineide de Oliveira da Silva. Ano 2018</p> <p>Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária no meio rural (1942-1988). Dissertação. Autor: Reginaldo Anselmo Teixeira. Ano 2010</p>

Organização: Borba, 2019.

Agnes Iara Domingos Moraes (2014), na dissertação intitulada “Ensino primário tipicamente rural no estado de São Paulo: um estudo sobre as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais (1933-1968)”, defendida em 2014, reconstituiu aspectos da história da escola primária rural no Estado de São Paulo, cujo foco foram as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais, implementadas no período de 1933 a 1968.

A autora destacou as características e especificidades das instituições de ensino típico rural, considerando os objetivos políticos, econômicos e culturais do momento histórico em que foram criadas e implementadas as experiências educativas. Suas considerações foram concebidas graças ao entendimento da consonância do ensino primário com o ensino primário rural. A dissertação tratou, também, do atendimento de demandas preeminentes no momento histórico da implementação do ensino rural no interior de São Paul. Estas demandas estiveram relacionadas à formação de uma identidade nacional, à fixação do homem no campo, à difusão do sanitarismo e à disciplinarização para o trabalho.

“Vivências e memórias: a cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio em Tangará da Serra - MT (1965-1983)”, dissertação de Katia Maria kunntz Beck defendida no ano de 2015, teve por objetivo analisar as representações de escolarização da infância na cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, criada no espaço rural denominado “Reserva”, durante o período de colonização de Tangará da Serra-MT.

Com base na análise de documentos e dos relatos de memória sobre o período inicial de colonização e sobre a criação da primeira escola rural no município, pode-se entender que foi a partir da mobilização, do envolvimento e do interesse das famílias migrantes, em busca de melhores condições de vida, que a educação escolar despontou no espaço rural, graças à demanda da população que apostavam nos estudos de seus filhos vislumbrando um futuro melhor para eles.

Marineide de Oliveira da Silva, em sua dissertação intitulada “Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na Educação (1927-1945)”, defendida no ano de 2018, analisou a criação e a expansão das escolas isoladas rurais, desde a aprovação do Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 até a consolidação dos ideais da Escola Nova em 1945.

A autora apresentou narrativas esboçadas por atores sociais que vivenciaram o cotidiano e os acontecimentos no meio rural que contribuíram para a construção do sistema educacional brasileiro. A autora recorreu ao levantamento e análise de fontes documentais, como Relatórios de Presidentes, Inspectores de Estado e Diretores da Instrução Pública; Mensagens de Presidente do Estado de Mato Grosso e legislação disponível nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM).

Mais tarde, em 2012, a mesma autora defendeu a tese “Escola Rural em Mato Grosso: de professor leigo a sábio (1945-1965)”, cujo foco foi a análise da constituição do educador/a leigo/a e as mudanças vivenciadas no âmbito social e educacional que exigiu, a partir da década de 1940, a qualificação de docentes para atuar nas escolas rurais de Mato Grosso. Com a finalização do regime do Estado Novo, ainda encabeçado pelo grupo getulista, foram implementadas as reformas educacionais que tinham como proposta o investimento na formação de professores através do magistério. Muitos professores leigos ministravam aulas nas escolas primárias de todo Brasil, mas no final da década de 1960 vislumbrava-se novo cenário na educação brasileira:

Para entender o futuro e as projeções educacionais contemporâneas, faz-se necessário analisar o passado. Este trabalho se insere nesse contexto, ao

investigar a escola rural de Mato Grosso num período em que não havia efetivação de políticas educacionais para essa modalidade específica de ensino, o qual atualmente recebe o nome de educação do/no/para o campo. Apesar de ser uma pesquisa que utiliza fontes documentais e orais do passado, esta investigação tem como método de análise a cartografia (SILVA 2018, p. 25-26).

O governo do Estado de Mato Grosso buscava modelos escolares que suprissem a formação de professores, igualando-se a outras partes do país consideradas de melhor qualidade de ensino, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. As reformas educacionais são indícios que provam que a unificação da nação era um objetivo na República.

Reginaldo Anselmo Teixeira, em dissertação defendida na UNESP no ano de 2010, sob o título “Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural – 1942/1988”, dedicou-se a tratar dos aspectos da cultura escolar da escola primária rural, além de ter realizado reflexões sobre a continuidade das experiências dos sujeitos escolares ao longo do tempo como aspectos da cultura escolar.

O estudo dialogou com as fontes documentais encontradas no interior da escola, ou seja, com a legislação que a ordenava juridicamente, na tentativa de perceber a relação existente entre os diversos atores que a compunham e a relação com a comunidade em que estava inserida. A partir do diálogo com as fontes documentais, o autor perseguiu os vestígios desta micro história que levou à visualização da cultura escolar e à discussão do desempenho político, social e cultural dos sujeitos no decorrer do tempo na instituição estudada.

A revisão de literatura apresentada impulsiona a reflexão sobre o objeto de estudo em questão nesta pesquisa, pois mostra como o tema está sendo trabalhado nos âmbitos regional e nacional. Também possibilita descobrir caminhos a serem traçados, além de contribuir com os questionamentos tecidos no decorrer da pesquisa.

Fontes históricas e procedimentos metodológicos

Para a análise sobre a participação dos atores sociais no processo de escolarização da infância no Distrito Vila São Pedro recorreremos ao conceito de “prática de espaço”, desenvolvido por Michel de Certeau (1996). Assim, cabe igualmente propor uma relação entre história, memória e identidade a partir da definição dos conceitos apresentados pelo mesmo autor. Além disso, para a construção da escrita do universo rural e suas vivências buscamos os referenciais apresentados por Maurice Halbwachs (1990), com destaque para as memórias

sociais (coletivas), cuja contribuição foi diferenciar história e memória e, também, enfatizar o caráter social desta última.

O surgimento da Escolas Reunidas São Pedro se deu no final da década de 1960, no bojo da construção do “novo espaço”, por agentes que migraram para a região periférica de Dourados. Entendemos que esse espaço social surgiu a partir da ação humana, daí a necessidade de propor uma análise sobre a história da Escola na região envolvendo a inter-relação entre história, memória e identidade.

Para Halbwachs (2004), a memória não é espontânea ou unificada naturalmente. Ela é construída conforme os sentidos subjetivos dos indivíduos que rememoram suas ações sociais. No caso do nosso objeto de análise, a rememoração pode ser desenvolvida por “guardiões da memória”, entendidos tanto como pessoas que participaram do processo de colonização do espaço e da institucionalização da escola, quanto pela administração pública, colonos migrantes, ou pela ação destes atores na constituição de lugares da memória – monumentos, comemorações, festas, como definidos por Jacques Le Goff (1990). No entanto, cabe ressaltar que, segundo o autor, estudar memórias sociais implica abordar a história e as temporalidades.

As primeiras aproximações com o tema impuseram a necessidade de construir um *corpus* documental de cunho oficial, acervos das instituições escolares em geral, e da Escola Reunida São Pedro, em particular, além dos depoimentos dos sujeitos. Além disso, recorreremos aos acervos privados de professores que lecionaram na referida instituição. Algumas fontes foram tomadas como ponto de partida e outras como suporte básico para a nossa investigação, com destaque para os relatos memorialísticos, registros documentais, impressos, periódicos, iconografia entre outras fontes históricas.

Lançou-se mão dos jornais circulantes na época que podem colaborar com informações adicionais, com destaque para as matérias produzidas pelo “Jornal O Progresso” que circulava desde o ano de 1951, ainda no então ainda Mato Grosso, produzido e veiculado até os dias atuais. As memórias, entendidas como formas de representação, podem servir a projetos de construção identitária de grupos ou segmentos sociais, legitimando práticas homogeneizadoras culturais, delimitando diferenças. Em Chartier, aprendemos que os discursos “[...] produzem estratégias e práticas sociais, que [...] tendem a impor uma autoridade à custa de outra, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17). Ou seja, as representações permeiam a linguagem usada cotidianamente nas religiões e no saber do “senso comum”, compondo o conceito de *habitus* de cada agente, nos campos ou grupos profissionais e nas classes sociais.

Enquanto marcas sociais, as representações se originam do contexto histórico e coletivo, orientadas por uma forma de pensamento.

Nas matérias publicadas pela imprensa regional local, aqui representada pelo Jornal “O Progresso”, constavam signos identitários, envolvendo tradições inventadas acerca de sentidos e origens das cidades, características físicas e econômicas destas, feitos políticos ocorridos nas esferas municipal, estadual e federal, *modus vivendi* dos moradores, festas cívicas, quermesses, cerimônias e procissões religiosas, entre outros. O jornal tem seu acervo disponível nas dependências do campus da UFGD, mais precisamente no Centro de Documentação Regional (CDR), resultado de um convênio firmado desde o ano de 2013 entre o Jornal e a Universidade, a qual disponibiliza para os pesquisadores versões digitalizadas, facilitando o acesso ao material. Além disso, O Jornal O Progresso é um dos meios de informações mais antigos no estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, há lacunas de anos a serem preenchidas, justificadas pelo extravio ou não digitalização.

Na composição de conteúdo do referido jornal, os editores utilizaram como linguagem as imagens, fotografias e textos de humores com a finalidade de sintetizar o a essência do pensamento da população no que se refere à riqueza das terras e ao projeto de colonização do governo federal em fins da década de 1970.

Recorremos também ao Livro de Tombo da Paróquia São Pedro Apóstolo, que de acordo com a Lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008, do Estado de Mato Grosso do Sul, dispunha sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, em seu capítulo II. Este material envolve o tombamento, firmado no artigo nº 4 que a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e distingue quatro tipos de Livro de Tombo, sendo:

I - no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico serão inscritos os bens pertinentes à categoria de artes ou achados arqueológicos, etnográficos e ameríndios, arte popular, grutas ou jazidas pré-históricas, paisagens naturais e coisas congêneres;

II - no Livro de Tombo Histórico serão inscritas as coisas de interesse histórico, as obras de arte históricas e os documentos paleográficos ou bibliográficos;

III - no Livro de Tombo de Belas Artes serão inscritas as coisas de arte erudita estadual, nacional, estrangeira, antiga e moderna;

IV - no Livro de Tombo das Artes Aplicadas serão inscritas as obras nacionais ou estrangeiras, que se incluam na categoria das artes aplicadas (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

O Livro de Tombo da Paróquia São Pedro tem relatos de todas as atividades desenvolvidas na paróquia desde a sua fundação em 1955 até o ano de 2012. Nele se encontra

dados reunidos na secretária da Paroquia São Pedro, localizado no distrito da Vila São Pedro, para o manuseio. Trata-se de uma fonte que exige cuidado e preservação na medida em que se encontra em processo de degradação natural.

Para discutir a chegada da ordem franciscana com propósito missionário e sua atuação na história da educação na região, recorreremos ao livro/crônica reunida por frei Knob (1988), sob o título “A Missão Franciscana do Mato Grosso”. Nesse material consta o relato minucioso sobre a chegada e as realizações da missão em terras mato-grossenses. Este olhar de um agente da ordem religiosa foi de suma importância para a investigação na medida em que seu autor discorre sobre o cotidiano e outros sujeitos que se movimentaram no distrito e na instituição escolar da Vila São Pedro, como demais paróquias que assumiam. Evidentemente, essa obra foi lida à luz dos conceitos de práticas e representações sociais.

Outra fonte utilizada foi a obra escrito pelo frei franciscano Jorge Elsing OFM, no ano de 1988, sob o título “Entre os Rios Paraguai e Paraná: Experiências e reflexões de um missionário franciscano em Mato Grosso”. Esta obra foi escrita para celebrar os 50 anos da Missão Franciscana no Mato Grosso e retratou a história de vida dos missionários, os quais, segundo o autor, em sua maioria, renunciavam aos bens da cultura de sua pátria, se esforçavam por se adaptarem ao novo campo de trabalho e adquiririam outros hábitos de vida e nova maneira de pensar. Trata-se de uma obra que visou facilitar a identificação da juventude com a história franciscana mato-grossense, bem como para incentivar reflexão mais profunda sobre a realidade concreta e ambiente cultural, social e eclesial.

Organização dos capítulos

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “ Espaço, Lugar e Vivências”, abordou o fortalecimento da Vila São Pedro e sua importância num espaço que estaria se expandido graças à política de ocupação territorial implantada desde a década de 1940 na região. O segundo capítulo, intitulado “Franciscanos: Educação e Missão em Dourados e Região”, tratou do movimento dos franciscanos a partir da sua criação até a chegada na Igreja Católica da Vila São Pedro, enfatizando a missão franciscana do Mato Grosso e suas estratégias de evangelização no município de Dourados por meio da constituição de escola católica. Por fim, o terceiro capítulo, intitulado “ Da Escola Paroquial à Escolas Reunidas São Pedro: uma história de descobertas”, tratou da ação franciscana por meio da Escola Reunida São Pedro no fim da década de 1960, focalizando missão e educação, perfil e funcionamento – o cotidiano escolar, suas memórias e identidade.

CAPÍTULO 1

ESPAÇO, LUGAR E VIVÊNCIAS

A História sempre exerceu sobre os homens um irresistível fascínio. Creio que este fascínio resulta de um Homem estar convencido que pode encontrar no passado algumas das respostas fundamentais acerca de si próprio. Procura-se explicar muito do que hoje é “assim” pelo que ontem foi, e como foi. De facto, a ignorância ou o desprezo do passado correspondem a tentativa absurda ou perigosa de anular a posição anterior ou de querer negar o real (MATTOSO, 1997, p. 19).

(Capítulo I de A Escrita da História – Teorias e Métodos.)

Estar em um lugar é fazer parte do desenvolvimento deste espaço, é encontrar um novo recomeço e construir uma vida. Este espaço passa por inúmeras transformações, mudanças necessárias para que todos possam viver bem. Em se tratando desta pesquisa, temos o intuito de mostrar como esses agentes da sociedade, que vieram para colonizar um determinado espaço, influenciaram diretamente no desenvolvimento de uma determinada região no sentido micro da história, e de toda uma nação no sentido macro da história.

Pode-se dizer que nosso percurso na pesquisa parte com o projeto “Marcha para Oeste”, que visou proteger o território a partir do povoamento e colonização para o interior. Assim, foram criadas comissões para avaliar como se daria a efetivação do projeto e a ocupação territorial. Várias missões foram instituídas e tinham como destino o sertão para realizar análises do solo e dimensionar como ocorreria a migração.

Tal campanha nasceu com o objetivo de promover a ocupação dos espaços considerados “vazios”, apesar desta região sul ser povoada por indígenas. A campanha, revestida de grande aparato midiático, apresentava ao povo brasileiro a colonização como chave para o desenvolvimento econômico e a conquista total de todo território. Vargas, no intuito de coibir mobilizações contrárias ao seu governo, e também de centralizar o poder em suas mãos, viabilizou as ocupações vastas destes territórios.

Quadro 4: Decreto Criação das Colônias Agrícolas Nacionais

Ano	Decreto	Estado	Nome da Colônia
1.941	Decreto 6.882	Goiás	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
1.941	Decreto 8.506	Amazonas	Colônia Agrícola Nacional do Amazonas
1.942	Decreto 10.325	Maranhão	Colônia Agrícola Nacional do Maranhão
1.943	Decreto 5.240	Pará	Colônia Agrícola Nacional do Pará
1.943	Decreto 12.417	Paraná	Colônia Agrícola Nacional - General Osório
1.943	Decreto 5.941	Mato Grosso	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
1.944	Decreto 16.780	Piauí	Colônia Agrícola Nacional do Piauí
1.948	Decreto 25.547	Minas Gerais	Colônia Agrícola Nacional de Jaíba

Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura, 2018. Organização Borba, 2019.

O Quadro 4 nos remete à grandiosidade deste projeto, que incentivou a marcha das famílias para esta região do Brasil, pouco povoada e desenvolvida de acordo com os padrões para o comércio e produção agrícola. As características populistas deste governo e o contexto de nacionalismo possibilitaram que Vargas se tornasse um ídolo na memória popular, afinal, a

implantação das Colônias Agrícolas Nacionais, embora algumas inseridas também no governo Dutra, por coincidência, se consolidaram no início da década de 1950, durante seu governo.

Quando Vargas retornou ao cenário político nacional, eleito por meios democráticos, dando novos impulsos aos trabalhos da Colônia, estimulou para se concretizar os projetos iniciados em seu primeiro mandato. Quando eleito em 1950, a situação política já se encontrava mais estabilizada. Este acaso da história, ou seja, a volta de Vargas e o prosseguimento nos trabalhos com a CAND, reforçou na memória popular a relação entre esse governo e o desenvolvimento das colônias.

As famílias que migraram para o Mato Grosso, em especial para Dourados, sul do estado, são aqueles que seguem o roteiro do movimento migratório do Brasil, geralmente do Nordeste, que migraram para São Paulo e, depois, para o Paraná. São paulistas que foram para o norte do Paraná e mineiros que migraram para São Paulo e depois para o Paraná. Depois desta onda migratória, paulistas, paranaenses, nordestinos e mineiros foram para o sul de Mato Grosso. A compreensão do processo migratório rural-rural possibilitou aos pequenos produtores rurais mineiros, paulistas, nordestinos e paranaenses a buscarem novas terras.

Ao analisarmos os movimentos migratórios brasileiros de 1940 a 1950, percebemos que existiu grande fluxo de nordestinos para São Paulo, especialmente após a construção da estrada Rio-Bahia. Neste mesmo período, o Paraná recebeu um contingente populacional proveniente de São Paulo. O relato de José Lopes dos Santos, morador da CAND desde a década de 1950, e que infelizmente se encontra em memória, mostra que parte das pessoas que habitavam esta região tinha feito o mesmo trajeto de migração.

Eu lembro como se fosse hoje, eu filho caçula de seis irmãos, junto com meu pai Dionizio Lopes dos Santos e minha mãe Benta Ferreira, morava em Rio Branco na Bahia, um lugar pequeno de não muitas oportunidades, fizemos alguns trajetos, mais o que mais eu lembro é quando viajamos em um barco grande a vapor pelo Rio São Francisco, eu lembro também que junto com a gente vieram muitas pessoas para o mesmo destino, interior de São Paulo, na cidade de Birigui, onde casei com Marcelina Moreira dos Santos e tive meus três primeiros filhos, Maria Aparecida, Dionizio Neto e Mario Lopes. De lá de Birigui, fomos para o interior de Mato Grosso, ganhamos terras na região de Bocajá, no Braço Morto, um braço do Rio Brillhante, ali abrimos estradas e começamos a tentar a vida neste local. Era muito difícil, não tínhamos nada, a pobreza era grande. Muitas famílias fizeram este mesmo trajeto. Vinham da Bahia, tem os que vieram da Paraíba. Ainda neste período, início do ano de 1950, meu pai não querendo separar a família, comprou uns lotes na região da terceira linha, na antiga Cooperativa, hoje nossa Vila São Pedro, deixamos o Braço Morto já tinha mais dois filhos Luis e Neuza Maria, e se instalamos neste sitio comprado pelo meu pai, ele já tinha comprado de outra pessoa. Aqui na terceira linha tive os restantes dos meus outros filhos, Lourdes, Clovis, Vicente e Neuma Vanderli. O único que nasceu no Hospital da Vila

São Pedro, e não no sitio foi meu caçula, Paulo Cesar. Aqui meus filhos cresceram, iam para escola, iam para igreja, tenho até hoje essas terra (*sic*) (José Lopes dos Santos, Dourados, 2015).

De 1950 a 1960 o Paraná recebeu expressivo número de pessoas devido à colonização privada das terras, mas parte da migração já se dirigia para Mato Grosso e Goiás. Segundo Costa, Porto e Nozoe (1987), a transferência do fluxo migratório acontecia em virtude do declínio da produção do café, substituída por atividades que usassem menos mão de obra e também em virtude da construção de estradas que facilitaram o acesso à região Centro Oeste, além da política varguista da Marcha para Oeste.

1.1 As escolas no processo de migração e colonização em Mato Grosso

O Regulamento de 1910 abriu novas possibilidades pedagógicas, ao propor modernizar a educação e implantar modelos de escola com organização diferenciada. Assim, o ensino primário passou a ser ministrado nos grupos escolares e nas escolas isoladas, não desprezando as contribuições do ensino intuitivo. Pela primeira vez é citada, em um Regulamento de educação primária, a nomenclatura “escola isolada”, estabelecido para diferenciá-la dos grupos escolares, independentemente de sua localização urbana, distrital ou rural, pois todas eram consideradas isoladas. No cenário de Mato Grosso (uno) existiam poucas cidades, sendo em maior número as vilas, povoados, chácaras e fazendas. O termo “isolado” parece se referir ao que seria contrário ao urbano, o que não estava relacionado à cidade, mesmo que pequena. A escola isolada podia significar a escola destinada às comunidades pobres, que não necessitavam de uma educação que fosse além dos conteúdos necessários para a vida, com privações que o campo oferecia. O Artigo 12º do Regulamento de 1910 esclareceu que o método intuitivo, após reformulação das prerrogativas educacionais, continuaria presente também nos grupos escolares e nas escolas isoladas.

Esse Regulamento trouxe inovações, visto ter mantido os grupos escolares, subdividido as escolas isoladas em urbana, distrital e rural, e criado um modelo de escola de menor custo aos cofres estaduais, se comparado aos grupos: as escolas reunidas. Com tal normativa se efetivou o ato de reunir escolas isoladas, a que se deu o mesmo nome a escolas reunidas, apresentadas enquanto solução para os problemas da escola primária de Mato Grosso. A partir daí, não só as escolas isoladas seriam suprimidas para compor os grupos escolares, mas também para integrar as reunidas.

No Regulamento de 1927, as escolas isoladas apresentavam características educacionais diferenciadas. As isoladas urbanas eram aquelas localizadas até 3 km da sede do município, cabendo a elas ministrar a instrução primária com cursos de duração de 3 anos; as escolas isoladas noturnas teriam a mesma característica das urbanas, acrescido o fato de se destinar à instrução para meninos maiores de 12 anos que, por algum motivo, fossem impedidos de frequentar o curso diurno; as escolas isoladas rurais seriam aquelas localizadas a mais de 3 km da sede do município e criadas para ministrar a instrução primária rudimentar em cursos de apenas 2 anos (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1927).

Quanto aos grupos escolares e escolas reunidas, seriam eles criados num raio de 2 km da sede do município, ofertando o ensino primário em três anos e seriam diferenciados pelo número de escolas isoladas suprimidas para sua criação e pelo número de classes permitido para cada modelo: Grupos escolares suprimiriam até seis escolas isoladas e teriam, no mínimo, 8 classes, num total de 250 crianças em idade escolar; já as reunidas seriam compostas pela reunião de 3 a 5 escolas isoladas, com frequência de 80 alunos e, no máximo, de 7 classes e mínimo de 3 (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1927).

A criação de escolas foi um dos elementos fundamentais para aceleração da migração desde a década de 1940 do século XX, impulsionada pela política de Vargas e do Estado Novo. O resultado desta aliança, colonização e efetivação da escola, intensificou a oferta de escolarização entre os migrantes, em sua maioria, não escolarizados nas regiões de origem.

A escola, em região de colonização, tem um papel social importante, pois além de ser componente da expectativa do sonho do migrante, de garantir um futuro próspero para seus filhos, a escola e a igreja eram o ponto de encontro das pessoas durante os eventos festivos. Os alunos migrantes que ocuparam os bancos escolares, em sua maioria, eram filhos de colonos e lavradores. Uma parte significativa dos alunos morava em zona rural das localidades. E como eram filhos de famílias cuja vida fora alicerçada no meio rural e também de famílias que estavam em movimento migratório constante, muitos estavam fora da faixa etária de suas séries.

Tabela 1: Quantitativo de escolas, por administração e natureza, no estado de Mato Grosso, 1937

Administração	Quantidade	Natureza
Estadual	227	Escolas Isoladas
	55	Urbanas
	20	Distritais
	152	Rurais
	12	Grupos Escolares
	2	Cursos Complementares
	11	Escolas Reunidas
	1	Escolas Noturna
Municipal	7	Escolas Isoladas Urbanas
	9	Escolas Isoladas Distritais
	22	Escolas Isoladas Rurais
Privadas	64	Escolas Urbanas
	6	Escolas Distritais
	27	Escolas Rurais

Fonte: MATO GROSSO, Manoel Ary da Silva Pires, 1937, p.19.

Num total de 254 escolas estaduais instaladas entre dois mandatos do Governador do Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa (1926-1930; 1935-1937), o principal destaque se centra no número de escolas isoladas. Este modelo de escola teve um aumento de 55% (81 escolas novas) no total de escolas do estado até 1930, e a criação das Escolas Reunidas conseguiu, durante os 10 primeiros anos da Reforma, atingir um número similar ao dos Grupos Escolares, como mostra a Tabela 2. Ao tratarmos da expressividade na instalação das Escolas Reunidas não podemos comparar sua instalação com a de um Grupo Escolar, a considerar a sua estrutura física, mas apontamos que o modelo implantado pelas escolas reunidas seguiu a mesma estrutura graduada de ensino, a sua instalação representa um grande passo para a efetivação do novo modelo no cenário educacional mato-grossense. O destaque dado ao número de escolas isoladas, e maior ênfase às de natureza rural, evidencia uma expansão dos ordenamentos que envolviam a instalação das instituições escolares.

É necessário, entretanto, citarmos que, como antes da Reforma de 1927 a inspeção não era regulamentada com designação específica, no ano de 1937, dez anos depois da Reforma, a instrução pública já contava com a soma dos valores coletados pelos municípios mato-grossenses, o que nos remete que tais números expostos na Tabela 2 podem não significar o total de escolas criadas, mas sim o número de estabelecimentos que já haviam recebido a inspeção do Estado. De qualquer forma, um número positivo para o total já alcançado pela gestão pública.

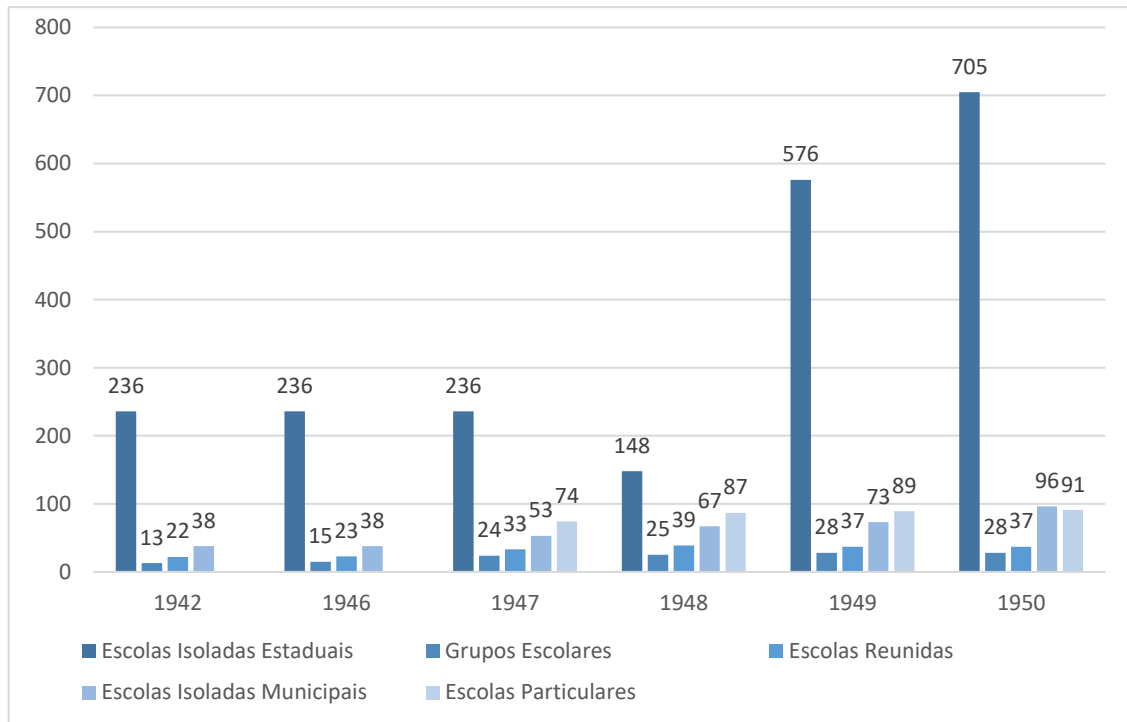
Tabela 2: Número de estabelecimentos que já haviam recebido a inspeção do Estado.

	1937	1942
Grupos Escolares	12	13
Escolas Reunidas	11	22
Escolas Regimentais	0	12
Escolas Noturnas	1	1
Escolas Isoladas Urbanas /Distritais	75	70
Rurais	152	166

Fonte: MATO GROSSO, Manoel Ary da Silva Pires, 1937, p.19-20-21. MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.11.

Estes números evidenciam também a preocupação do estado com a educação, apontam que ao longo do tempo, com a chegada das pessoas para trabalhar na terra, houve um aumento significativo da população, que precisava de uma infraestrutura mínima de sobrevivência e desenvolvimento. Assim, o número de municípios também aumentara, e com isso o investimento deveria no mínimo nutrir a necessidade da população.

Outra característica importante a ser evidenciada é sobre as Escolas Reunidas. Apesar de fazer parte da Instrução sobre Educação de 1927, no Mato Grosso ela se fortaleceu dez anos mais tarde seguindo um crescente como demonstrado no Gráfico 1, que traz um comparativo de seis anos das escolas em Mato Grosso.

Gráfico 1- Quantidade de escolas no Mato Grosso a partir de 1942

Fonte: MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1950, p.58-59. MATO GROSSO, Júlio Strübing Müller, 1942, p.11. Organização: Borba, 2019.

O número de escolas crescera de acordo com a necessidade da população. Das três modalidades de ensino, as Escolas Reunidas destacaram-se no aumento de procura, mas o aumento significativo das escolas isoladas se deu pela vinda dos novos moradores para o sertão mato-grossense. Na Tabela 3 apontamos o número geral de alunos que frequentavam as escolas no período. Dourados tinha 4 escolas reunidas, do total de 37 em todo o estado. Com a vinda dos migrantes a consequência foi o aumento das escolas e o desenvolvimento das cidades.

Tabela 3: Distribuição de Escolas por município, natureza e controle de frequência, das principais cidades do estado de Mato Grosso, 1954.

Município	GESTÃO		NATUREZA			CONTROLE		
	Estado	Município	Particular	Grupos Escolares	Escolas Agrupadas	Escolas Isoladas	Matricula Geral	Frequência média
Dourados	19	7	4	3	4	23	2580	1973
Cuiabá	64	9	13	5	8	73	7279	5090
Campo Grande	30	27	21	3	-	75	9080	7282
Ponta Porã	31	20	7	3	1	54	2068	1872

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1955, p. 130. Organização: Borba, 2019.

Uma das observações mais enfáticas da tabela é a expressão “escolas agrupadas”, quando se cita a natureza da escola, esta que equivale à definição de escolas reunidas. Outro ponto é o controle de distinção dessas escolas por gestão. Segundo Soledade (2015), a iniciativa privada, em especial, como consequência do Decreto 226, de 1938, relativo à burocratização e ao controle ativo do Estado para com a instalação e permanência de instituições de ensino privado, apresentou uma redução na criação de novas escolas de ensino primário. O Decreto de 1938 criou, de certa forma, uma cultura na regulação dessa natureza de ensino no Estado. Desde então, as investidas no ensino primário foram reduzidas, ganhando fôlego as investidas com o ensino secundário, principalmente nas instituições de cunho religioso.

Tabela 4: Distribuição das escolas conforme natureza e quantidade de unidades no estado de Mato Grosso, 1956.

NATUREZA	PRÉDIOS INSTALADOS
Grupos Escolares	49
Escolas Reunidas	36
Escolas Rurais	1.085
Escolas Urbanas	9
Escolas Noturnas	1
Escolas Regimentais	10
Total	1190

Fonte: MATO GROSSO, João Ponce de Arruda, 1956, p.86. Organização: Borba, 2019.

Os dados mostram que a cada ano houve um aumento significativo na procura por escolas, devido ao grande volume de pessoas que povoaram o Mato Grosso. As escolas rurais foram as que, em quantidade, mais cresceram, fato que se justifica em decorrência de parte da população estar localizada na zona rural e ser difícil o acesso dessas pessoas aos centros urbanos por causa da distância e estradas não muito conservadas.

Importante ressaltar que as Escolas Reunidas, assim como os Grupos Escolares, obtiveram um aumento significativo de novas instituições com novos prédios, pois com a chegada de novos moradores houve desenvolvimento e modernização das cidades. Houve também a consolidação do ensino primário no estado, que era prioridade, e por isso mesmo incentivada.

Tabela 5: Rede de escolas primárias por natureza no Estado de Mato Grosso, 1964.

Ano	1960	1963	1964
Escola Modelo	4	4	4
Grupos Escolares	66	84	86
Escolas Reunidas	68	84	84
Esc. Rurais Mistas	1775	1995	2074
Total	1913	2167	2248

Fonte: MATO GROSSO, Fernando Corrêa da Costa, 1965, p.132. Organização: Borba, 2019.

Com o tempo, a procura pelo ensino em Mato Grosso aumentou, assim como o estado foi se desenvolvendo, novas políticas foram aplicadas e à população foi dada mais ascensão à educação escolar. A demanda de pessoas era grande, e o acesso aos grandes centros difícil, por isso o crescimento significativo de escolas rurais mistas. Pode-se destacar, também, que as Escolas Reunidas, que deveriam ser uma modalidade de ensino de passagem, uma forma de economia momentânea, se consolidou tardiamente no estado. Os dados da tabela 5 mostram, além disso, que houve um significativo aumento de estabelecimentos de ensino desta natureza.

1.2 Dourados, terra de consolidação do Mato Grosso

A cidade de Dourados está localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste. Fundada em 20 de dezembro de 1935, possui uma área territorial de 4.086,387 km², com altitude Média de 430 metros, latitude: 22°13'18"S e longitude: 54° 48' 23" O. Sua população é de 220.965 habitantes, segundo o IBGE (2018). Seu fuso horário é de menos 1 (uma) hora com relação a Brasília e de menos 4 (quatro) horas do Tempo Universal Coordenado com relação a Greenwich. Dourados possui clima tropical úmido no verão e seco no inverno, com incidência de geadas.

O Município de Dourados divisa as suas terras ao Norte com Rio Brilhante, Maracaju, Douradina e Itaporã; ao Sul, com Fátima do Sul, Caarapó, Laguna Carapã e Ponta Porã; ao Leste, com Deodápolis; e a Oeste, com o município de Ponta Porã. Pertence à bacia hidrográfica do Rio Paraná. Seus principais rios são o Dourado, Santa Maria, Brilhante e Peroba. Situa-se aproximadamente a 220 km de Campo Grande, e a 120 Km da fronteira com o Paraguai. Dourados destaca-se pela agricultura, com a produção de grãos de soja e milho; e pela pecuária, com a criação de bovinos. Também se destaca na produção de aves, ovos e mel de abelha.

Em 1967, Dourados estava localizada na zona do Planalto Matogrossense, na bacia do Paraná. Sua posição geográfica em relação a capital do Estado, no que concerne à sede municipal, é de 18° 07' 03" de latitude e 54° 25, 07" W. Green. A sede do Município tem uma altitude de 464 metros acima do nível do mar, colocando-se em 13º lugar pela ordem, no Estado de Mato Grosso, o que faz com que desfrutemos a ano todo de um clima agradabilíssimo. Enquadra-se no clima tropical de altitude de verão brando. O período de chuvas tem início em setembro, indo até março representando maior intensidade entre janeiro e fevereiro.

Possuía 11 distritos inclusive o da sede, assim distribuídos: Sede, Bocajá, Angélica, Guaçu, Douradina, Itahum, Panambí, Picadinha, São Pedro, Serraria e Vila Vargas. O município de Dourados, apesar de haver perdido grande parte de seu território com o desmembramento de vários municípios, contamos hoje, com uma população estimada em aproximadamente 85.000 habitantes, sendo na cidade de Dourados uma estimativa de 28.000.

Para tratar da história de Dourados rememoramos a presença dos povos indígenas que aqui já habitavam antes dos primeiros colonizadores da região, com destaque para as etnias Terena, Kaiwa e Guarani, cuja presença é marcante até os dias atuais, constituindo uma das maiores populações indígenas do Brasil.

Sob o comando de Antônio João Ribeiro, em maio de 1861, a Colônia Militar dos Dourados foi fundada por causa da ameaça da ocupação dos paraguaios devido à guerra. No final do século XIX vieram para Mato Grosso algumas famílias originárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo em busca de novas terras.

Diante do progresso verificado na região, pelas notícias sobre a fertilidade da terra e possibilidade de expansão agrícola da região, o que chamou a atenção de novos colonizadores, bem como a exploração dos extensos ervais nativos impulsionado pela ação da Companhia Mate Laranjeira S/A, que deteve o monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos de 1882 e 1924, destacou-se também o desenvolvimento da cultura pastoril e da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre 1904 a 1914. Somados, esses fatores estimularam grande desenvolvimento para a região sul do Estado.

Marcelino Pires, com sua coragem e trabalho na lavoura e na pecuária, se destacou entre os colonizadores, dando início ao povoamento. A primeira casa construída pertenceu a Januário Pereira Araújo, no ano de 1911, sendo a primeira edificação da atual Avenida Marcelino Pires. Pela Lei nº 658, de 1914, São João Batista de Dourados foi elevado a distrito do município de Ponta Porã. Sua abrangência incluía os dois distritos policiais existentes na época. Foi então que surgiu o Distrito de Paz. A primeira escola de ensino primário, criada e instalada em 2 de junho de 1915, teve como professor o senhor José Corrêa Ramos.

Na década de 1920, São João Batista de Dourados recebeu mais um impulso para seu crescimento: a criação da Agência dos Correios e Telégrafos, a organização da comissão para da igreja e a criação do primeiro time de futebol. Com os progressos rápidos do distrito em 1924, sob a direção de Dona Antonia da Silveira Capilé, foi instalada a Agência Postal e Telegráfica. Já em 1925, era festivamente inaugurada a Igreja Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Povoado. Ernandes (2009) afirma que Dourados era um grande sertão a ser desbravado, com um povo bem fechado e perigoso.

Em Dourados, as representações do espaço sertanejo, ou seja, do outro - geográfico ou simbólico, e do lugar - geográfico ou social, encontrou na situação fronteira igualmente geográfica e simbólica um espaço criativo que fertilizou outro significado, uma tentativa de diferenciação. A partir de então, passou-se a falar em fronteiras nacionais com mais frequência e buscaram protegê-la, ocupá-la e integrá-la ao restante do corpo nacional (ERNANDES, 2009, p. 30).

Devido à proximidade de outros povoados que se formavam num raio de 10 quilômetros da sede principal do Distrito de Dourados, bem como à distância entre este e a sede municipal em Ponta Porã, o governo do Estado, pelo Decreto nº 122, ampliou o território do Distrito de Dourados, destinando a ele uma área de aproximadamente 20.000 hectares (200 km²). Essa área, já em 1935, contava com uma população de aproximadamente 14 mil habitantes. Em consonância com o fortalecimento dos representantes da política local, da administração econômica e do crescimento comercial, efetivou-se a elevação do Distrito a Município de Dourados pelo Decreto Estadual nº 30/1935, e foro de cidade no mesmo ano pelo Decreto Estadual nº 208, anexando-se à sua jurisdição administrativa, além do Distrito Sede, o Distrito de Juti. Assim, em 20 de dezembro de 1935, foi criado o município de Dourados.

Segundo Ernandes (2009), durante toda a década de 1930 a cidade procurou se organizar com o intuito de crescer e se vincular à nação. Aproveitou as vantagens atribuídas ao sul em detrimento do Norte do antigo Mato Grosso, apropriou-se de alguns aspectos da redefinição identitária dos mato-grossenses do sul e os deram novos sentidos, agora douradenses.

Foi na década de 1940, afirma Ernandes (2009), que a cidade se desenvolveu com mais rapidez. Até então era um sertão, mas passou a ter traçado urbano, com escolas, igrejas e postos de saúde. Era necessário consolidar os ideais de progresso e civilização tão sonhados. Com o aumento da demografia novas demandas surgiram. A preocupação em organizar o espaço urbano conferia à cidade características de um lugar em transformação. Em torno da praça central, novas casas comerciais foram abertas. Durante a noite, a energia elétrica fornecida pela

usina Filinto Muller, abastecia os postes de luz, todos ainda de madeira distribuídos ao longo da rua principal.

1.3 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND

No estado de Mato Grosso, principalmente a região sul, a implementação das colônias agrícolas nacionais fez com que se estabelecesse um divisor de águas na construção de sua história. A partir dessa investida, a região ganhou um novo direcionamento na formação de sua identidade local, com um padrão inédito de análise da estrutura urbano-rural, a formatação da estrutura política local.

Dourados foi elevado à categoria de município em 1935, pelo Decreto Estadual de nº 30, desmembrando-se de Ponta Porã, do qual era um vilarejo até então. Neste ano, Dourados contava com uma população estimada em aproximadamente 20 mil habitantes e compreendia 21.250 quilômetros quadrados de território, limitando-se com os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Entre-Rios (Rio Brillhante) e com o Estado do Paraná (GRESSLER, 1995, p.17).

Ao considerar que o Sul do então estado de Mato Grosso era um “espaço vazio” a ser ocupado, principalmente próximo às áreas de fronteira, o Governo Federal, sob o comando de Getúlio Vargas, criou a CAND, através do decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943.

DECRETO-LEI Nº 5.941, DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

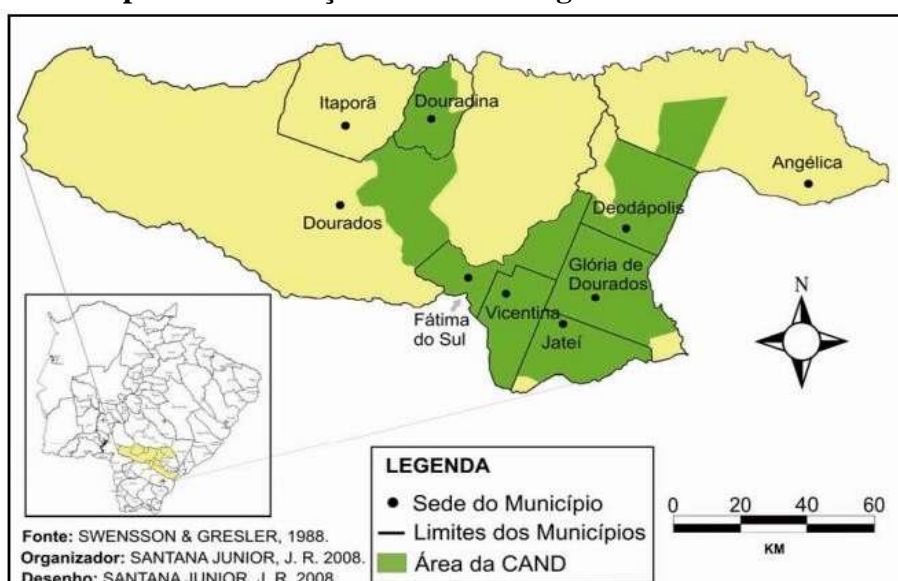
Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 - Obras, desapropriação, etc. Consignação I - Obras - Subconsignação 02 - Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D. N. P. V. - 04) D. T. C. - a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais - d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente exercício e observadas as disposições do decreto-lei nº 5.562, de 9-6-1943.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122° da Independência e 55° da República.
 GETÚLIO VARGAS
 Apolônio Sales

Neste Decreto ocorreu a distribuição de 8.800 lotes, totalizando 187.113 hectares dos 300.000 previstos, na área ocupada hoje pelos municípios de Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Vicentina, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica, uma vez que toda essa área, na época, pertencia ao então município de Dourados, como observado no mapa abaixo.

Figura 1 – Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Fonte: Santana Junior, 2008.

Embora a criação da CAND tenha sido implantada em 1943, ela efetivou apenas em 1948. Segundo Santos (2007), a colonização da região que compreende a Grande Dourados teve como marco a diversidade de modelos de colonização, sendo ela estrangeira e nacional, as maiores quantidades de brasileiros nordestinos foram de significativa participação no desenvolvimento da colônia.

Com a dinâmica de ocupação desses espaços, houve a necessidade, principalmente dentro do espaço territorial da CAND, de que existisse estrutura para alocar as pessoas que estavam nestes ambientes, daí a precisão de criar escolas, hospitais, igrejas, levando um investimento maior para a zona rural.

A densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro (...). Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se

principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento mais rápido do Estado (FOWERAKER, 1982, p.71-72).

Com o “Golpe de Estado” de 1937, o Estado Ditatorial de Vargas arrefeceu os debates educacionais, mudou as relações entre Estado e sociedade e fortaleceu a centralização do poder. Denominado de Estado Novo, tal conjuntura evidenciou-se nos termos da Constituição Federal de 1937, imposta à sociedade brasileira. A partir da Constituição de 1937, a política educacional foi fundamentada num texto constitucional embasado no preparo do trabalhador, baseado no ensino pré-vocacional e profissional, ligados à produção industrial, o que tornava obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias, e levou muitos autores a discutir a urbanização e industrialização como os fenômenos fundamentais para o processo de escolarização da população.

A orientação política, conhecida como “Marcha para Oeste”, na década de 1940, incentivou o desenvolvimento e a ocupação do Centro Oeste brasileiro através de estímulos migratórios para essa região, pois ainda nessa década cerca de 90% da população brasileira assentava-se em mais ou menos um terço do território nacional e, portanto, além da ocupação do centro-oeste. Segundo Brito (2001, p. 39):

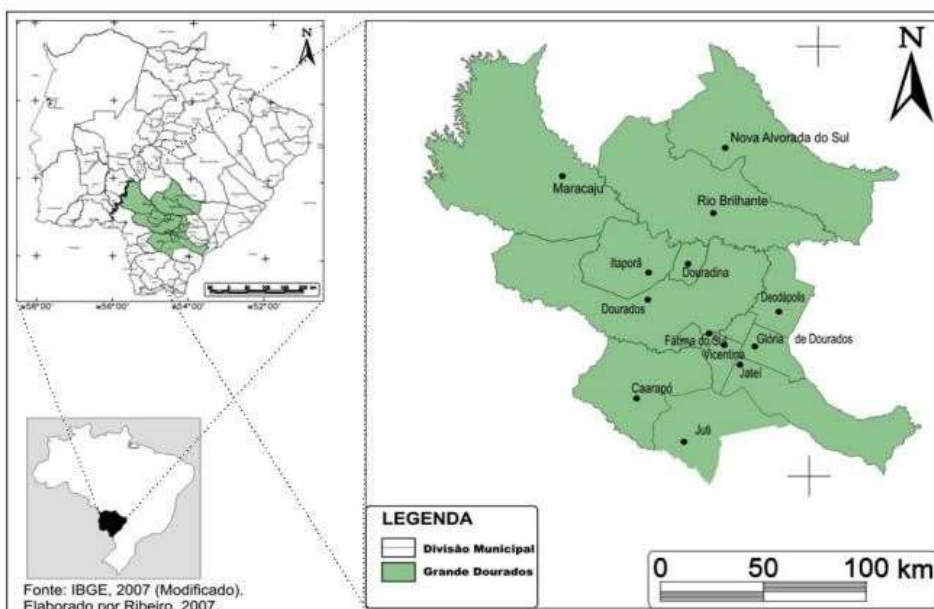
[...] O objetivo do governo federal, com este projeto, era abastecer de cereais os mercados do Centro-Sul do país [...], eram de pequena produção, não gerando um excedente significativo [...]. Assim, nessas áreas de colônia, caracterizadas por minifúndios formados de culturas permanentes, os produtos mais cultivados eram os típicos da pequena propriedade: amendoim, algodão, arroz, café, feijão e milho. Apesar da pequena monta desta iniciativa, ao final deste período, em meados dos anos 40, a região de Dourados começou a despontar dentro das estatísticas oficiais sobre Mato Grosso (BRITO, 2001).

A área da CAND possuía aproximadamente 10 mil famílias. A distribuição e titulação dos lotes foram feitas de forma que evitasse que os mesmos fossem vendidos antes de doze meses, trazendo para a região muitas levas de imigrantes e brasileiros que cultivavam café.

Por meio da Lei estadual nº 87, de 20 de julho de 1948, ficou especificado a localização da CAND no interior do município de Dourados, bem como seus limites. Entretanto, a área de 300.000 já citada no Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, sofreu alterações, sendo reduzida para 267.000 ha, o que se deve, ao menos em parte, a direitos adquiridos por terceiros, mediante títulos de domínio expedidos pelo governo do Estado, uma vez que a mesma lei acima

citada garantia o respeito a estes na área a ser demarcada para a CAND (cf. PONCIANO, 2006 p. 82- 83 - NAGLIS, 2007). Assim se fixou a demarcação em 267.000 ha.

Figura 2: Municípios pertencentes à CAND



Fonte: Santana Junior, 2008, p. 98.

A área delimitada pela criação da Colônia Nacional foi dividida em duas partes, denominadas zonas. A primeira zona, que recebera uma atenção maior, teve desenvolvimento rápido por conta da implantação de uma infraestrutura mais centrada, principalmente no que se refere à demarcação dos lotes. A conclusão das áreas demarcadas foi paralela à distribuição destas, ainda na primeira fase de instalação da Colônia (NAGLIS, 2007).

Já na segunda zona, onde surgiram os povoados de Vila Brasil e Vila Glória, a demarcação dos lotes enfrentou morosidade, recheada de conflitos, o que abriu precedentes para a atuação de grupos posseiros e outros que ilegalmente vendiam as terras da Colônia, pondo abaixo a própria estrutura tão almejada pela política municipal. Como observamos na Figura 2.

A CAND pertencia à Divisão de Terras e Colonização, órgão do Ministério da Agricultura criado em 1938, passando posteriormente ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), órgão criado em 1954 e cuja função era traçar e executar direta e indiretamente o programa nacional de Colonização (cf. NAGLIS, 2007, p. 30; VASCONCELOS, 1986, p. 10). Nesse contexto, o Estado Novo esteve empenhado em mudar a estrutura fundiária do país com a criação desta espécie de reforma agrária.

A implantação desta colônia proporcionou uma efervescência, trazendo de várias regiões do país milhares de migrantes e impulsionando, assim, o desenvolvimento demográfico,

econômico e cultural desta região. Na época, o jornal O Progresso era um dos principais divulgadores dos acontecimentos de Dourados e em 1951 trouxe como manchete de sua primeira edição: “Vertiginosa! A marcha de Dourados para o Progresso” (O PROGRESSO, nº 21, abril 1951), seguida de texto no qual se lê como o rápido desenvolvimento demográfico da região surpreendeu e gerou expectativas de um promissor desenvolvimento econômico.

Dentre estas cidades Fátima do Sul foi a primeira a surgir a partir do núcleo colonizador. A CAND foi uma dentre as seis colônias implantadas no território nacional neste período. Embora sua criação esteja inserida no âmbito da política de colonização estado novista, a história desta colônia perpassa um trajeto que extrapola esse governo, sendo implantada efetivamente durante o governo Dutra, observação já assinalada por Naglis (2007).

Os anos que se seguiram, principalmente à década de 1950, se traduziram como um período de intensas transformações nos espaços, marcada por profundas transições no cenário municipal devido à grande leva de migrantes que chegava na região. A Marcha rendia bons resultados, e além da CAND, atou também a Colônia Municipal de Dourados, que angariou muitos migrantes e foi peça chave na construção de uma identidade para o município.

No fim da década de 1940 a CAND teve sua maior efetividade, contribuindo para ampliar os contingentes populacionais da região. Os agricultores que aqui chegaram não vieram diretamente do Nordeste, ao contrário, muitos deles chegaram ao Mato Grosso após uma longa estadia no estado de São Paulo, de onde adotaram naturalmente o café como planta comercial desde a sua chegada a esta região.

A Colônia Agrícola Municipal de Dourados insere-se numa estratégia, para além das já mencionadas, para também limitar os espaços da Companhia Mate Laranjeira. De fato, por meio do Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923, o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou 50.000 hectares de terra na região dos ervais, situada entre os rios Brilhante e Panambi, no então município de Ponta Porã, destinando essa área, segundo o referido Decreto, para a colonização. Como já tratado, o espaço destinado à colonização em 1923 fazia parte do território habitado primitivamente pelos índios, dos quais existe, ainda hoje, um grupo remanescente que habita a Aldeia Panambizinho, à margem do rio Panambi, sob a proteção do Governo Federal.

Com relação à CMD, seu processo de implantação começou quando o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior, através do Decreto municipal nº 70, de 9 de outubro de 1946, estabeleceu o regulamento da Colônia. No preâmbulo desse decreto o prefeito afirma que a Colônia foi criada pelo Decreto nº 616, de 1923, acima referido. Esse decreto foi elaborado ainda durante o período de existência do Território Federal de Ponta Porã, tendo sido

previamente aprovado por despacho do Governador do Território, em agosto de 1946. De acordo com esse decreto, os lotes da Colônia seriam destinados à fixação de agricultores nacionais e estrangeiros, para formar um centro permanente de produção agrícola, num regime de pequena propriedade.

Dos anos de 1943 a 1964, o desenvolvimento do estado foi acelerado, gerando, assim, um ambiente modernizante e progressista, e tendo como consequência a criação de novos municípios no sul do estado. Em menos de 15 anos após a efetivação da “Marcha”, concentrava-se no município de Dourados o total de 84.955 habitantes, sendo 16.468 em zona urbana e 68.483 na área rural, o que revela o perfil social rural do município.

Enfim, o certo é que neste contexto o sul de Mato Grosso lidou com uma saturação populacional de milhares de migrantes atraídos pela colônia. Estes, uma vez presentes na colônia, tiveram que se arranjar diante do atendimento deficitário da administração que não estava preparada para receber tantas pessoas. Teoricamente, as colônias agrícolas estavam aptas a fornecer aos colonos os incentivos iniciais e também uma infraestrutura mínima de uma colônia agrícola, como indica Bertran (1980):

Havia não somente o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo como, também, a preocupação dos órgãos competentes em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado, com os aspectos de infraestrutura econômica e social se fazendo notar através da implantação de centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação das terras (BERTRAN, 1980, p. 92).

Todavia, na prática, o número de migrantes era preocupante aos dirigentes da colônia, uma vez que esta não possuía as condições adequadas para recebê-los. Um telegrama de Lloyd Ubatuba, administrador da colônia em 1952, dirigido ao Ministro do Trabalho (na época João Goulart), demonstra a situação preocupante, diante da vinda de migrantes.

São vários os telegramas enviados da administração à Divisão de Terras e Colonização demonstrando a situação calamitosa de impossibilidade da colônia de atender a todas as levas de migrantes. Além disso, a CAND não contava com um sistema viário, tão necessário em um futuro próximo para a garantia do desenvolvimento das atividades agrícolas. Segundo o primeiro administrador da CAND, Jorge Coutinho Aguirre, em seu relatório reproduzido por Gressler e Swensson, já em 1943 foram iniciados os trabalhos na CAND no que dizia respeito ao sistema viário:

De imediato, nos propusemos a fazer o primeiro trecho da estrada que fazia a ligação Dourados-Rio Brillhante, na distância de 60 Km. Assim começamos

nossa obra pioneira porque, à medida que íamos desmatando a floresta virgem para a passagem da estrada, fomos loteando as terras em face da grande quantidade de colonos que nos procuravam (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 85).

À medida que chegavam, os migrantes necessitavam de moradia, alimentos e assistência médica e educacional, o que na maior parte não lhes foi garantido. O município de Dourados já rumava para grandes transformações em sua estrutura social. Com quinze anos de existência como cidade, e abrangendo uma vasta região economicamente ativa graças à implantação da CAND e da Colônia Municipal, tomou fôlego para a instalação de diversas escolas e para a inspeção do ensino por parte da administração municipal.

Muitas famílias foram acolhidas por parentes ou mesmo conhecidos até construírem suas casas. Nem todos os auxílios projetados aos colonos foram concretizados. Em relação a estes, o projeto previa alguns subsídios iniciais, de modo a dar condições ao colono pobre de se fixar e iniciar seu trabalho com a terra, dentre os quais previa-se uma casa de madeira, conforme consta no Decreto-Lei de criação das colônias agrícolas nacionais: “em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região”.

Figura 3: Casa da Colônia Nacional de Dourados



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados.

Como consequência do avanço demográfico, integraram-se à jurisdição administrativa do município de Dourados outros centros populacionais, denominados distritos. Os distritos são unidades administrativas municipais criadas por lei municipal, podendo ser criados também pela mesma lei estadual que criou o município. Todo município possui, no mínimo, um distrito que é denominado distrito sede e que abriga a cidade. Outros distritos são identificados como segundo distrito, podendo existir terceiro distrito, os quais recebem o nome da vila.

É a vila que empresta seu nome ao distrito. É delimitada pelo perímetro urbano definido, por lei municipal, como a área urbana do distrito que não a sede do município a exemplo: Guaçu (Lei n. 150/48); Picadinha (Lei n. 119/58). Panambi (Lei n. 1.207/58); São Pedro (Lei n. 2.102/58); Serraria (Indápolis atualmente) (lei n. 2.101/63); Vila Vargas (Lei n. 2.092/63); Vila Formosa (Lei n. 325/82) e Itahum (Lei n. 661/53), proporcionando ao município um vasto território 4.096,9 Km² (409.690 hectares). A área da CAND foi ocupada, principalmente, por migrantes nordestinos, que vieram incentivados pelo governo federal. Deixaram suas marcas culturais na região, a exemplo da tradição da policultura: lavoura de subsistência intercalada com a lavoura comercial e a criação de animais domésticos.

Muitas memórias ainda resistem para lembrar a época da criação e desenvolvimento da CAND, sendo uma delas o “Cruzeiro”, conforme a figura 4.

Figura 4 - Cruzeiro. Marco referencial da Colônia Nacional Agrícola



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados.

O “Cruzeiro” é a pedra fundamental, localizado atualmente no Distrito de Indápolis. Sua produção foi de madeira da espécie aroeira em forma de cruz. O monumento foi lançado pela administração da colônia em 1943. Embora tombado em 1987 pela Lei nº 1446, este símbolo permaneceu durante muito tempo no anonimato, não recebendo devida atenção. No início da década de 1990 foram iniciadas as construções dos monumentos urbanos para se preservar a memória da colônia.

Em 1993, quando a Fundação da Cultura e educação de Dourados (FUNCED) elaborou um projeto com uma intensa mobilização para a comemoração do Cinquentenário da CAND, o marco foi restaurado e divulgado pela imprensa. A partir desse momento ganhou uma ornamentação, sendo posta sobre um pequeno aterro com uma cobertura para preservação. Anexa ao tronco da cruz há uma placa informando a data do tombamento, com os seguintes dizeres: TOMBAMENTO LEI n.º 1.446 21/10/1987 IDENTIFICAÇÃO FUNCED. Ao lado, no aterro consta outra com o seguinte conteúdo: CINQUENTENÁRIO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS, CAND 28/10/1943 HOMENAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS GESTÃO 1993 – 1996. Segundo relatos, a tora de aroeira, da qual foi feita o Marco original, teria sido serrada na época por um colono.

Figura 5 - Monumento ao Colono.



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados.

Quanto ao Monumento ao colono, ao contrário da pequena estátua em homenagem ao colono da Praça Antônio João, este é grandioso, sendo impossível passar despercebido, pois configura-se como o maior monumento relacionado à memória da CAND na região. Encontra-se na entrada da cidade de Dourados, formando uma rotatória. Segundo Ribeiro (2005), é formado por um aterro onde, de acordo com a definição do arquiteto responsável pela obra, foi impresso em concreto o mapa da Colônia, de onde saem floreas, cada uma indicando por nome as vilas, distritos e cidades que ali surgiram. Do centro do aterro se erguem esplêndidas lâminas de concreto em forma de triângulo com pontas para baixo, sugerindo o crescimento de baixo para cima, representando o desenvolvimento da região advindo da terra. As mãos presentes nestas lâminas representam as mãos dos colonos, as quais efetivaram todo esse trabalho.

1.4 A CAND e o Ensino primário

Segundo Solidade (2015), não diferente do que acontecia no restante do Estado, o ensino primário, nos primeiros 30 anos do século passado, foi inserido no município de forma quase homeopática, atingindo apenas uma pequena parcela da população que se concentrava no perímetro urbano ou as famílias dos vilarejos que viam na educação, além da possibilidade de aquisição cultural, uma necessidade de comunicação com o mundo das letras e dos cálculos. Os

habitantes da região sul do Estado de Mato Grosso, e principalmente do município de Dourados, por estarem, de certa forma, ilhados do restante do país, tendo como único vínculo de comunicação com a administração federal o município fronteiriço de Ponta Porã, distante 130 quilômetros, incitavam o crescimento local. Os primeiros dados existentes sobre o ensino em Dourados vinham nas Mensagens do Governador do Estado de Mato Grosso, do ano de 1942, com dados relativos ao ano de 1938, quando o então Interventor Federal expõe que no jovem município existia uma escola reunida chamada Escola Reunida de Dourados, com um quantitativo de 155 matrículas (MATO GROSSO, Júlio S. Müller, 1942, p.15), atendendo as crianças da cidade de Dourados.

Fato curioso é que as escolas reunidas eram instaladas, de acordo com a Reforma de 1927, onde existissem num raio de dois quilômetros três ou mais escolas isoladas (Artigo 19, Lei 759/1927), o que significa que para a instalação da Escola Reunida de Dourados já havia, no período, escolas espalhadas pela região urbana da cidade.

Ainda segundo Solidade (2015), ao todo, o Município contava com seis escolas distribuídas pelo território douradense: a Escola Laucídio Paes de Barros, de administração municipal e localizada na sede do Município; a Escola Paroquial Imaculada Conceição, de administração das Irmãs Bernardinas; a Escola Erasmo Braga, da Associação Evangélica de Dourados; a Escola Municipal Santa Luzia, na sede do distrito de Santa Luzia (atual cidade de Juti), e a Escola Municipal de Caarapó, no povoado de mesmo nome.

Na esfera nacional, no processo de expansão do controle federal em paralelo com a execução do plano de reforma agrária orientado pela distribuição de recursos locais, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e CAND foram as de maior destaque frente à política expansionista, pois conseguiram materializar de forma mais evidente as deliberações definidas pelo Decreto-Lei do Governo Federal (FREITAS; MELO 2014).

Segundo Fernandes e Freitas (2003), as primeiras escolas na configuração de escola para a época do município de Dourado surgiram a partir da década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos próprios professores, com turmas mistas, e poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a sua manutenção. As escolas, no modelo das escolas isoladas, tinham uma formação dispersa, o que além de dificultar a organização por parte da capital, mostravam características próprias devida a não intersecção direta entre elas e a estrutura educacional vigente.

No início da década de 1940, a esfera municipal criou a primeira escola e ampliou sua atuação. Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da CAND. No seu art. 22 determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com

frequência obrigatória, e, no artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada também para a área rural (GRESSELER, 1988, p. 19), área esta que representava a quase totalidade das áreas habitadas do município. As Escolas Rurais, Isoladas e posteriormente Reunidas passavam a fazer parte do cenário social do município, dando uma nova página na sua história, agora direcionando a cultura até então de produção agrícola, para a também intelectual, ainda que a pequenos passos.

Em 1946, o governo do estado permitiu a criação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, atual município de Itaporã (BETONI, 2002), e ampliou a área colonizada do Município de Dourados. As Colônias Nacional e Municipal de Dourados promoveram grandes modificações no cenário municipal, tanto econômicas quanto culturais, sociais, políticas e demográficas, por serem a resposta das investidas do Governo Federal para a expansão dos limites nacionais. Iniciada por Getúlio Vargas, essa expansão foi contínua na gestão de Eurico Gaspar Dutra, até o governo de Kubitschek.

Segundo Brazil e Mancine (2012), no Brasil, entre os anos de 1946 e 1960 os debates sobre os rumos do sistema educacional se intensificaram, redundando na Lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Permanecia no corpo da Lei as reivindicações da Igreja Católica e dos proprietários de escolas privadas a despeito dos interesses daqueles que defendiam a educação como dever do estado brasileiro. À luz dos princípios presentes na Constituição de 1946, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN) pelo então presidente João Goulart.

Mesmo assim, até o final da década de 1960, a rede escolar do município de Dourados, e sua região, era predominantemente rural. As escolas rurais, em sua maioria na modalidade de escolas isoladas e reunidas eram caracterizadas pela carência e precariedade, e tinham a duração do curso primário menor e com programas mais simplificados e pouca frequência escolar, em comparação com as da capital ou grandes cidades do estado. Com a nova LDBN, os órgãos estaduais e municipais ganham mais autonomia, diminuindo a centralização do já então, Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Essa mudança, antevendo uma nova reforma, surtiu efeito no estado de forma gradativa e na velocidade local. A administração do ensino tinha uma organização que centrava na escola a possibilidade de acesso a ela por parte de todos os cidadãos com idade escolar, ao passo da obrigatoriedade do ensino, e através de uma flexibilidade nos períodos de matrículas, bem como no processo de avaliação, buscava abarcar toda a população em idade base, e principalmente

poder imprimir em todos os que ali estivesse alocados as premissas nacionais, ao passo da grande leva de imigrantes na região sul do estado.

Em 1964 foi conclamado um dos períodos mais díspares da história brasileira com o início do da Ditadura Militar (1964-1985). Com o “Golpe Militar”, a administração pública passou por reformulações significativas. A administração do ensino que já possuía uma sistematização de cargos desde a LDB de 1961, adveio a contar com uma organização mais ampla, que incorporou a escola a uma rede de poderes hierarquizados de controle, vigilância e fiscalização, compostos por cargos e setores. Por intermédio do governo brasileiro foi assinada uma série de convênios entre MEC e Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), estabelecendo como meta do Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso, um dos primeiros acordos centrado no aperfeiçoamento do ensino primário, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e com o aumento da sua produtividade (FAZENDA, 1988), mesmo que sem grandes êxitos no estado de Mato Grosso. Ora, a educação escolar esteve na pauta do projeto de modernização do estado de forma ativa: regulamentos da instrução, normativas, Leis e mensagens do governo de Mato Grosso atestam isso.

Em pauta, o município de Dourados sofreu com a distância, com a baixa densidade demográfica, sobretudo, na área distrital, e ainda mais com as disputas internas pelo poder local. Ainda assim, a documentação recolhida e as fontes elencadas comprovam o esforço de instalação e organização das escolas primárias, para além das dificuldades e dos problemas encontrados: as escolas selecionadas para análise de pesquisa comprovam tal esforço.

Solidade (2015), em seus estudos sobre o Distrito de Vila Vargas, pertencente ao referido “Núcleo Colonial de Dourados”, levantou questões acerca da política, territorialidades e projetos educacionais envolvendo a região da CAND. Destacou a divisão das colônias que compunha a cidade de Dourados, bem como a emancipação e criação de novos distritos e municípios que compuseram a região de Dourados. Ao longo do estudo, tratou da história de outros distritos para situar os leitores desta dinâmica de organização de espaços.

A partir dessa área, optamos por narrar como se concretizou o processo de inserção da instituição escola nessa região até a criação do modelo de Grupo Escolar por entender que a escrita da história de uma instituição ou processo de institucionalização de um espaço deve estar pautado nos percursos que a antecederam, e para identificar qual a relação entre as escolas criadas nas limitações das Zonas da Colônia e o Grupo Escolar Presidente Vargas, pensamos também ser necessário que o leitor conheça como se localizar dentro do município de Dourados, principalmente nas áreas zoneadas, tendo em vista que até início da década de 1960 ela não passava de uma região da então Colônia Agrícola Nacional, que como tantas outras criadas pelo país,

apresentava a formulação de características próprias (SOLIDADE, 2015, p. 105).

Pelo menos quanto a sua proposta política, Vargas queria ir além da “ocupação dos espaços vazios”; seu projeto era criar uma nova ordem social, estabelecida na pequena propriedade e no cooperativismo, transformando o Oeste conquistado em um suporte para as políticas urbanas.

A inauguração República Brasileira (1889) ensejou marcantes mudanças no cenário social, sobretudo no âmbito do ensino primário até então vigente. Os primeiros passos dessas transformações foram dados nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, e posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, alcançaram algumas cidades mais antigas do nordeste, o norte do antigo Mato Grosso e, mais tardiamente, já em meados do anos de 1930, atingiram a parte sulina deste estado. O novo modelo de escola foi salientado nas reflexões realizadas por Souza (1988):

No bojo desse processo, a escola primária foi “(re)inventada”: novas finalidades, outra concepção educacional e organização de ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação (SOUZA, 1988, p. 29).

Observa-se, por meio das análises de Souza (1988), mudanças significativas na forma de pensar o ensino ensejando a criação de novo modelo de escola, até mesmo na estrutura de seus prédios. Esse empreendimento como modelo de melhoramento e de fator de modernização educacional e cultural precisava alcançar a população como um todo. A criação dos grupos escolares surgiu, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular, cuja modalidade escolar teve efeitos profundos na educação pública, começando pelo estado de São Paulo. Constituíram-se no Brasil após a Constituição de 1891, momento em que foi delegada aos Estados e municípios a responsabilidade de organizar, implementar e manter o Ensino Primário no país, cabendo ao estado a realização das reformas de ensino que se adequassem às necessidades político educacionais existentes.

A criação dos grupos escolares foi um projeto inovador, tanto no sentido de reunir em um mesmo prédio, várias crianças e professores sob a orientação e a administração de um professor que assumia a função de diretor, quanto por permitir a organização do ensino em séries, possibilitando ao professor uma dedicação ao ensino da criança com o mesmo nível de

aprendizado, intruzindo as classes e séries. Ao compatibilizar o ensino à idade e ao estágio de aprendizagem das crianças, Souza (1988, p.30) afirma “a escola como intuição fundamental para novo regime e para reforma da sociedade brasileira”.

No Mato Grosso, a implantação dos grupos escolares começou no governo de Pedro Celestino Correa da Costa, que teve duração no período de 1908 a 1911. Para que seu plano de governo desse certo e vendo quanto era precária a educação do estado, começou seu governo por uma reforma no sistema escolar. Implantou por meio do Decreto nº 265 de 22, de outubro de 1910, o Regulamento de 1910. Composto por 215 artigos, o referido conseguiu fixar outro aspecto ao ensino mato-grossense inaugurando uma nova direção para a Instrução Pública em Mato Grosso. A Reforma de 1910, dentro da história da educação mato-grossense, representou o grande passo para a modernidade do Estado.

A Reforma instituiu que o ensino primário seria leigo e ministrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem (Artigo 1º), e que para efetivar essa tarefa haveria escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado, entendendo-se por povoado qualquer grupo de habitantes que não residam em terras de propriedade particular e de onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola (MATO GROSSO, DECRETO 265: ARTIGO 2, 1910).

Foram mais de quinze anos de implantação dessa reforma feita por Pedro Celestino. Em 1926, dando sequência a uma política pautada no discurso da perspectiva de modernização do estado a partir do ensino, iniciada em 1910, e seguindo as ideias formuladas por Francisco de Aquino Correa sobre as especificidades do povo mato-grossense e a inadequação da legislação vigente para o ensino estadual, Mário Correa da Costa (1926-1930) assumiu governo do Estado. Como plano de ação, e no mesmo fluxo do que alguns historiadores chamam de “as reformas de 20” (CARVALHO, 2000), Correa da Costa reorganizou o ensino primário pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, autorizado pela Lei nº 942, de 3 de janeiro de 1926, defendendo, com essa promulgação, o atendimento das demandas do ensino mato-grossense.

A Reforma de 1927 se traduziu como a facilitadora da disseminação do ensino institucionalizado nas diversas regiões mato-grossenses pois, além de tratar do ensino primário e secundário numa legislação única e complementar, estabeleceu a ampliação das possibilidades de abertura de escolas e a viabilização de novas formas de manutenção e inspeção por parte do estado. Essa reorganização trouxe nova configuração para o ensino primário, à medida que o burocratizava. Diferente do Regulamento de 1910, que dizia que “nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para a

obrigatoriedade de ensino” - o Governo poderia, reuni-las e fazê-las funcionar em um só prédio (Decreto 265/1910, Artigo 38º), este denominado de Grupo Escolar.

O Regulamento de 1927, além de dividir o ensino primário e categorizar a natureza das instituições primárias por denominações distintas, enfatizava que “Os Grupos Escolares terão, no mínimo, oito classes e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar” (Decreto nº 759, 1927, Artigo 34º) , independentemente do número de escolas isoladas existentes no perímetro. A divisão estipulada pelo Regulamento estabelecia orientações para as escolas isoladas de acordo com sua localidade, podendo ser elas urbanas ou rurais, e de natureza classificativa: Escolas Isoladas Rurais; Escolas Isoladas Urbanas; Escolas Isoladas Noturnas; Escolas Reunidas e Grupos Escolares.

Título I Do ensino em geral; sua divisão

Art. 1 – Divide-se o ensino, no Estado de Mato Grosso, quanto à natureza do curso, em: a) primário; b) secundário. Art. 2 – Em ambos os graus, o ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e pode ser ministrado em estabelecimentos particulares, sujeitos à fiscalização.

Título II Do ensino público primário

Art. 3 – O ensino público primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.

Capítulo I Das categorias das escolas primárias

Art. 4 – Ministra-se o ensino público primário em escolas das seguintes categorias: a) escolas isoladas rurais; b) escolas isoladas urbanas; c) escolas isoladas noturnas d) escolas reunidas e) grupos escolares (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927).

Essa categorização permitia ao estado uma maior organização na distribuição do investimento financeiro e facilitava a delegação instrutiva, bem como a Inspeção por microrregiões delegadas. O primeiro grande destaque desse Regulamento está na inserção das Escolas Reunidas na classificação de escolas instaladas no Estado.

No país, seguindo a configuração tomada desde 1930, com o governo provisório de Vargas, foi instaurada, em 1937, uma nova ordem política denominada Estado Novo. O regime político adotado, de certa forma centralizador, estimulou a expansão das atividades urbanas e o deslocamento do eixo produtivo da agricultura para a indústria, passo necessário para o desenvolvimento do país. Em 1934, Vargas nomeou Gustavo Capanema para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública.

Respaldo nos termos do Artigo 12, da Constituição da República, Getúlio Vargas, frente à presidência do País, nomeou Júlio Strübing Müller para o cargo de interventor Federal

no estado de Mato Grosso. Reorganização totalmente formatada aos moldes do Governo Federal e seguida à risca pelo Interventor Müller, o Estado Novo, a partir de 1937, significou um novo rumo para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso, uma vez que o sentido da região Centro-Oeste para o país, nesse período, centrava-se no fato de representar um campo território vasto, e não deter a exploração econômica, política e social intensiva que permitisse uma gestão ativa por parte do Governo Federal.

Sobre o Ensino Primário, até a Reforma Capanema, em 1942, seis anos de interventoria de Júlio Müller à frente do estado se efetivaram, com vários avanços e retrocessos no que concerne à efetivação da Reforma de 1927, principalmente quanto à inspetoria de ensino.

5- Escola Primária

O ensino público primário é gratuito, leigo e obrigatório para todas as crianças normais de 7 a 12 anos, que residem até 2 km da escola pública. O ensino público primário é ministrado em escolas dos seguintes tipos: isoladas rurais; isoladas urbanas; isoladas noturnas; reunidas e grupos escolares (INSTRUÇÃO, 1942).

A gestão apresentada por Capanema reunia a maior concentração de suas pautas no ensino secundário, este de cunho humanístico e voltado às elites, e no ensino industrial, devido às novas necessidades de um país em acelerado processo de desenvolvimento e industrialização (NUNES, 2001). As leis que organizavam essa categoria de ensino, a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a Lei Orgânica do Ensino Secundário, foram decretadas em 1942. Para o Estado de Mato Grosso, Capanema assina o Regulamento do Ensino Primário, no mesmo ano, intitulado Organização do Ensino Primário e Normal XVIII, citando os parâmetros já estabelecidos pela Reforma de 1927, não apresentando mudanças pontuais.

Mesmo sendo o ensino primário o piso da efetivação do ensino secundário, não detinha respaldo necessário devido à destoante realidade financeira dos estados brasileiros. Como resultado das discussões que envolviam a temática, foi aprovada, ainda em 1942, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Convênio Nacional do Ensino Primário, departamentos direcionados a pensar as particularidades de cada região e cobrar o cumprimento dos valores percentuais de investimento por região através de legislação específica. Como efeito da política desenvolvida pelo Governo Federal, os anos 1930 e início de 1940 acompanham a criação de mais Escolas Reunidas, aumento de 100% de seu quantitativo em relação a 1935, a solidificação das estruturas organizacionais da Escola Noturna na Capital e a criação de 12 Escolas Regimentais e 19 escolas isoladas, somando-se a elas as escolas criadas pela Cruzada Nacional da Educação, de 1937.

Após sucinta análise a discussão sobre grupos escolares no Brasil a partir de sua consolidação, evidencia-se o caminho desenhando e o contexto em que aparecem as escolas reunidas. Importante ressaltar que com o aumento significativo da população de Mato Grosso, tem-se um despertar durante essas décadas, a partir do Primeiro Regulamento 1910 até o Estado Novo de Getúlio Vargas, já em meados da década de 1950. Houve aumento demográfico do estado, com a implementação da política da “Marcha para Oeste” e a consolidação das Colônias Agrícolas Nacionais como no caso da CAND. Um olhar voltado para as condições sociais desta população de migrantes e imigrantes que vieram consolidar a vida neste espaço.

Tabela 6 – Quadro demonstrativo das Escolas da CAND – setembro de 1953

Classes	Quantidade de Classes
Adaptação	12
1º Ano	12
2º Ano	10
3º Ano	8
4º Ano	6
Total de Classes	48
Total de Alunos	1071
Total de Professores	24

Fonte: Arquivo Público do Estado do Mato Grosso do Sul – Elaboração: Borba, 2018.

O quadro 6 evidencia o problema educacional vivenciado pela população formada na região de colônia no município de Dourados- MT. Apesar de todo investimento ao longo dos anos, além de mudanças inovadoras de se pensar a educação, a falta do professor habilitado e a falta de mais escolas foram obstáculos evidenciados nos dados, uma vez que as escolas que faziam parte da CAND eram, em sua maioria, rurais isoladas, por causa do difícil acesso e longas distâncias.

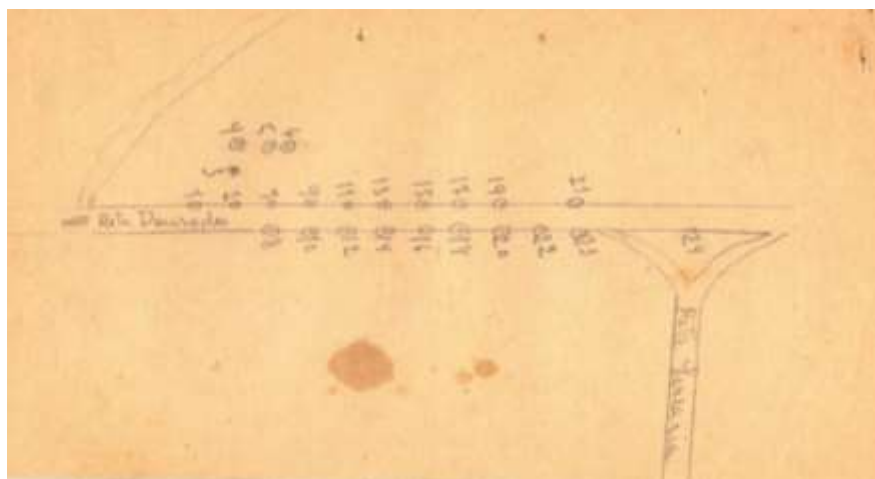
1.5 Da Cooperativa a Vila São Pedro: a sede, a administração, o desenvolvimento

Como já mencionado, o distrito da Vila São Pedro está situado na cidade de Dourados, na região sul de Mato Grosso do Sul. Este é chamado assim em homenagem ao santo junino que é reverenciado ao padroeiro da então capela construída pelos primeiros colonos na época da CAND, logo após chegarem nesta região. Atualmente a igreja se encontra com nova estrutura, seguindo uma modesta réplica da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, pois além de paróquia, foi transformada em um santuário em homenagem à padroeira do Brasil.

A paróquia foi constituída no intuito de atingir o maior número de fiéis residentes no entorno da cidade de Dourados, aspecto que provocou aumento significativo da população da região do distrito e também ensejou a necessidade da criação de mínimas condições de vida para a população recém-chegada durante a implantação do projeto político de colonização da região. Segundo as palavras do então Dom Orlando Chaves, Bispo de Corumbá, atendendo as necessidades espirituais dos paroquianos da CAND, e paróquia de Dourados, justificava-se o desmembramento de algumas regras do direito canônico, para assim atender melhor a população da região.

O distrito de Vila São Pedro foi criado pela Lei Estadual nº 1202, de 27 de dezembro de 1958, no intuito de formalizar a região da sede da colônia agrícola nacional, localizada nas margens da BR163, um caminho de grande fluxo, pois desde a criação de Dourados foi passagem até a sede do município, assim como ligação a outros municípios vizinhos, desde a colonização. A localização do distrito era estratégica para as questões estruturais da CAND e também na escoação da produção agrícola da região, conforme pode-se observar na figura 6, que representa o esboço de um mapa, mostrando alguns lotes localizados à margem da estrada.

Figura 6: BR 163 – Entrada da Vila São Pedro. Dourados/Campo Grande



Fonte: Arquivo Estadual de Mato Grosso do Sul. Organização: Borba, 2019.

Este esboço mostra que a sede da CAND se manteve entre Cooperativa e Serraria, ou seja, entre o Distrito de Vila São Pedro, e Distrito de Serraria (atual Indápolis).

A CAND foi dividida por quadras e lotes, o que serviu também para demarcação das escolas. Onde havia maior número de pessoas se instalava uma escola. Na Tabela 7 observa-se o número de alunos da região da Vila São Pedro, ainda Cooperativa, destacando-se as escolas da Região do Armazém e da região da Figueira.

Tabela 7: Escolas da CAND - Ano 1953

Escolas/Regiões	Classes	Nº Alunos	Nº Professor
Escola Zona Potrerito	Adaptação, 1º, 2º, 3º, 4º ano	155	2
Escola Zona da Serraria	Adaptação, 1º, 2º, 3º, 4º ano	145	3
Escola Zona do Panambi	Adaptação, 1º, 2º, 3º, 4º ano	159	2
Escola Zona do Armazém	Adaptação, 1º, 2º, 3º, 4º ano	178	6
Escola Zona da Figueira	Adaptação, 1º, 2º, 3ºano	114	2
Escola Zona Triunfo	Adaptação, 1º, 2º, 3º, 4º ano	110	2
Escola Zona Laranja Lima	Adaptação, 1º, 2º, 3º ano	77	2
Escola Zona do M Bocajá	Adaptação, 1º, 2º, 3º ano	137	2
Escola Zona Ponto Alegre	1º, 2ºano	73	1
Escola Zona do Iguassú	Adaptação, 1º, 2º, 3º	57	1

Fonte: Arquivo Público do Estado do Mato Grosso do Sul – Organização: Borba, 2018.

A tabela 7 apresenta o nome das escolas pertencentes à CAND no ano de 1953, o quantitativo de alunos, bem como de professores, e quais as séries que eles cursavam. Importante ressaltar que aparece a palavra “Adaptação”, que sinaliza uma preocupação “nivelar” os alunos de acordo com seu conhecimento, por isso em todas as escolas havia uma sala de adaptação.

No caso do Distrito da Vila São Pedro, podemos identificar o processo de territorialização do campesinato, o qual se iniciou com a CAND, tendo seus desdobramentos com a ação dos colonos, com relação ao seu modo de vida. Tal período já se caracterizava em mudanças de forma a atender as necessidades dos moradores locais.

Muitas famílias compraram terras no distrito e migraram para a região; esta migração ocorria sempre no mesmo sentido: Nordeste, interior de São Paulo e depois sul de Mato Grosso, para tentar a sorte na agricultura destas novas terras. Pequenos agricultores souberam da boa qualidade da terra para plantar, aliada a bons preços. Alguns colonos compraram as terras dos primeiros donos, já tinham familiaridade com o trabalho no campo e também melhores condições financeiras do que os colonos anteriores.

O lugar escolhido para ser a sede da CAND era conhecido como “Boca da Picada”, onde hoje em Dourados é o “Monumento ao Colono”, mais isso não ocorreu e a sede ficou localizada entre a Vila São Pedro e Indápolis. Em frente à sede ficava a cooperativa da Colônia, de onde, por estrada, se rumava para a Serraria, respectivamente Vila São Pedro e Indápolis. A maioria

das famílias chegavam primeiramente na sede da Cooperativa da Colônia, atual Vila São Pedro, onde se fazia o pedido formal do lote à Administração.

Uma lista encontrada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), sem data, mas também da Administração de Jorge Coutinho Aguirre, descreve novas construções nesta região da sede, tais como: galpões para serraria, carpintaria, oficina mecânica e para guardar máquinas; edifício de alvenaria para o Almoxarifado da cidade; escola provisória e fixa; escritório; farmácia; consultórios médico, de dentista e enfermagem de emergência; armazém de gêneros alimentícios; paiol e depósito de milho; olaria e secadora; residências para trabalhadores e funcionários; residência de taboa e cavaco, taboa e telhas, ranchos de sapé e barro e casas de taipa.

Muitos acontecimentos estavam ligados à cidade de Dourados, a Cooperativa era um lugar de ligação entre alguns distritos bem como com outras cidades, e tudo que acontecia aqui influenciava diretamente uma grande população. A questão política estava ligada diretamente à vida dos moradores da cidade.

O distrito de São Pedro era observado por muitos políticos, e sempre foi um lugar de bons votos, por isso no dia 4 de setembro de 1965 em um ambiente festivo, de grande confiança de vitória, os adeptos do Partido Social Democrático (PSD) da Cooperativa, Distrito de São Pedro, assistiram em uma noite de quinta-feira a reunião cívica presidida pelo vereador Ivo Cersóssimo e ainda com a presença do Sr. Alberto Perdomo, membros do diretório municipal do PSD de Dourados. A palavra do velho e tradicional pessedista da região, Sr. Abdias Lima da Silva, enaltecendo o glorioso partido e ainda solicitando dos seus inúmeros amigos e correligionários o sufrágio dos candidatos da coligação PSD- PTN ao Governo do Estado.

Falou também o então vereador Ivo Cersóssimo, grande responsável por várias obras ocorridas no distrito, sobre as qualidades do Engenheiro Pedro Pedrossian, candidato a governador do Estado do Mato Grosso e do Ministro Lenine de Campos Pávoas. Fez muitos comentários, principalmente ao candidato ao governo estadual, que venceu e se instalou a partir de 31 de janeiro no Palácio Alencastro. Em seu discurso, o então vereador agradeceu aos seus inúmeros correligionários do Distrito de São Pedro, pois ali tinham sido recepcionados, segundo reportagem do jornal O Progresso de nº 678, de 04 de setembro de 1965.

Percebe-se ao longo do tempo uma necessidade de benfeitorias, por isso a comunidade as requeria por meio dos vereadores. Um dos requerimentos era de apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, no sentido de examinar a possibilidade de auxiliar o Hospital e Maternidade do Distrito de São Pedro, com verbas, medicamentos e ainda solucionar o problema de abastecimento d'água do referido Hospital. Além de pedir ao prefeito da época os serviços de

limpeza e terraplanagem executados nas obras do Hospital e Colégio do Distrito de São Pedro, como aponta o jornal O Progresso de nº 706, de 01 de janeiro de 1966 ano XV.

Algo que chama atenção é que a partir da metade do século 1950 houve a consolidação desses novos migrantes. A famosa modernidade se tornou algo na vida das pessoas da cidade de Dourados bem como na Vila São Pedro, com o decorrer do tempo não se pode mais dirigir-se a Cooperativa separada do Distrito de São Pedro.

No dia 27 de julho de 1966, o Jornal O Progresso de nº 763 anunciou a chegada do telefone interurbano, inaugurado pelo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). O diretor do DCT acionou o dispositivo que colocou em funcionamento o novo sistema de comunicações Fátima do Sul, Ponta Porã, Serraria e Cooperativa, ligadas a Dourados, além de telefones a distância. Assim, Dourados passou a ter contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo, com ligações interurbanas.

O Ato inaugural contou com a presença de autoridades e do diretor do DCT, Dr. Antônio Mauricio da Silva, acompanhado do Sr. Heitor Cabral, coordenador das Agências Piloto. O Dr. Mauricio da Silva em seu discurso falou que o telefone possibilitaria a comunicação não só na região, como poderia colocar toda cidade de Dourados em contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo através da Tele Oeste, companhia telefônica da época. Por outro lado, disse também que os telegramas, poderiam, a partir de então, serem ditados diretamente das casas comerciais, residências ou escritórios, bem como interurbano, estando, todavia, o DCT instalando um sistema moderno de comunicações com aparelhagem especial para essa finalidade.

Também foi instalado na Agência local na cidade de Dourados, um serviço de Teletipo para transmissões. Neste dia de inauguração também tomou posse no cargo de Agente local, em substituição ao Sr. Otonio Alves de Souza, o Sr. Antonio Ivy Moraes, seguindo a comitiva do Dr. Mauricio da Silva, para a cidade de Fátima do Sul, onde procedeu as solenidades da instalação do mesmo serviço, seguindo-se depois um almoço com as autoridades locais. Às 15 horas, procederam as inspeções das instalações em Serraria, São Pedro e Cooperativa, rumando depois a comitiva para a cidade de Campo Grande. Este acontecimento mostra o quão o desenvolvimento se apossou dessas terras. Percebe-se que, ainda existia uma distinção entre Cooperativa como a grande sede da CAND e Vila São Pedro, pois a mesma estava se desenvolvendo perto de onde funcionava a administração da colônia.

A chegada do asfalto da BR 163, rodovia que passa até os dias de hoje no meio do distrito de São Pedro, foi um grande acontecimento, a população estava ansiosa, pois a pavimentação melhoraria a vida das pessoas. Em uma demonstração não só de sua eficiência, o Ministro dos Transportes do Brasil do ano de 1968, Mario Andreazza, dirigiu atenciosa carta

ao Deputado Weimar Torres referindo-se ao apelo feito pelo representante douradense no sentido de ser dada prioridade especial ao asfaltamento de trechos da BR-163 nos percursos que atravessavam a cidade de Rio Brilhante e os Distritos de Vila Vargas e São Pedro. Eis que segue uma carta do próprio ministro para a grande população Douradense.

Efetivamente, dando cumprimento a diretrizes governamentais do Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, esmero-me em contribuir para a construção do Brasil do Futuro, um País onde as riquezas naturais e o resultado do esforço laborioso de seus filhos encontrem a adequada, infraestrutura viária para a circulação e a distribuição seja no transporte rodoviário, seja no transporte por água ou sobre talhos. Quanto às obras a realizar na BR-163, as sinaladas por V. Excia., transmiti instruções ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a competente apreciação. Atenciosamente, (a) Mario David Andreazza (Jornal O PROGRESSO, nº 990 de 16 de novembro de 1968, p. 1).

Foi o primeiro apontamento para que esta obra começasse a funcionar, o que iria facilitar a vida das pessoas, principalmente dos agricultores que tinham sérias dificuldades para escoar a produção agrícola devido as más condições das rodovias. O asfalto em Dourados era uma realidade apenas do centro da cidade, sendo as estradas que ligavam a outras cidades todas de chão, poeira ou lama.

Não eram apenas as dificuldades que ganhavam destaque na imprensa quando a notícia remetia ao Distrito de São Pedro. O lazer sempre esteve em alta, principalmente em se tratando de futebol, uma paixão nacional que no sul de Mato Grosso do Sul não era diferente. A equipe do Comercial Mirim no dia 02 de dezembro foi até a localidade de São Pedro, onde enfrentou o Corintinhas, daquele distrito, que estreou o seu novo jogo de camisas. O jogo revanche foi o período matutino, com seu início previsto para as nove horas. O Comercial Mirim, que é dirigido pelo incansável batalhador do futebol menor de nossa cidade, Sr. João Ângelo Rocha, colheu mais um excelente resultado, goleando a equipe do E.C. Brasil, da Vila São Pedro, por 4 gols a 2 gols, segundo o Jornal O Progresso nº 1483 de 01 de dezembro de 1973.

No dia 05 de outubro de 1976 a Vila São Pedro se tornou o perímetro Urbano ligado a Dourados depois de um período de marchas e contra marchas. A Câmara aprovou o novo perímetro urbano do distrito de São Pedro. Quando de sua discussão, o vereador Ramão Perez (MDB), dizendo do progresso trepidante de Dourados, de sua inclusão no campo da industrialização, propôs uma emenda através da qual deverá ser unido ao da cidade de Dourados (marco de cimento) daquele distrito, que basicamente se apoia na BR-163. O vereador Pedro Domingos Pereira (ARENA), apoiou o autor da matéria e, posteriormente, o projeto do prefeito João da Câmara, recebeu aprovação unânime.

LEI N.º 955 DE 20 DE OUTUBRO DE 1.976

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADOS, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei...

SUMULA: Delimita perímetro urbano da sede do Distrito de São Pedro.

ARTIGO 1º — Os limites Urbanos da Sede do Distrito de São Pedro serão os seguintes: MARCO n.º 01 — partindo da estrada do Barreirinho, no lote n.º 01, da Quadra n.º 51, desse ponto por uma linha reta ao rumo de 54.º15' NE na extensão de 6.580,0 metros até o marco n.º02, dividindo com os seguinte lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da Quadra n.º 51, e os lotes 1, 2, 3, 4, 5, da Quadra n.º 52; 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da Quadra n.º 53. MARCO n.º 02 — cravado na divisa com a 3.a linha, desse ponto por uma linha reta ao rumo de 35,º45' NO, na extensão de 500,0 metros, até o marco n.º 03, dividindo com parte do lote n.º 07 da Quadra n.º 53; MARCO n.º 03 — cravado na divisa com o lote n.º 07 da Quadra n.º.53, desse ponto por uma linha reta ao rumo de 54.º 15' SO, na distância de 45,0 metros, até o eixo da Rodovia BR-163; MARCO n.º 04 — cravado no eixo da Rodovia BR-163. desse ponto por uma linha rela ao rumo de 35.º45' NO, na extensão de 500,0 metros dividindo com o lote n.º 06 da Quadra n.º 09, até o marco n.º 05; MARCO n.º 05 — cravado na divisa com o lote n.º 06, desse ponto por uma linha reta ao rumo de 54.º15' SO, na extensão de 5.950,0 metros, dividindo com os seguinte lotes 5, 4, 3, e 2 da Quadra n.º 09, e os lotes 10, 9, 9-A, 8, 7, da mesma Quadra, e os lotes 2, 3, 4, 15, 16 da Quadra n.º 08 e os lotes-partes do n.º 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, e 1 da Quadra n.º 06 até o marco n.º 06, no Travessão do Castelo. MARCO n.º 06 — cravado no Travessão do Castelo, desse ponto pela mencionada estrada municipal, até alcançar o eixo da Rodovia BR-163 na extensão de 665,0 metros, até o marco n.º 07; MARCO n.º 07 — cravado no eixo da Rodovia BR-163, "m sentido a Dourados, ao rumo de 54.º15' SO, na extensão de 160,0 metros, até o marco n.º 08; MARCO n.º 08 — cravado no eixo da Rodovia BR-163, e a estrada municipal, denominada Barreirinho, desse ponto por uma linha reta ao rumo de 35.º54' SE, na extensão de 500,0 metros, dividindo com o lote n.º 01, da Quadra n.º 51, até o marco n.º 01, do ponto de partida. Daí em uma linha partindo da Estrada denominada Barreirinho, pelas fundações dos lotes 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24; deste ponto em linha reta até encontrar com o perímetro urbano de Dourados; desse ponto sempre acompanhando o perímetro urbano de Dourados, até encontrar a BR-163; desta segue pela divisa dos lotes n.º 40, da Quadra n.º 02 e 1 da Quadra n.º 4; desse ponta segue pela linha de fundação dos lotes n.º 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da Quadra n.º 4; desse ponto segue até Unha reta pelas divisas dos lotes n.º 12 e 13 Quadra n.º 4 até encontrar com a BR-163, em confluência com a estrada municipal denominada Barreirinho. ARTIGO 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Dourados em 20 de outubro de 1.976. JOÃO DA CÂMARA — Prefeito Municipal (Jornal O PROGRESSO, nº1886 de 26 de outubro de 1976, p.9)

A Cooperativa aos poucos foi acoplada à Vila São Pedro, pois a partir de outubro de 1976 houve a delimitação deste espaço por parte dos lotes pertencentes à CAND, por isso neste momento o distrito se expandiu, anexando boa parte dos lotes pertencentes à sede da colônia.

As lideranças do Distrito de São Pedro estavam sempre buscando benfeitorias para toda comunidade, e por isso exigiram, no dia 29 de junho de 1978, acompanhado do Vereador Saul Freire (ARENA), mais uma escola naquele populoso distrito. O então prefeito douradense

considerou válida a reivindicação formulada pela comissão, mas fez minuciosa explanação aos presentes acerca de um Projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que estava em tramitação no MEC e que solucionaria o problema de ensino na cidade e no campo.

A Secretaria de Educação, Sra. Lori Alice Gressler, encontrava-se em Brasília acompanhando o andamento de inúmeros projetos de interesse do município ligados ao setor educacional. A inauguração da nova Escola Municipal foi de encontro à uma antiga aspiração da população daquele Distrito, uma vez que os pequenos estudantes da Vila São Pedro, para irem à escola, tinham que atravessar a BR-163. Portanto, a nova Escola, além de oferecer ensino em melhores condições, deu segurança aos pais e alunos, como evidenciaremos adiante.

Ao longo da recente história da cidade de Dourados, no sul de Mato grosso, muitos agentes foram responsáveis pela criação e desenvolvimento de um pequeno distrito chamado São Pedro. Ali se viu a chegada de um importante projeto a nível nacional, como o caso da CAND, e como as necessidades dos que vieram atrás de esperanças e de terra, a procura de uma vida digna, fez com que um pequeno vilarejo se tornasse um robusto distrito, que se desenvolveu para atender o crescimento populacional causado pela vinda desses migrantes.

A população necessitava do mínimo de condições de sobrevivência, por isso o lazer, a criação de escolas, a melhoria do hospital para atender uma grande demanda de doentes, um campo de futebol, um bar, um mercado, um lugar de troca, lugares de vivências para que se ampliasse um distrito tão importante. Uma micro história, que complementa o macro, que auxilia na compreensão mesmo, assim como, do contemporâneo.

CAPÍTULO 2

FRANCISCANOS: EDUCAÇÃO E MISSÃO EM DOURADOS E REGIÃO

E quem é São Francisco? Basta dizer-lhe o nome e todos já têm a mesma ideia. E a ideia é esta: São Francisco *‘é un uomo d Dio!’* E porque era homem de Deus viveu em tudo o essencial. Por isso era simples, cortês e terno para com todos, como Deus em sua misericórdia.

São Boaventura, Sec. XIII

Para discorrer sobre os franciscanos tratamos do fundador dessa fraternidade, presente nos dias atuais em todas os confins do mundo. Ele, Giovanni di Pietro di Bernardone, mais conhecido como Francisco de Assis, nasceu entre 1181 e 1182, na região da Úmbria, na comuna de Assis, Itália. Filho de rico comerciante ligado à venda de tecidos finos. Em sua juventude foi expressão viva do ideal do jovem nobre, entregue às paixões que a vida ofereceu a ele.

Francisco era um jovem com as virtudes e os defeitos de seu tempo, mas aos vinte e quatro anos iniciou o processo de conversão a partir de inúmeras guerras entre Assis, Perusa e Apúlia. Em uma dessas guerras o jovem Francisco, feito prisioneiro e depois debilitado por doenças, foi resgatado pelo pai. Abandonou seu estilo de vida nobre para dedicar-se integral e radicalmente aos pobres, e iniciou sua peregrinação apostólica. Iniciou o estilo de vida franciscano, pregador itinerante, pobre com e entre os pobres. Obteve do Papa Inocêncio III a aprovação de sua Ordem e da primeira Regra. Junto com Clara di Favarone se instalou em São Damião, onde fundou a ordem franciscana feminina, as contemplativas Clarissas.

Os ensinamentos de São Francisco, afirma Elsing (1988), sua missão são os de abraçar verdadeiramente os ensinamentos de Jesus Cristo. As mensagens que perpetua até os dias de hoje contemplam a paz que deve ser falada e sentida pelo coração. Francisco exortou seus frades a anunciar a paz e a testemunhá-la com doçura, porque este, segundo ele, é o único caminho de comunicação para atrair todos os homens para a verdadeira paz, a bondade e a concórdia. A saudação da paz, como primeira palavra que os frades dirigem aos outros, tem o objetivo de abrir os corações à paz, isto é, à força espiritual interior: a paz interior da bem-aventurança e a paz proclamada e dirigida a todos, constituem uma única e mesma realidade.

Segundo Elsing (1988), Deus é a experiência fundamental de Francisco, o ponto de partida de sua espiritualidade. Nela se fundamenta a vida franciscana como resposta de amor, configurando o amado ao Amor. Por isso, a atitude típica de São Francisco é a decisão de estar sempre a serviço deste Deus, e a atitude que projeta em Deus a completude de si mesmo, que leva a renúncia a tudo à posse de Deus.

2.1 A fraternidade de São Francisco e sua pedagogia

A congregação franciscana surgiu oficialmente na Itália, no ano de 1209, após três entrevistas entre Francisco e Papa Inocêncio III, sendo aprovada a regra franciscana (LE GOFF, 2011). Francisco escreveu estas regras para perpetuar uma forma de vida e uma regra essencialmente composta de citações do santo Evangelho. Em seu contato com as Escrituras, que lhe eram ensinadas pelos clérigos de então, Francisco interpretava as leituras com grande

rigor, sobretudo os Evangelhos, e analisava o cotidiano da sociedade onde vivia, as transformações, os problemas sociais, a Igreja, sempre à luz de seus estudos bíblicos.

Segundo Melo (2016), a Itália do século XII passava por profundas transformações econômicas e sociais que, direta e indiretamente, influenciaram no pensamento de Francisco e na sua postura frente à realidade. Assis era uma próspera cidade comercial no centro da Itália, em meio a tantas outras, do centro e norte do país que, desde o século X, havia se tornado independente e, a partir do século XI, passou por uma série de disputas políticas entre o clero e a nobreza. Disputas que tiveram como resultado o enfraquecimento das duas classes e o consequente crescimento da burguesia, fortalecendo, assim, o processo de urbanização e desenvolvimento econômico da região.

Deu-se, assim, o início, em 1209, à Ordem dos Frades Menores, que tinha como sede a Capela Porciúncula de Santa Maria dos Anjos, localizada nos arredores de Assis. O número de candidatos à Ordem era grande e, assim, foi aberto outro convento, em Bolonha; porém, por toda a Itália, os irmãos conclamavam o povo de todas as classes sociais à fé e à penitência. Em 1212, ele e Clara, sua companheira assídua, fundaram a primeira comunidade franciscana feminina. Devido ao grande número de pessoas, tanto homens quanto mulheres aderindo à Ordem, foi necessário a criação de províncias; grupos de frades foram encaminhados para elas e para fora da Itália, inclusive para a Inglaterra.

Conforme Melo (2016), os franciscanos são uma Ordem de irmãos e não uma Ordem Clerical, cujo objetivo inicial era viver em fraternidade e pregar o Evangelho. Desde o início, porém, houve o ingresso de alguns sacerdotes já formados, que desejavam ser franciscanos. Ainda nos dias de hoje, dentro da ordem Franciscana, convivem como irmãos, em igualdade de condições, frades sacerdotes e não sacerdotes, cada um exercendo a sua função dentro destas estruturas.

É assim, livre, que Francisco e seus seguidores, abraçam os marginalizados como Francisco abraçou e beijou o leproso. A expropriação é a condição máxima para quem quer entrar na fraternidade. Francisco aceita pessoas de todas as classes e condições sociais, desde que estejam dispostas a renunciar a tudo e amar a todos.

Segundo Oleniki (2003), o projeto de Francisco e o próprio franciscanismo não se caracterizam como um projeto social e político mais amplo. Optam por um estilo de vida, por uma experiência. Ainda que não fosse a preocupação essencial de Francisco, dadas as limitações próprias de sua historicidade, sua atitude diante do mundo medieval e suas estruturas desumanizantes e injustas revelam o que alguns autores já disseram com propriedade, o “humanismo franciscano”, ou seja, a base que sustenta toda a experiência de Francisco e do

franciscanismo é o respeito e o reconhecimento expresso da dignidade do ser humano como filho de Deus.

Nos anos que seguiram, após a criação da ordem, devido às divergências quanto à forma de seguir o carisma de Francisco, alguns defendendo o seguimento literal da regra, outros convencidos da necessidade de adaptar o estilo de vida às mudanças sociais, entre outras divergências, os franciscanos se dividem em três Ordens religiosas, sendo a Primeira Ordem dividida em três congregações: a Ordem dos Frades Menores Observantes, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e a Ordem dos Frades Menores Conventuais.

Ainda segundo Melo (2016), a Segunda Ordem ou Ordem das Irmãs Clarissas, destinada às mulheres, seguidoras de Clara de Assis, a primeira mulher franciscana, é destinada às religiosas reclusas contemplativas e a Terceira Ordem, dividida em Terceira Ordem Regular, formada por congregações masculinas e femininas de espiritualidade franciscana e Ordem Franciscana Secular, destinada aos irmãos leigos, casados ou solteiros.

Assim, pode-se dizer que os franciscanos representam uma opção particular do seguimento de Cristo. O rumo que a Ordem franciscana tomou, fugindo dos seus ideais mais particulares, pode ter contrariado o fundador, mas isso aconteceu porque esses ideais começaram a receber influências externas, e passar de um plano de vida pessoal a um plano coletivo. Afinal, uma Ordem religiosa não se faz de um homem só, mas de uma coletividade, exigindo mudanças e adaptações, de acordo com o tempo, desenvolvimento, sociedade entre outras realidades, o que por certo explica as transformações ocorridas nas Ordens Franciscanas a partir do século XVI.

Ainda na busca de marcas expressivas da pedagogia franciscana, podemos elencar como elementos dominantes na ação junto às pessoas a fraternidade, a compreensão e a sobriedade. Esses elementos contribuem para que, ao “corrigir” alguém, isto seja realizado com afeto e a confiança seja estabelecida; considerando que, apesar da obediência que aqueles que exercem autoridades sobre os outros possam esperar, existem direitos inalienáveis e próprios de cada um em sua individualidade. Desta forma, torna-se possível criar um ambiente em que o respeito mútuo, a compreensão e o amor estejam acima do rigor exacerbado.

Em Francisco, a questão da centralidade da pessoa humana é posta pela primeira vez na educação cristã e na formação religiosa. Como aponta Zavalloni (2000, p. 87), “[...] as virtudes características da espiritualidade franciscana são ‘as bases’ de uma pedagogia integral da pessoa que leva em conta o seu aspecto seja individual, seja social, sua dimensão humana e espiritual”. Percebe-se que mesmo com o passar do tempo a questão do ser humano está presente em qualquer documento relacionado com educação e igreja.

Descrevendo os objetivos da educação das crianças e dos jovens, o Concílio exibe a complexidade da tarefa de educar, que jamais poderá reduzir-se a uma simples instrução. A educação das crianças e dos jovens procura conduzi-los à 'maturidade da pessoa humana' (n.2). Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito das responsabilidades na própria vida retamente cultivada, com esforço contínuo e levada, por diante, na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância (MOURA, 2000, p. 153).

Ao acentuar a importância da fraternidade, Francisco impregna sua pedagogia da centralidade no humano, visa a reconciliação entre o divino e o humano com todas as criaturas, através da ação do amor e do acolhimento. Francisco de Assis tem as suas características e desenvolve sua organicidade à medida que outras personalidades se agregam. Entre as certezas e adversidades desse processo encontramos traços fortes e expressivos que conservam as linhas essenciais do ideal franciscano, bem como as adversidades que o marcam. Os Franciscanos caracterizam-se por uma visão de educação calcada em dois alicerces fundamentais: no valor e centralidade da pessoa e na sua educabilidade, ou seja, sua pedagogia sustenta-se pelo pressuposto humanista, aberta e acolhedora do outro.

2.2 A missão em terras mato-grossenses: da Alemanha ao sul de Mato Grosso

A situação política então existente na Alemanha deu o último impulso para que a Província de Santa Isabel da Turíngia enviasse seus missionários ao Brasil. Ocorreu também a ideia de se formar um lugar de refúgio para o caso de os religiosos não poderem mais continuar na Alemanha, pois já se agravava a perseguição nazista à Igreja e particularmente aos religiosos. Segundo Knob (1988), os mais visados na região da Turíngia eram os Franciscanos. Ocorreram invasões de conventos, prisão de frades, processos contra eles, posses de terra e muitos delitos contra a moral dos frades da época, motivos pelos quais buscou-se nova terra missionária, tendo sido o Mato Grosso escolhido, acolhido de coração aberto pelo então Arcebispo de Cuiabá Dom Francisco de Aquino Correa.

Como território da nova missão da Província Franciscana da Turíngia, foi escolhida o Estado de Mato Grosso. Está localizado na região Centro Oeste do Brasil, limitando com a Bolívia e Paraguai e sendo vizinho dos Estados do Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Em 1937, abrange ainda os dois atuais Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com uma superfície de 1.231.549 km, calculando-se 500.00 os habitantes. A Capital era

Cuiabá com cerca de 50.000 habitantes. O seu clima é tropical, em geral quente, sendo mais seco no Norte, úmido no pantanal e mais ameno ao sul. Com muito sol, mas no tempo mais quente do verão, isto é, de dezembro a fevereiro, é o tempo de chuva (KNOB, 1988, p. 42).

O principal campo de trabalho desses novos missionários eram as Dioceses de Cuiabá e Corumbá, pois até o ano de 1937 havia muitas paróquias vagas, sem padre residente, onde algumas vezes por ano, em festas maiores da igreja, o sacerdote aparecia para celebrar as missas e administrar os sacramentos. O grande trabalho missionário, que seria um desafio para todos estes freis, seria a pastoração do interior, do sertão. Os primeiros missionários que foram enviados da Alemanha para o Mato Grosso foram Frei Eucário Schmitt, Wolfram Passman, Antonino Schwender e Francisco Brugger, este último fora um dos grandes motivadores para a criação, enquanto instituição, da Escola Reunida São Pedro e um grande missionário da região de Dourados. Na Figura 7 temos a foto dos primeiros missionários que embarcaram para Brasil para fazer missões em terras mato-grossenses.

Figura 7: Foto dos primeiros missionários a chegar na “Terra de Missões” em MT



Fonte: KNOB (1988, p. 46)

Visando os estudos que se debruçam sobre a chegada e a história da presença Franciscana em Mato Grosso, dois estudos se destacam: um deles é de Knob (1988), que será abordado mais a frente; e o outro é de Marin (2012), estudioso do Estado de Mato Grosso do Sul que se dedica a estudos, entre outras temáticas, sobre religiões, e que em sua maioria buscam compreender a dinâmica dos Franciscanos em Mato Grosso. Este pesquisador faz um rico trabalho na historicização da Ordem Franciscana no Estado, apontando o termo “diáspora” para identificar a vinda dos alemães para a “terra de missões”.

Marin (2012) aponta o Estado de Mato Grosso como um dos “lugares de refúgio” dos Franciscanos, que teve rápida expansão a partir de 1937 e foi brevemente interrompida durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, o Brasil era denominado pelos Franciscanos como “terra de ninguém”, onde havia “espaços vazios”, ou seja, ainda não ocupados pela Igreja Católica, os quais os franciscanos deveriam conquistá-los (MARIN, 2012, p. 104). Em 1943, já havia 39 Missionários alemães no Estado. Destaca a preocupação dos Franciscanos com a extinção da Província mediante a ascensão nazista, o que levou à dispersão dos Freis em diferentes países. Ressalta, também, que na década de 1940, eles já administravam quatro paróquias, das oito existentes pertencentes à Arquidiocese de Cuiabá, bem como eram responsáveis por sete, das quinze paróquias existentes em Corumbá. Esses missionários eram os únicos que atuavam na Chapada dos Guimarães, o que desponta a rápida expansão missionária no norte do Estado, como revela Marin (2012) ao longo de sua pesquisa.

O autor ainda trata em seus trabalhos do estereótipo que havia sobre a “Terra de Missões”, lugar desconhecido onde o trabalho missionário parecia interminável, o que incitava a visão de domínio dos alcances católicos. Neste contexto, chama a atenção as representações que foram sendo formadas acerca do Missionário Franciscano, um “sujeito da diáspora”, forçado ao exílio e, por isso, já sem pátria, pois atravessara fronteiras e se tornara um desbravador sem compromissos nacionalistas, diante da sua universal missão.

Marin (2012, p. 105) faz o seguinte registro: “[...] O missionário deveria ser obediente, infatigável, corajoso, intrépido e perseverante, pois deveria suportar todos os sacrifícios, abstenções e até a morte para defender o ideal, e muitos franciscanos desejavam o martírio [...]”. Tratava-se, pois, de um “herói” que agia em nome de Cristo. No entanto, o autor afirma que os missionários franciscanos nunca se desligaram completamente de suas raízes, manifestando tentativas de preservação da cultura alemã em meio aos anos de proliferação catequista, o que os levou a construir uma identidade deslocada e múltipla.

Segundo Marin (2012, p. 105), os missionários conduziram essa situação sem maiores conflitos, até porque “[...] Os Franciscanos foram obrigados a retrabalhar suas vidas, as metodologias pastorais e a doutrina da Igreja Católica. Foram momentos de luta cultural, revisão e reapropriação [...]”, o que denota certa preocupação quanto ao objetivo maior, que era a evangelização. Outro fator importante manejado pelos franciscanos era as hierarquias eclesiásticas brasileiras e a necessidade de estabelecer paróquias. Eucário Schmitt, responsável pela Missão em terras mato-grossenses, diante da chegada de muitos Missionários e escassez de recursos para que cada paróquia sustentasse mais de um deles, viu a necessidade de dispersá-

los em lugares distantes um do outro. Isto caracterizou uma dispersão espacial, pois já havia certa hegemonia de outras denominações católicas, como os Salesianos e Redentoristas.

Estes haviam ficado com paróquias que detinham uma rentabilidade maior, restando aos Franciscanos as paróquias que possuíam menor densidade demográfica, ou ainda, aquelas mais extensas, as recém-criadas, as vacantes, dentre outras peripécias; o que aumentava o desafio a ser transpassado. Em 1941, quando os Franciscanos assumiram a prelazia da Chapada dos Guimarães, isto foi considerado um êxito para o sucesso da Missão, em função da rede de negociações que se abria para esses, como observa Marin (2012). O autor chama a atenção para as formas de representações que foram sendo construídas, modificadas e incorporadas:

Desde a chegada ao Mato Grosso, os Franciscanos procuraram aproximar-se daquilo que buscavam compreender e intervir. O homem, a natureza, o cenário religioso e a cultura mato-grossense tornaram-se objetos de observação, reflexão e classificação, com o objetivo de ordenar, dominar, subordinar e remodelar. [...] Ao fazê-lo, por meio da intervenção modificadora e transculturadora, a região também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade (MARIN, 2012, p. 109-110).

Tratava-se de uma redefinição de identidade que ocorria em duas vias, ainda que inconscientemente. Como se pode notar, esta questão incita uma reflexão e um diálogo entre duas culturas muito distintas. O autor defende em sua obra uma duplicidade no comportamento dos Missionários, que ao mesmo tempo se aproximaram dos mato-grossenses, movidos pelo seu objetivo maior e, por outro lado, mantinham certo distanciamento e resistência pautada, segundo o autor, pelo orgulho de ser “alemão, europeu e católico”. Isto implica em dizer que, ao se considerarem provenientes de uma cultura dita “desenvolvida”, portavam-se como “agentes civilizadores” em uma terra na qual julgavam negativamente a cultura, o povo, a civilização, a nacionalidade e, até mesmo, a natureza típica de Mato Grosso.

Deste modo, presume-se uma relação desigual, permeada por tensões e geradora de novas identidades. Todavia, há de se ressaltar que esta relação também poderia ser vista como benigna para a Ação Missionária, uma vez que impulsionou esta terra para o dito “progresso”. Dessa forma, criou-se uma nova “metodologia” de trabalho, que se adequava ao povo e às condições locais, visto que, conforme Marin (2012), nas paróquias mais extensas, 90% da população era rural, habitavam em sítios, fazendas e assentamentos. Isto, naturalmente, provocou uma dinâmica diferencial de assistência religiosa, denominada viagem de desobriga ou missionária, a qual, a princípio, fora feita sem vias instituídas e, posteriormente, adotaram um roteiro preestabelecido, a fim de regularizar estas visitas aos povoados, capelas e fazendas.

Outras estratégias também foram mobilizadas, sendo algumas delas aplicadas de forma eficaz e outras nem tanto, o que forçava as reformulações, segundo Marin (2012, p. 118): “[...] A estratégia era intensificar a vida religiosa por meio de uma pastoral catequética regular, pela criação de associações religiosas e pelo incremento da participação nas práticas sacramentais”.

Assim, nas regiões mais populosas, onde já haviam escolas rurais, eram também inseridas estações missionárias e, rapidamente, capelas eram erguidas. Posteriormente, chegavam os estabelecimentos de ensino católico e as obras sociais, confiadas à administração religiosa. Nestas estações habitavam um ou dois párocos, conforme a necessidade local. O objetivo final era que, com os devidos incrementos religiosos, estas estações viessem a ser sedes paroquiais. Não apenas os missionários se viam forçados a estas reformulações, mas a Igreja em si. Eram eles autorizados a realizar a crisma, bênçãos nupciais, missas aos domingos e dias santos, bem como nas sextas-feiras. Nesses casos, o bispo sempre devia ser informado, a fim de legitimar tais ações. Era uma forma de simplificar e flexibilizar as legislações eclesiásticas, pois a visão era que a vida religiosa dos fiéis necessitava de regularização breve e imediata. Assim, Marin (2012, p. 121) reforça: “Tanto os frades como os matogrossenses foram transformados pela diáspora dos franciscanos [...]”, ficando isto evidenciado nos relatos, nas crônicas, nas práticas e nas relações estabelecidas ao longo dos anos.

Eles se viram obrigados a traduzir, ressignificar e flexibilizar para o cumprimento da missão ancorada, adotando novas posturas e costumes. Afinal, as barreiras culturais, étnicas, linguísticas e religiosas tinham que ser transpostas. As mudanças não eram parcas, pelo contrário. Os costumes foram adotados; as práticas cotidianas, reinventadas; as mudanças alimentares, incorporadas; o convívio das duas culturas se refez de forma a provocar uma constante na construção da identidade de ambos os lados, ainda que inconscientemente.

Havia ainda uma tolerância e, ao mesmo tempo, certos esforços por parte dos missionários para que fossem feitas alterações àquilo que denominavam de “práticas pagãs dos mato-grossenses”, o que suscitaram narrativas culturais e diferentes olhares para o povo – ora bom, ora um tanto quanto discriminatório. Houve ainda um grande impacto da Segunda Guerra Mundial nas práticas da Missão Franciscana, tanto na Alemanha, quanto no Brasil.

Portanto, a obra de Knob (1988) é muito mais que um escrito, é um registro memorialístico de valor histórico para os Franciscanos. O livro relata a inserção e superação de um grupo missionário em terras em que muitos estavam marginalizados na fé. De tal modo, nesta breve descrição, é possível subentender o quão rico é este livro, não só para os franciscanos, mas para os pesquisadores que se debruçam na temática. O trabalho produzido se caracteriza como uma rica fonte, não apenas por suas fotos e relatos, mas também pela sua

bibliografia, as quais são responsáveis por darem pistas sobre materiais que podem auxiliar determinadas investigações. Cabe ressaltar que as narrativas que este trabalho investiga são construções de uma única visão do todo, ou seja, trata-se da visão dos Missionários alemães.

2.3 Dourados e sua relação com os franciscanos: da criação da Paróquia de Dourados à Criação da Paróquia São Pedro

Em 1943 a congregação franciscana masculina tinha na Diocese de Corumbá oito paróquias, incluindo a Paróquia de Dourados. Com a vinda de muitos migrantes para a região houve uma grande expansão destas, sendo divididas posteriormente. Criou-se a nova Paróquia de São Pedro. Desmembra-se toda a Colônia Federal com o sertão até o rio Paraná. Ela foi entregue aos cuidados dos Padres Palotinos. Além disso foi criada a Paróquia de Itaporã, com o desmembramento da Colônia Municipal. Segundo Knob (1988), com a criação dessas novas igrejas houve a esperança de elencar novas vocações.

No ano de 1925 se construiu a primeira capela que foi inaugurada com uma procissão a que se levou a artística imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição, mas a capela foi benzida um ano posterior pelo Padre Salesiano João Giardelli, que na mesma celebração lançou a pedra fundamental. Em 03 de outubro de 1935, o bispo de Corumbá, Dom Vicente Priante, criou a Paróquia da Imaculada Conceição de Dourados. Como não havia padres suficientes para atender na nova cidade, este atendimento espiritual continuou sendo de responsabilidade dos padres de Ponta Porã até o ano de 1938, e os franciscanos cuidavam das igrejas da cidade de Entre Rios (Rio Brilhante) e Maracajú. Os primeiros freis que tomaram posse foram Antonino Schwerger e Francisco Brugger. Os dois, durante dois anos, visitaram regularmente a Paróquia de Dourados, atendendo uma extensão de todo Município de Dourados, cerca de 20.000km e 15 mil habitantes, sendo que residiam em Rio Brilhante. Com o passar dos anos, a população aumentou e formaram-se novas povoações. Com esse grande avanço da cidade, a igreja deveria seguir o mesmo caminho:

De 1943 a 1945, foi construída uma nova matriz que, com o rápido crescimento da cidade, tornou-se pequena demais. Por isso foi edificada, de 1958 a 1960, uma nova e grande igreja conventual e paroquial, que devia servir também de Pró Catedral, com a criação da Diocese de Dourados em 1957. Durante 15 anos os frades habitavam numa modesta casa de madeira. Entre 1954 e 1956 construíram uma ampla residência. Depois acrescentaram-se o salão paroquial e duas salas menores para reuniões das associações religiosas. De 1952 a 1954, construía-se a primeira escola paroquial e, de 1957 a 1959, uma segunda, ao lado da igreja matriz (KNOB, 1988, p.102).

Os Franciscanos encontraram dificuldades, sendo quase sempre a mesma situação: não havia Igrejas, as celebrações e as realizações dos sacramentos eram feitos em barracões que serviam como igreja, ou igreja em ruínas, sem estruturas nas casas paroquiais. A população, apesar de grande, era carente de religião e de recursos para sobreviver, muitos viviam até mesmo em pobreza extrema. As terras tinham grandes extensões, em média de 20.000km e os missionários iam ao encontro do povo a cavalo, burro e canoa.

Em geral, o interesse maior do povo pela presença dos Franciscanos não era apenas para assistência religiosa, mas aspiravam também bons colégios para educação de seus filhos. Os próprios Franciscanos, em suas falas por esta região, afirmavam que a educação era uma condição prévia para uma atividade frutuosa, assim, fundaram escolas paroquiais em todas as paróquias onde trabalhavam. Para dirigi-las, procuravam congregações religiosas femininas, que significaram uma grande ajuda. Todo o trabalho realizado pelos franciscanos, sendo na área educacional e social, especialmente os espirituais, eram reconhecidos pela população. Segundo Knob (1988, p. 117), “Desde o começo, vendo a situação de pobreza, falta de escola, de doença entre o povo das suas paróquias, empenharam-se em dar assistência escolar e social”. Além disso, com a escola se criava uma nova geração cristã através da boa instrução religiosa ministrada pelas Irmãs na escola e na igreja, e praticamente, se guiavam as crianças para uma vida dentro dos preceitos da Igreja, podendo despertar também novas vocações.

Segundo uma estatística de 1961, todas as paróquias tinham a sua escola paroquial, dirigida por religiosas, e quase todas dispunham de prédios amplos e modernos, também realizações dos missionários franciscanos, havia 15 escolas paroquiais, 4 escolas normais, 3 ginásios, 4 escolas de costuras, 1 escola rural, um seminário. Para assistência e auxílio aos pobres e necessitados. Foram fundadas nas paróquias diversas entidades de cunho social (KNOB, 1988, p.118).

O Papa Pio XII criou a Diocese de Dourados em 15 de junho de 1957, abrangendo boa parte do sul do Estado de Mato Grosso, com uma área de 68.300 Km. Dom José de Aquino Pereira foi nomeado apenas em 23 de janeiro de 1958 como primeiro bispo de Dourados, tendo sido consagrado em 13 de abril e empossado em 26 de maio do mesmo ano. Permaneceu por dois anos e meio e foi transferido em março de 1960 para Presidente Prudente, no estado de São Paulo. Segundo Knob (1988), o seu sucessor foi o franciscano Dom Carlos Schmitt, nomeado em 31 de agosto de 1960, e consagrado em Roma em 28 de outubro de 1960. Mas, após 9 anos de esforçado e abençoado pastoreio, Dom Carlos, por motivos pessoais, encaminhou sua renúncia à Diocese.

Depois da criação da Diocese de Dourados, em 1957, resolveu-se construir uma nova igreja matriz que serviria também de pró-catedral. O primeiro Bispo de Dourados, Dom José de Aquino Pereira, benzeu a pedra fundamental, no dia 08 de dezembro de 1958. Durante sua construção que foi feita por cima da antiga igreja, essa continuou a funcionar. A planta da nova igreja foi idealizada em colaboração entre o construtor, Sr. Vittorio Fredrizzi, e o vigário, Frei Teodardo Leitz, tendo-se este último inspirado em igrejas conventuais antigas e modernas, chegando à conclusão de que, como elemento de ligação entre convento, Ala Ação Social Franciscana e a Escola Patronato de Menores, a igreja devia ter duas torres e uma fachada que combinasse com a construção já existente. Em 17 de janeiro de 1960 foi celebrada a última missa na igreja velha. No dia seguinte, iniciou-se a sua demolição, passando, então, a servir de igreja provisória o salão paroquial.

No dia 27 de novembro de 1970 foi nomeado como terceiro Bispo de Dourados o então Vigário Capitular Frei Teodardo Leitz, na época vigário da Catedral de Dourados. Foi um importante Bispo da congregação franciscana e teve um significativo trabalho na Diocese de Dourados com grande relevância na vida das pessoas dessa vasta região. Na Figura 8 observamos a imagem da primeira missa do novo bispo, conforme relata Knob (1988).

Figura 8: Bispo de Dourados Dom Teodardo Leitz



Fonte: Acervo iconográfico da Paróquia São Pedro (2019)

Dom Teodardo nasceu em Karlsruhe, Alemanha, Arquidiocese de Freiburg, em 08 de maio de 1915, sendo filho Gustav e Lydia Leitz. Ingressou na ordem franciscana em abril de

1934. Foi transferido para o Brasil em maio de 1939 já como diácono, sendo ordenado aqui em maio de 1940 no Rio de Janeiro. No fim deste mesmo ano foi enviado ao Mato Grosso para a missão que durante 12 anos percorreu os sertões a cavalo ou canoa. Em outubro de 1952 chegou a Dourados-MT para ser empossado como vigário da única paróquia de Dourados, hoje a paróquia Catedral Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Segundo Knob (1988), o Frei Teodardo ficou durante nove anos à frente da Paróquia de Dourados, sendo o construtor de todo o conjunto paroquial da catedral, inclusive a própria igreja. Uma das suas prioridades era o ensino religioso nas escolas, tanto primárias, quanto secundárias, indo até elas para fazer o ensino religioso. Foi o próprio Frei Teodardo que recebeu o primeiro e segundo Bispo de Dourados. Trouxe também as primeiras irmãs religiosas da Congregação Franciscana, que até os dias atuais dirigem a Escola Imaculada Conceição.

Em 1961 foi transferido para Rio Brillhante e depois para Campo Grande, onde trabalhou com a formação de novos padres. Já em Dourados, em 1970, se tornou vigário da então Paróquia Imaculada Conceição. Com a renúncia de Dom Carlos Schimitt, se tornou Administrador da Diocese de Dourados, até sua nomeação como Bispo. Segundo Knob (1988), Frei Teodardo, recebeu sua sagração episcopal, sua ordenação episcopal na cidade de Freiburg/Alemanha, no dia 13 de fevereiro de 1971, e tomou posse da diocese 27 de março do mesmo ano.

O terceiro Bispo da Diocese de Dourados foi intensamente atuante na vida das pessoas da região de Dourados, participou de importantes acontecimentos da Igreja, bem como os novos ensinamentos do Concílio Vaticano Segundo³, por Medellín e Puebla e pela CNBB, onde participara de todas as Assembleias. Como Bispo continuou a dar importância à catequese e ao ensino religioso nas escolas. A diocese, segundo Knob (1988), tem o mérito de ter batalhado pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, editando até pequenos manuais para os professores. Dom Teodardo, assim como Francisco de Assis, teve em seu episcopado a opção preferencial pelos pobres.

³ Em 1958, a Igreja sofria pela morte de Pio XII, que havia tido uma atuação importantíssima, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial. Escolheram o cardeal Angelo Roncale, já idoso e experiente o bastante para realizar um papado de transição. Porém, João XXIII surpreendeu a todos, convocando o Concílio e dando início a uma grande revolução no seio da Igreja. O pontificado de João XXIII foi breve, mas intenso. Ele teve a coragem de convocar o Concílio Vaticano II, colocando a Igreja no coração do povo. Depois, as teses reformistas do Concílio foram aprofundadas por seu sucessor, Paulo VI. O Concílio foi tão revolucionário que até hoje precisa ser compreendido.

2.4 Os Franciscanos na Paróquia São Pedro: a paróquia da CAND e do Distrito de Vila São Pedro

Por parte do clero católico passava a ser imperativa a busca de ampliação da influência católica na sociedade e no costume de vida da população. Isso só seria possível por meio da combinação de um complexo conjunto de ações adaptáveis ao estilo de vida da população local e ao trânsito considerável de pessoas na região, em virtude da CAND, dos loteamentos particulares e das ações dos governos estadual e municipal.

Os franciscanos trouxeram a concepção de “fraternidade e união”, agregada ao projeto educacional como forma de fortalecimento da missão na região, concentrando paróquias e intensificando o assento espiritual e o carisma franciscano, herdadas das virtudes pregadas por São Francisco de Assis, desde a o século XIII. Os princípios franciscanos foram estimulados e vivificados, no intuito de produzir identificação entre comunidade e o clero. Em suma, as análises de Marin (2012) estimularam a reflexão sobre a influência dos franciscanos na edificação de escolas e construção de identidades, como no caso da Escola Reunida São Pedro, Núcleo Colonial de Dourados, Dourados, Mato Grosso (Uno).

Tem-se no período de 1930 em diante, a presença da missão franciscana como prestadora de serviços em favor da ocupação e povoamento “não-índio” na região ou nas áreas internas do país com as construções de igrejas, escolas e hospitais, pensando em uma população desprovida de infraestrutura administrativa, material e, portanto, singular.

A partir de 1943, com a instalação e desenvolvimento das colônias federal e municipal de Dourados, o forte trabalho pastoral se deslocou para esta região, nos quais já vinham sendo apontados a criação de novas paróquias de Itaporã, São Pedro, Douradina e Fátima do Sul, com suas numerosas comunidades.

Em 1948, com a vinda de mais colonos, houve expansão das colônias. Como o território era extenso, criou-se uma necessidade de uma vida religiosa católica para os colonos. Segundo Knob (1988, p. 281), “[...] compraram os padres uma motocicleta para poderem melhor exercer a sua atividade”. Os padres tinham que se organizar regularmente para fazer visitas a diversos pontos das colônias, com aulas de catecismo nas escolas. Foi nesse período que, exatamente no ano de 1950, os franciscanos de Dourados criam o Patronato de Menores com um ensino primário católico.

Desta forma a CAND criou vilas e cidades, deu uma nova configuração à organização do espaço, povoou diversas áreas. Dentro dessa organização espacial estava a Vila São Pedro, que fez parte da primeira zona territorial da CAND, citado no primeiro capítulo, e a Paróquia

São Pedro Apóstolo, que se firmou como ponto de referência da localidade. Em 06 de janeiro de 1954 chegou à Colônia Federal o Pe. José Ferreira, fazendo com que os franciscanos de Dourados fossem dispensados. No ano seguinte, em março de 1955, toda colônia federal e grande parte do sertão até o rio Paraná, foi desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora Conceição, formando a nova Paróquia São Pedro, confiada aos padres palotinos, conforme relato do Livro de Tombo:

[...] a Paróquia fica tendo os seguintes limites: partindo da foz do Rio Ivinhema, subindo por este pela margem direita até a foz do Rio Brilhante, por este acima até a foz do correjo Pananbi; por este acima pela margem direita até os limites da Colônia Agrícola Federal, indentificando-se com os mesmos até a nascente do correjo da Água Azul; por este abaixo pela margem esquerda até a foz do correjo Caracú; por este acima digo abaixo pela margem esquerda até sua foz do correjo do Eugenio; por este abaixo pela margem esquerda até a sua foz no Rio Dourados; por este abaixo pela margem esquerda até a foz do correjo Caracú; por este acima pela margem direita até a sua nascente; desta segue e esfugão divisor das águas em rumo às cabeceiras do Rio Laranjaí, chamada arroio Fortinova, por este abaixo até a sua foz na Laranjaí; por este abaixo até certo ponto onde formar um amgulo reto para o sul em direção ao porto liberal sobre a sua margem esquerda do Rio Amambai; por este abaixo até a sua foz no Rio Paraná; por este acima até a foz do Rio Ivinhema (LIVRO DE TOMBO, 2012, P. 1-2).

Os Padres Palotinos, receberam a Paróquia de São Pedro e Glória de Dourados na Colônia Federal, ajudaram por um ano os Padres Franciscanos, pioneiros na cidade de Dourados. Os padres na Paróquia São Pedro renderam gratidão e amor pelas atenções prestadas e pela entrega dessa região pelos seus suores que sacrificaram, segundo Padre Vedruscuro, primeiro pároco, em um artigo escrito para o Jornal O Progresso no dia 23 de setembro de 1967, “[...] os freis franciscanos foram verdadeiros heróis do Evangelho” (JORNAL O PROGRESSO, nº 876 de 23 de setembro de 1967, p. 5). Desde Dourados, sul de Mato Grosso, até Cuiabá, os franciscanos tiveram sucesso em seus trabalhos, trazendo progresso material e espiritual para toda a população.

Por onde há assistência religiosa o povo vai. E os humildes filhos de São Francisco souberam trabalhar a terra do Senhor e semear a semente do bem e da verdade, embora estrangeiros, mas, como verdadeiros patriotas brasileiros, não se pode escrever a história de Mato Grosso sem a história desses arautos de Cristo que passaram por muito mais lutas e privação que nós. A Missão Franciscana, pois, nossos aplausos e admiração e votos de promissora expansão para a felicidade de tantos municípios, que já catequizaram e engrandeceram. (JORNAL O PROGRESSO, nº 876 de 23 de setembro de 1967, p. 5).

A Paróquia de São Pedro foi criada em 25 de março de 1955 por Dom Orlando Chaves, Bispo de Corumbá. Ficou empossado o seu 1º pároco Pe. Luiz Vandruscolo, em 3 de abril, pelo Delegado do Sr. Bispo Frei Teodoro Lettz, ofm. Vigário e Decano de Dourados, tendo como co-adjuntos os Padres José Daniel e Amadeu Amador. Na Figura 9 temos uma imagem da então capela que se tornou matriz da Pároquia.

Figura 9: Paróquia São Pedro - 1957



Fonte: Livro de Tombo da Paróquia São Pedro (2012)

A paróquia tem extensão até os limites de Caarapó ao Pôrto Felicidades dos rios Amambai, Paraná, Ivinhema, Rio Brillhante, Itaporã, aos marcos da Colônia Federal. Esta vasta região era atendida pelos padres a cavalo, de bicicleta, canoa, a pé, carreta, motocicleta, caminhão, jardineira, charrete. Foram construídas 12 capelas, com 18 pontos de missa em casas particulares. A região não tinha condições mínimas de existências, a exemplo do comércio, de modo que as pessoas tinham enormes gastos em viagens até Dourados para fazer suas compras. Os padres que habitavam a Paróquia trouxeram àquela região subsídios para que a população tivesse instrução e saúde mais perto de suas casas.

Amparávamos os Índios nos postos de Panambi e Bocajá em visita, roupas e comida, doações de benfeitores. Fundaram-se a Irmandade dos Vicentinos a sociedade São Vicente de Paula, Escola de São José da Serraria, onde estudam

500 crianças, dirigida pelas Irmãs Vicentinas. Vieram em novembro de 1967: afim do tomarem conta do Hospital do INIC. Pela sua abnegação e pobreza, e pela perícia dos trabalhos escolares, de enfermagem e caridade cativaram a simpatia de todos (JORNAL O PROGRESSO, nº 876 de 23 de setembro de 1967, p.5).

A partir do Pároco de São Pedro, que era uma pessoa muito dinâmica, o Pe. Amadeu Amador conseguiu junto à Assembleia Legislativa do Estado os Distritos de paz de Panambi, Douradina e Vila São Pedro. E por falta de sacerdotes e excesso de trabalho entregou a Paróquia em obediência aos Superiores aos Padres espanhóis: Vicente, Carmelo, Alexandre, que agora em um terreno mais propício e pela estabilidade dos colonos puderam construir o novo Hospital de Nossa Sra. de Fátima, casas e escolas paroquiais.

Figura 10: Fotografia dos Primeiros Párcos de São Pedro



Fonte: Livro de Tombo da Paróquia São Pedro (2012)

No mês de outubro de 1955, o então Bispo Dom Orlando informou que as Irmãs Vicentinas chegariam no local em fim de novembro, segundo o relato do Livro de Tombo da Paróquia São Pedro, para gestar o Hospital da Colônia Agrícola Nacional, que era situado ao lado da igreja matriz São Pedro. O bispo tendo negociado e feito o contrato, providenciou a acomodação, terreno e outras providências.

Ainda segundo o Livro de Tombo, no dia da chegada das Irmãs, rumo ao aeroporto da cidade de Dourados, um caminhão de paroquianos foram receber as Vicentinas. Mas naquele dia não puderam aterrissar por causa do temporal e voltaram a Paranavaí-PR, chegaram no período vespertino, sendo recebidas em frente ao Hospital da Colônia. O Administrador Schimidt cortou a fita simbólica e o Bispo deu as chaves e deu a benção na estrutura do Hospital. Com foguetes e muita alegria, todos aguardavam a vinda das religiosas. Foram enviadas cinco Irmãs, sendo uma Superiora, uma secretária e as outras três que dirigiriam o hospital.

Justitia e Pax

Dom Carlos Schmitt

Da ordem Franciscana

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica

Bispo de Dourados

Aos que esta Nossa Provisão vive, saudação, paz e benção em Nosso Senhor Jesus Cristo. Atendendo ao bem espiritual da Paróquia de São Pedro Apóstolo do Núcleo Colonial de Dourados, havemos por bem promover o Revmo. Padre Frei Alfredo Benz da Ordem dos Frades Menores, no cargo de pároco da referida Paróquia, com as faculdades, direitos, privilégios e obrigações de direito. Servirá neste cargo como convém ao serviço de Deus e ao bem das lamas de seus paroquianos, aos quais assistirá com os socorros espirituais, pregando-lhes a Palavra de Deus, ensinando-lhes a doutrina cristã e administrando-lhes os santos sacramentos. Observará nisto, fielmente as prescrições do Código de Direito Canônico, do Concílio Plenário Brasileiro e as preces deste Bispado. Poderá celebrar, pregar e confessar os fiéis em toda Nossa Diocese. Haverá no desempenho de seu cargo todos os emolumentos, que legitimamente lhe pertencem. Mandamos, em virtude da santa obediência, a todos os fiéis católicos da paróquia de São Pedro que reconheçam o Revmo. Padre Frei Alfredo Benz, por seu legítimo pároco e como tal o estimem, obedeçam e bem o tratem, em tudo a quanto são obrigados. E, para que essa seja inteiramente observada, será publicada no ato da posse e transcrita no Livro do Tombo da Paróquia juntamente com o termo de posse. Dada e passada na Câmara Eclesiástica de Dourados, sob o Nosso Sinal e Sêlo de Nossas Armas, aos 5 de janeiro de 1968 D. Carlos Schmitt. Bispo Diocesano (LIVRO DE TOMBO PARÓQUIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO, 2012, p. 92).

Em 1968, em 7 de janeiro, tomou posse o Frei Alfredo Benz, que com o crescente aumento dos colonos exigia muito de seu esforço nas questões pastorais e de atendimento. Neste período os padres que estavam no Seminário de Rio Brilhante vieram para ajudar nas Paróquias de São Pedro e Itaporã. Todos os fins de semana um padre se deslocava para ajudar o Frei Alfredo.

Em julho de 1969, tomou posse da Paróquia São Pedro o Frei Francisco Ricardo Brugger, permanecendo à frente até a sua morte, em março de 1977. Durante dois anos, de 1971 a 1972, teve como coadjuntor Frei Ernesto Wiederholt, que residia em Douradina para atender as comunidades mais distantes. Durante oito anos, o Frei Francisco, com seu trabalho árduo, deixou registrado nos corações de seus fiéis e naquele espaço, na matriz de São Pedro, na capela de Vila Vargas e em toda parte, traços de um missionário, artista e poeta incansável. Com a sua morte a paróquia São Pedro passou a ser atendida pelos Padres Salesianos de Indápolis.

A igreja estava ligada à vida das pessoas, a doutrina religiosa católica influenciava o comportamento das famílias. Vejamos um trecho de uma visita pastoral do Bispo Diocesano de Dourados, Carlos Schmitt, de 21 de outubro a 23 de novembro de 1967:

Nas pregações procurei acentuar a necessidade da vida cristã, nas famílias. Para êste fim fiz conferência especializado a casados e solteiros e recomendei ao povo em geral, em observancia ao domingo, a recepção a comunhão pascal, contração do matrimônio legítimo, fuga do espiritismo e oração comum na família. (LIVRO DE TOMBO, vol.1, p. 81).

Desde a criação da paróquia as famílias da Vila São Pedro foram influenciadas por eventos que a igreja promovia. Segundo o Livro de Tombo no ano de 1967, um desses eventos consistia na visita de uma imagem de santa católica às casas das famílias, que entoavam a oração do terço. Outro relato era como as pessoas, como o bispo, era recebido com grande recepção. Em 1970, o novo bispo de Dourados passou pela vila São Pedro de carro. Todos estavam esperando de tarde a passagem dele. A recepção foi montada em frente à escola, com a presença das crianças, do povo, das irmãs e dos padres:

O tempo é quente em Dourados, parece já chover, escureceu por lá. Passou um carro com o P.Luigi de Mundo Novo, avisando que os bispos estariam logo ali... De repente Ele chegou! Viva o Bispo Dom Teodardo! Viva! Já que o tempo é de chuva ele, mais o Arcebispo Dom Orlando de Cuiabá, desceu historico de Campo Grande, descem à Escola, e nós realizamos a mais calorosa recepção com a poesia: Bispo, Pai! Recitada em coros, e as palavras da Irmã Angela da Serraria. Todos gostaram muito. Mas, Dourados estava esperando o Seu Bispo [...] (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, p. 98).

A igreja também estava presente na vida social das pessoas, incentivando o poder público rumo ao progresso. Segundo informações retiradas do Livro de Tombo, um Engenheiro Maffei, (SANEMAT) veio de Cuiabá, contratou 22 homens da Vila São Pedro para abrirem valetas para encanamento de água. Os canos plásticos de Joenville (Stª Cat) , 950 m chegaram no fim do mês de janeiro de 1968. Além da limpeza da praça em frente à escola, nos dias 25 e 26 de maio houve a colocação de canos de plástico nas valetas do poço até o hospital e a casa paroquial. Este poço foi inaugurado no dia 2 de agosto, e depois de uma oração e benção da Ir. Clara, responsável pelo hospital, foi aberta a torneira geral na caixa de água, momento a paerir do qual houve água encanada suficiente no Hospital e na casa paroquial. Com o tempo foi possível o abastecimento de casas particulares, conforme o pedido de moradores.

Segundo o Livro de Tombo da Paróquia São Pedro, por conta do próprio padre, abriram valetas paralelo à estrada oficial para baixo da vila e ligaram as casas com água encanada, 117 canos de ferro com uma polegada. Em cada lado com 351 mts de cano. Foi combinado entre os moradores com o Sr. Bispo, era cobrado uma taxa mensal de NCR\$3,00, que deveria ser paga até dia 10 de cada mês, depois um acréscimo NCR\$0,10 por dia de atraso. Algumas regras para

o uso da água foram colocadas, como não lavar carros e não fornecer água a ninguém que não pagasse a taxa.

A paróquia de Vila São Pedro sempre foi referência, pois tinha uma estrutura para abrigar os encontros da igreja na casa de Cursilhos que aqui tinha sido construída. No dia 5 de julho de 1978, cerca de cinquenta sacerdotes da Diocese Dourados participaram de mais uma reunião do Clero, onde analisaram assuntos referentes à Pastoral Diocesana, sob a presidência do Bispo Dom Theodardo Leitz, onde teve a presença do bispo Dom Benedito Zarzi, da cidade gaúcha de Caxias do Sul.

De acordo com o desenvolvimento da região os arredores da Matriz da Paróquia São Pedro sofriam constantes mudanças. Antes tinha apenas uma capela que atendia uma grande população, no início dos anos de 1970 já havia uma estrutura que abrigava boa parte da população que ali habitava. Na Figura 11 podemos perceber a igreja ao fundo junto com a casa paroquial, com um novo salão para festas construído e ao lado do salão, a escola que atendeu muitos alunos, filhos de colonos, com ensino primário.

Figura 11: Inauguração do Salão Paroquial, década de 1970



Fonte: Livro de Tombo da Paróquia São Pedro.

No ano de 1974 houve dois acontecimentos que marcaram a vida das pessoas da Paróquia São Pedro e Vila São Pedro. Irmã Clara, que havia feito mais de seis mil partos em dezoito anos trabalhando no hospital, foi para o hospital da Nossa Senhora de Fátima. Também foi o ano de inauguração da Usina Elétrica do Mineirinho, ocasião que contou com a benção do Frei Francisco e logo todos tiveram luz elétrica em suas casas, começando pela igreja.

Com a presença da Matriz da então Paróquia de São Pedro que abrangia toda a colônia agrícola no início e com o desenvolvimento da grande Dourados, se dividiu em várias paróquias, mas a Vila São Pedro, com a influência dos padres que por lá passaram, o distrito teve acesso a serviços básicos direcionados a uma população que ali estava para ganhar a vida.

2.5 Frei Chico, da Alemanha ao Mato Grosso: o Frei que descobriu todos os cantos do sertão mato-grossense

Natural do sul da Alemanha, Frei Chico nasceu em 26 de julho de 1908, em uma aldeia chamada Sigmaringendorf. Filho de comerciante, tinha dois irmãos. Segundo Elsing (1988), desde cedo, como um jovem estudante, tinha admiração por poesia e teatro, gostava muito de encenar além de recitar as poesias por ele mesmo criadas. Sua primeira comunhão data de 23 de março de 1919.

Para Frei Francisco a escola sempre foi um lugar de grande desafio, pois tinha que se esmerar para conseguir resultados satisfatório. No final de seu ciclo escolar, teve uma série de dúvidas a respeito do que faria como profissão em sua vida. O lado artístico o indicava para ser um músico ou um poeta, mas após sua participação na juventude na igreja e suas vivências enquanto jovem, decidiu ser um Franciscano. Em sua primeira carta a Fulda destinado ao Frei Corbinian Benzing, foi aceito para entrar no Noviciado.

No Noviciado⁴ tentou seguir profundamente sua vocação enquanto seminarista e futuro frei franciscano:

É interessante que Frei Francisco vivencia sua vocação incipiente como missionário não como uma graça, como a aceitação de um chamado especial de Deus ou como uma nova forma de realizar suas capacidades, mas por ora apenas como uma possibilidade de sacrifício, de renúncia e de expiação. Também aqui tornamos a encontrar como princípio orientados de uma vida cristã e missionária o conceito de mortificação; este conceito é de importância fundamental para explicar a motivação do agir do nosso Frei Francisco. Ainda que frequentemente recoberto por outros motivos mais positivos, humanos e religiosos, o motivo principal de todo o seu agir religioso por toda sua vida continua e ser a firme vontade para o sacrifício por causa de Cristo (ELSING, 1988, p. 124 e 125).

Fez dois anos de estudo em Filosofia no convento de Gorhein e quatro anos de estudos teológicos em Fulda, ao longo dos anos recebeu suas ordens eclesiástica e ordens sacras,

⁴ De acordo com o *Código de leis da Igreja*, o Noviciado, com o qual se começa a vida no instituto, destina-se a que os noviços conheçam melhor a vocação divina, a vocação própria do instituto, façam experiência do modo de viver do instituto, conformem com o espírito dele, a mente e o coração e comprovem sua intenção e idoneidade (Código de direito canônico, can. 646).

aprofundou-se em suas missões. Em 22 de julho 1935 foi ordenado Diácono, e em 19 de abril de 1936 ordenado sacerdote. A figura 12 remete ao dia da ordenação do Frei Francisco, momento único e importante para um sacerdote que está a serviço das pessoas. O sentido de estar segurando a vela remete ao fato de o padre “ser luz” e “iluminar” a vida dos fiéis, ter um olhar diferenciado por todos que o busca; a criança representa todos as pessoas que o Frei Padre Francisco irá iluminar a partir deste momento.

Figura 12: 1ª missa do Frei Francisco



Fonte: Arquivo pessoal Gerolina Carvalho Santos, 2017.

O dia 29 de junho de 1937 é um marco na história da Província de Santa Isabel da Turíngia na Alemanha, pois foi a despedida de missionários para Mato Grosso no Brasil, entre os quais estava Francisco Brugger, conhecido como Frei Chico, que na missa de envio para a terra da nova missão fez o discurso de despedida para todos.

Rumo ao Brasil em um navio, chegaram ao porto de Santos e foram direto para a capital paulista. Frei Francisco foi para o Rio de Janeiro e residiu no convento de Ipanema. Sua atividade principal seria aprender a Língua Portuguesa, mas auxiliou também nos trabalhos de pastoral e atendimento as pessoas que precisavam de ajuda. A partir deste contato com o público aprenderam rápido a língua e se prepararam para o trabalho missionário no Mato Grosso.

Passou a ser missionário na paróquia Divino Espírito Santo de Rio Brillhante no dia 20 de fevereiro de 1938 e construiu um pouco da história daquele lugar visitando a cavalo as

Paróquias de Dourados, Maracaju e Santa Luzia. A partir de 1938, Frei Francisco foi enviado a Paróquia de São José de Coxim, na qual permaneceu por oito anos. Em sua maioria, as visitas nas comunidades eram feitas por meio de montaria.

[...] era na época um pequeno lugarejo e podia ser alcançado, a partir de Campo Grande, por um pequeno ônibus pouco confortável, o ônibus era chamado de jardineira e servia para transportes de pessoas e mercadorias. Mas na sede principal residia apenas parte da população; a maioria da população paroquial residia dispersa em fazendas, em pequenos povoados e em sítios entre o pantanal e os limites do Estado de Goiás, na bacia muito ramificada dos rios Taquari, Jauru e Coxim, conhecidos pela riqueza de peixes (ELSING, 1988, p. 126).

Como vigário cooperador da Paróquia Santa Ana da Chapada dos Guimarães-MT chega no ano de 1948 e fica até o ano de 1959. Ainda segundo Elsing (1988), com um trabalho árduo de muitas viagens pelo sertão e pelo pantanal, os meses de julho, agosto, setembro e outubro, eram os meses para viagens, porque chovia pouco. No ano de 1957, ficou conhecido como o missionário do pantanal e do sertão. Frei Francisco cavalgava na sua famosa mula “Liesel” e com toda aquela beleza ali em sua frente, certamente impressionava sua alma poética. Essa situação de estar constantemente em viagem com perseverança e equanimidade, conferiu ao Frei Francisco uma relação especial aos seus pares eclesiais. Ele foi aquele que viajou longe, muito mais que os outros, em sua vida missionária, e que percorreu as maiores distâncias, cabendo a ele o título de supermissionário, como também afirma Knob (1988).

Figura 13: Frei Francisco na Chapada dos Guimarães



Fonte: Arquivo pessoal Gerolina Carvalho Santos, 2017

Conforme as crônicas de Chapada como mostra Knob (1988), frei Francisco fica 4 meses no ano de 1952 viajando por todo pantanal, o resultado destes meses de missão foram 227 batizados, 198 crismas, 21 casamentos, ganhou duas mulas, sendo a maior e mais completa visita pelo Pantanal feito pelo missionário franciscano, visitando mais de oitenta fazendas, a locomoção acontecia de várias maneiras, de avião, lancha, barco, lombo de burro, onde habitavam pessoas, o frei visitou.

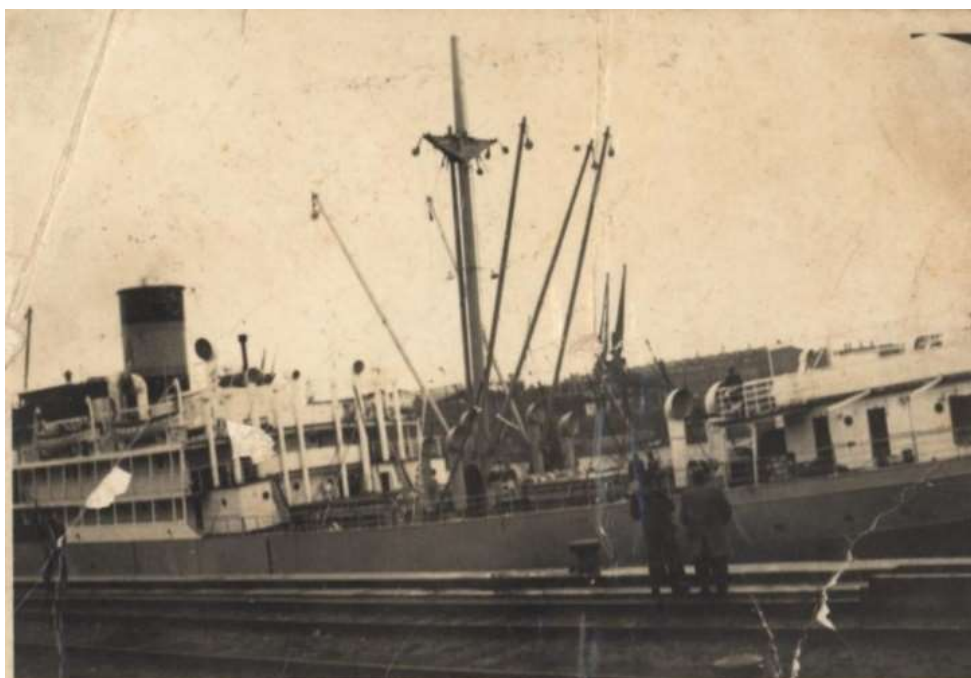
Em 18 de setembro aterrissei na fazenda “Formoso, ao lado esquerdo do rio Piquiri, vindo de Cuiabá em uma hora de vôo... De 22 de setembro até 14 de outubro percorri o Piquiri, subindo até S. José, entrando depois até Laudesinho, entre Piquiri e Taquari, voltando por dentro até Ouro Verde. De lá voltei ao Piquiri, Alvorada-Formoso. Dezoito fazendas das quais 15 não conhecia ainda, visitei. Aproveitei uma lanchinha a motor até Santa Mônica, rio abaixo. Dezesesseis de outubro estive no Puleiro Grande e, numa canoa motora passando outra vez pela Sta. Mônica, fui até a Fazenda Grande “Piquiri, ao lado direito. [...] Neste ano de 53 vou receber uma mula nova aqui”. (KNOB, 1988, p.262).

Este relato explicita que quanto mais se adentrava no sertão ou no pantanal, era evidente que as pessoas precisavam dos serviços da Igreja. Para Frei Francisco nenhum lugar era longe para que ele pudesse ir. Com um espírito fraterno da congregação dos franciscanos acolhia as pessoas, aplicava o catecismo e os sacramentos, além de espalhar o carisma da qual sua congregação era inspirada.

No ano de 1960, Frei Francisco fez três grandes viagens, visitou 85 lugares entre sítios e fazendas, pequenos povoados e percorreu mais de “269 léguas⁵”. Após essa viagem de aproximadamente mil quilômetros, descansou suas férias na Alemanha, partindo de Chapada dos Guimarães. Na Figura 14 temos a imagem do Navio sueco “Peru” onde frei Francisco Viajou para Alemanha para reencontrar seus familiares:

⁵ A medida de uma légua varia: depende do local, da época – e do dicionário que a define: Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, de Caldas Aulete, de 1881, légua é “medida itinerária cuja extensão varia segundo as épocas e países. Em resumo é medida itinerária antiga cujo valor é variável segundo as épocas e os países, geralmente com valores entre os 4 e 7 quilômetros.

Figura 14: Navio sueco “Peru”



Fonte: Arquivo pessoal Gerolina Carvalho Santos, 2017

Durante essas viagens de férias que fazia a Alemanha, reencontrava em sua terra natal boa parte de seus familiares, entre eles sobrinhos. Como mostra a Figura 15:

Figura 15: Frei Francisco e seus sobrinhos



Fonte: Arquivo pessoal Gerolina Carvalho Santos, 2017

Ao regressar da Alemanha em 1961, foi transferido para Paranaíba. Sendo um amante da liberdade, preferiu se instalar diretamente em Cassilândia. Já em Terenos, no ano de 1963, trabalhou pouco, sendo transferido para Dourados em seu jipe, se tornando superior do convento na cidade.

No dia 18 de julho de 1969, Frei Francisco Ricardo Brugger assumiu a Paróquia São Pedro, permanecendo à frente até sua morte no dia 08 de março de 1977. Na então paróquia da colônia federal o Frei Chico, como era reconhecido em toda região, fez um trabalho que ajudou na organização e estruturação do distrito de São Pedro. Esta paróquia de colônia típica, dos que aqui habitavam, vivem em terras distribuídas pelo Estado em distâncias regular e apenas se encontravam em pequenos lugares como comércio, junto a esse comércio era comum a construção de uma igreja, de uma capela. A visita semanal e mensal a essas capelas com missas e administração de sacramento era o trabalho mais árduo do Frei Francisco na respectiva paróquia.

Durante todo esse tempo da presença do Frei Francisco na Paróquia São Pedro, convém destacar algumas modificações na sede paroquial, a construção do salão paroquial e ampliação da matriz. Como era um artista, fez o acabamento artístico na capela do altar da Capela de Vila Vargas. Era um grande homem de visibilidade, de pastoral, de missão.

Mas toda a sua atividade pastoral em São Pedro esbarrava no limite especial de sua personalidade marcada por uma pastoral extensiva de 30 anos. Até o fim da sua vida Frei Francisco era o tipo “padre voador do interior” com uma ação pastoral breve de poucas horas, que se apoiava na base da fé e da vivência popular do culto dos santos conforme a tradição (ELSING, 1988, p. 134).

Além da questão religiosa, trouxe incentivos para área de educação com a criação da Escola Paroquial na matriz, que se tornou uma escola pública de acesso aos colonos que ali habitavam, do apoio a todas as escolas que pertenciam à extensão territorial da paróquia, sendo sempre presente na questão religiosa dentro dessas escolas. Cooperou com a construção de casas, estrutura de saneamento ao hospital e à comunidade, bem como abrilhantou e encantou todos os paroquianos com seu jeito humilde e participativo na vida do povo, sendo missionário, padre e também artista. Como amava o estado de Mato Grosso, quando chegou à Paróquia São Pedro compôs uma música para deixar marcado este amor, conforme o registro abaixo:

Figura 16: Música de Frei Francisco

1 Terra que sempre amei, que te formo
 2 como tuos campos são tão lindos
 3 matas, rios, chapadões e serras
 4 Vilas e cidades - tem antigas
 5 Povos bonos e que de piedade
 6 Todos nos lembram de sujeito forte
 7 Como nos lembram, sem pelo mundo

1 Terra descejailla com ardor.
 2 vasta e imenso como o mar!
 3 Flores como flores: Tãntonal!
 4 como la' Chapada - que há
 5 Ficos, pobres simples e doentes,
 6 Somos todos filhos d'um só pai.
 7 ^{sem sangue} ~~Porque~~ gente sob este céu de azul

1 Eras tu então o sonho nosso
 2 como teus sonhos são tão profundos
 3 Pedras preciosas, ouro, terras
 4 Novas há também como espigas
 5 Todos velhos, novos de cidade
 6 Deus no mundo - grande deste!
 7 pois ~~te~~ amamos, com amor profundo

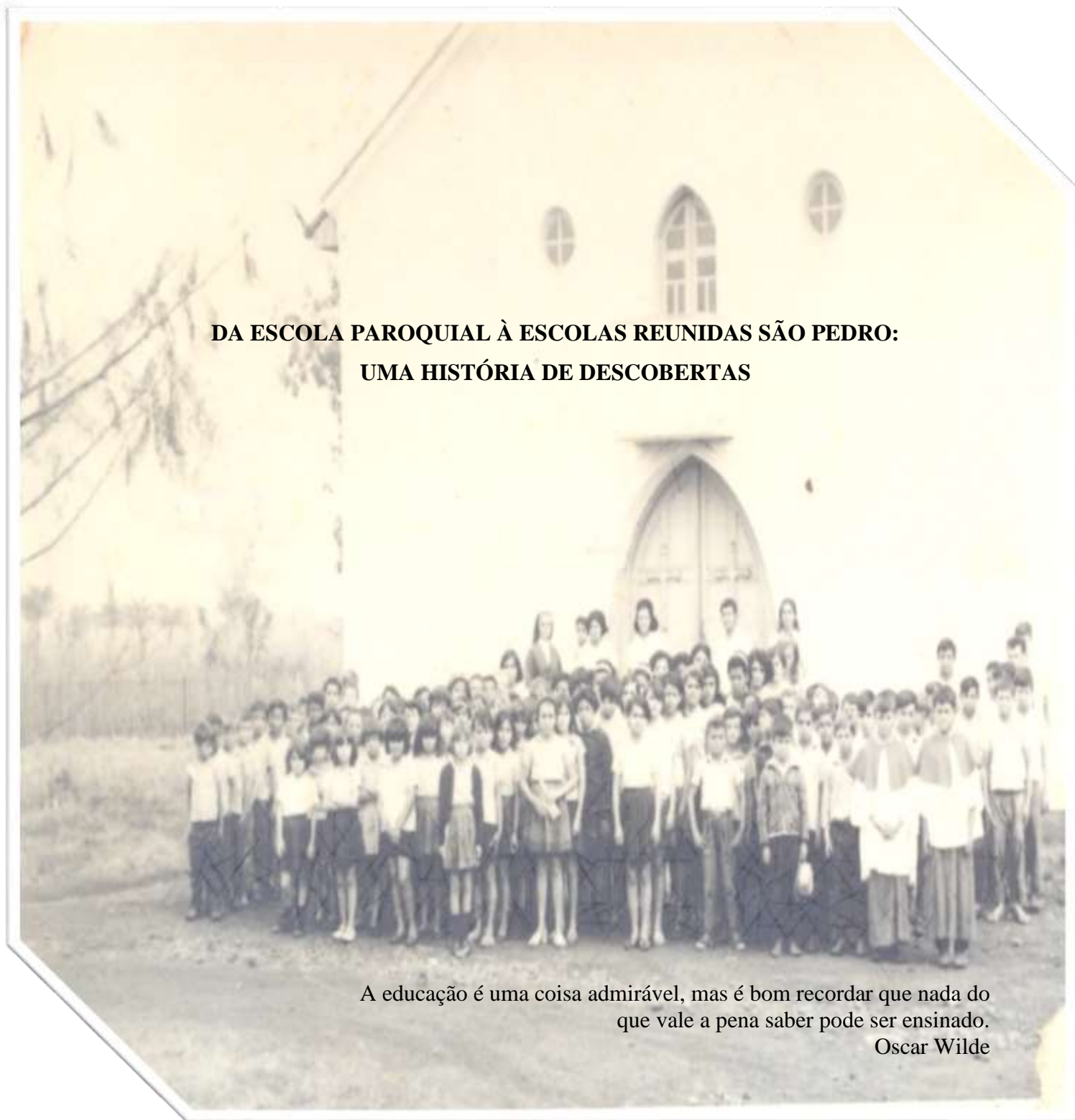
Fonte: Arquivo pessoal Gerolina Carvalho Santos, 2017

Frei Francisco era uma personalidade profundamente religiosa. Em todos os acontecimentos da vida via e sentia a presença divina, e vivia no esforço constante de acomodar sua vida espiritual sempre mais ao plano de Deus. Sempre foi rico de interesses como jogo de xadrez, jogo de cartas, além de cultivar múltiplas amizades, uma grande coleção de discos, gostava de música clássica europeia e música brasileira. Sempre foi uma personalidade original e espiritualmente independente. “Velho Chico” viveu e morreu em plena confiança em Deus e em sua vocação, dando um exemplo claro de vida como fez Francisco de Assis.

CAPÍTULO 3

DA ESCOLA PAROQUIAL À ESCOLAS REUNIDAS SÃO PEDRO: UMA HISTÓRIA DE DESCOBERTAS

A educação é uma coisa admirável, mas é bom recordar que nada do
que vale a pena saber pode ser ensinado.
Oscar Wilde



3.1 Escola paroquial: Origens

A história da Escola Reunida São Pedro se deu a partir da criação da Paróquia, embora tenha sido considerada uma escola paroquial desde o ano de 1957, uma vez que funcionava nos terrenos da matriz. A Escola funcionava sob a égide da administração da CAND, ou seja, antes mesmo da oficialização do distrito ligado à cidade de Dourados-MT, no ano de 1958.

Desde o início da colonização do Sul do Mato Grosso, até a criação da CAND, muitas pessoas por ali passaram, outras permaneceram e, em cada povoado, houve a necessidade de criação de pequenas escolas isoladas, sempre com as mesmas características. Formava-se, primeiramente, um pequeno comércio, construía-se uma capela da Igreja Católica e, depois, a escola. Percebe-se que a atuação da Igreja era forte, pois utilizavam dos espaços escolares para dar a instruções do catolicismo mediante o catecismo. Segundo relato inscrito no Livro de Tombo da Paróquia São Pedro (1955-2012), no dia 5 de março de 1955, o então padre Amadeu visitou a Escola da Figueira (localizada entre Vila São Pedro e Indápolis), deu aula para oitenta e seis alunos. Neste mesmo período, época da Páscoa, os padres iniciaram a tarefa de evangelizar por meio da prática do catecismo nas escolas de Panambi, Triunfo (Vila Vargas), Serraria (Indápolis), Cooperativa (São Pedro) e Figueira.

Era grande a presença das crianças que habitavam a região da administração da Colônia Agrícola Federal nas comemorações de datas civis. Segundo o relato do Livro Tombo, em 21 de abril de 1955, dia de Tiradentes e nascimento do Beato Vicente Palotti⁶, o então Pároco, junto a senhora Diretora Cremilda Thosy, gestora da escola que funcionava em frente à Cooperativa, tiveram a oportunidade de homenagear dois personagens, um histórico e outro religioso. Tiradentes, era o símbolo da independência brasileira, e Vicente Palotti, tido como ícone importante da Igreja Católica por ser fundador da ordem dos palotinos recebiam homenagens profanas (patrióticas e cívicas) e sagradas. Na ocasião foi realizada uma missa solene em intenção dos professores e dos quinhentos alunos ali aglutinados. Após a celebração houve uma festa no qual distribuiu-se doces a todas as crianças presentes.

À luz das considerações de Justino Magalhães delineadas abaixo procuramos refletir sobre o significado do cotidiano social da Vila São Pedro que ora examinamos:

⁶ São Vicente Pallotti (1795-1850) foi um sacerdote romano que com a sua profunda vida espiritual, suas múltiplas atividades apostólicas e a realização profética do apostolado, influiu de modo relevante na história da Igreja no século XIX. Ele viveu num tempo em que foram impostos fundamentos do mundo moderno e de uma nova ordem sócio-política. As ideias do iluminismo, as turbulências do período napoleônico, o surgimento da questão operária, que culminou no “manifesto comunista”, as tendências liberais, os movimentos nacionalistas na Europa e o desenvolvimento da imprensa são algumas vezes que caracterizaram os tempos de São Vicente Pallotti. <http://arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/sao-vicente-pallotti>. Acesso dia 15/05/2019

Educação, instituição, história da educação são [...] instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação, nos planos material e simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade e a uma multifatorialidade, nos quadros sincrônico e diacrônico. [...]. Na sua evolução, como na sua conservação e consolidação, a dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entrecruzam a educação (como atualização científica, axiológica, tecnológica, de cidadania, de humanidade e subjetivação), a história (como discurso pleno, integrativo, evolutivo) e a instituição (como enquadramento, referente, metaeducação, estrutura de ação e de institucionalização). Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas (MAGALHÃES, 2004, p.168).

Era comum a participação da Igreja nas celebrações e datas comemorativas. Assim que, no mesmo ano de 1955, no dia 7 de setembro, houve desfile dos colegiais das escolas da colônia, em alusão ao dia da Independência do Brasil, em frente à Cooperativa e da Administração da Colônia. Após o momento cívico com desfiles, o pároco ofereceu latas contendo “caramelos” (balas) às crianças e um banquete servido à comunidade pela administração da Colônia Federal.

Com a implementação da Paróquia São Pedro na então colônia agrícola, precisamente na igreja matriz, localizada na antiga Cooperativa (depois Distrito de Vila São Pedro), houve também a criação de um hospital, nas imediações do prédio igreja, além da construção de uma escola. No dia 8 de janeiro de 1957, após o término da construção da farmácia do hospital, o terreno ficou limpo para a construção da sonhada escola primária, aquisição preciosa para os colonos da região. As irmãs religiosas passaram a fazer a gestão da escola e do hospital e, segundo o Livro de Tombo da Paróquia São Pedro (2012), em fevereiro de 1957 a escola começou a ser construída com a metragem de 18x12 metros quadrados de extensão. Foi uma construção rápida, passando a funcionar dois meses depois.

A Escola passou a ser um lugar de estudo e também de catequese. A presença das professoras era marcante e, com a ajuda dos padres, as irmãs promoviam a catequização e a instrução dos alunos. Na Figura 17 temos uma vista parcial da construção da escola paroquial, feita de madeira, com salas de aulas e também uma grande varanda na frente da escola.

Figura 17: Vista parcial da construção da Escola Reunida São Pedro, 1957.



Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1– Organização Borba (2019).

Ressalte-se a importância destes distritos relacionados ao projeto político-educacional, cuja singularidade foi a presença das escolas, em particular da Escola Reunida São Pedro no distrito homônimo. O estudo dos distritos⁷ douradenses trata de uma das formas como o referido núcleo urbano se desenvolveu, organizou-se e se constituiu ao longo do tempo histórico. As nove localidades adjacentes ao núcleo urbano de Dourados (Itahum, Picadinha, Reservas indígenas, Panambi, Vila São Pedro, Indápolis, Vila Vargas, Vila Formosa e Guassú) abrigaram outros pequenos povoados constituídos, não só de arruados, vielas carroçais, palhoças, moradias de madeiras, alvenaria, monumentos, prédios, igrejas e escolas, como também assentou a comunidade de migrantes, oriundas das mais distintas regiões do país. Na busca de terra e trabalho, esta onda migratória trouxe consigo capitais culturais, valores, hábitos, vivências e crenças distintas.

A escola veio com uma modalidade de escola reunida mas, também, carregava o compromisso religioso de catequização, no qual padres e irmãs passavam a morar no espaço territorial da paróquia, com a função primordial de escolarização. O grande intuito era promover o trabalho vocacional religioso mediante funções educacionais. Por terem mais preparo intelectual que as pessoas comuns que residiam na Vila, os religiosos centravam orientações segundo os princípios da congregação ali instalada.

⁷ Divisão menor de um território subordinada ao poder de um governo, jurisdição, inspeção ou de uma autoridade judicial, fiscal e policial.

A instituição paroquial teve influência diretamente na vida das pessoas do vilarejo considerando que a Igreja tinha participação no desenvolvimento social local. No dia 13 de junho de 1956 houve influência das escolas nas festividades da paróquia, como retrata os registros do Livro de Tombo:

Houve no Clube da Colônia, uma manifestação, comédia, arte, dos alunos das escolas das Irmãs, Serraria e Cooperativa, a sociedade em si era toda conjunta, as atividades que a igreja promovia era de participação de todos que ali moravam, inclusive as escolas, os hospitais tinham muita influencia das atividades da igreja. (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls.40)

Inegavelmente a doutrina católica residia no interior das escolas da CAND, aspecto evidenciado pelo Livro de Tombo acerca das festividades religiosas. Observa-se nos registros a celebração solene em homenagem a festa N.S^o Três Vezes Admirável, na qual o pároco celebrava com as crianças. A celebração ocorria sempre no período vespertino na escola da Cooperativa (Vila São Pedro). Os relatores do Livro de Tombo acentuavam que as ações religiosas traziam “frutos” preciosos, pois cumpria também o fito vocacional das missões religiosas na região sul mato-grossense. Nesta mesma narrativa consta a estrutura da Sede da CAND contendo um hospital administrado pela Igreja Católica, que atendia toda colonia.

No relatório final do ano de 1957 da paróquia encontra-se o quantitativo de alunos e alunas pertencentes à CAND em território eclesiástico.

Tabela 8: Quantitativo discente das escolas assentadas no território da Paróquia São Pedro Apóstolo no ano de 1957

Estudantes	Quantidade
Alunos	1010
Alunas	1290
Total de alunos matriculados	2300

Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1– Organização Borba (2019)

A tabela 8 demonstra a influência direta da igreja na escolarização dos colonos e, também, a preocupação da Igreja na organização escolar. Outra questão que observamos é o número bem maior de alunas matriculadas. Nos dados apresentados temos uma diferença de mais de 200 meninas a mais que frequentavam a escola da região. Além disso, os religiosos tinham preparo maior para ensinar crianças e adultos interessados na alfabetização. Com esse trabalho a Igreja conseguia ampliar ações vocacionais, incentivar colonos para o processo educativo e ajudar no desenvolvimento social e econômico da região em que morava. Outra

estratégia recorrente dos religiosos era valer-se da capacidade de ir ao encontro das famílias que moravam em lugares remotos e de difícil acesso para descobrir “vocações”.

No dia 27 de dezembro de 1958 foi oficializado como distrito de Dourados pela Lei Estadual nº 1.202 a Vila São Pedro, caminhando em seus primeiros anos juntamente com a Cooperativa, região que funcionava a Sede da Colônia, união que foi até o fim da CAND. Após a criação oficial do distrito, algumas entidades começaram a se fixar como, por exemplo, o Cartório, que foi aberto no ano de 1959, funcionando logo acima do Correio local. O escrivão era o Sr Perciliano Bueno Cavalheiro, e juiz de paz o Sr Pedro Josué. No dia 5 de setembro de 1959 realizou-se o 1º Contrato Civil.

3.2 Escola Reunida: a modalidade de ensino entre grupo escolar e escola isoladas

Em Mato Grosso, o presidente de Estado, Pedro Celestino Correa da Costa, com o intuito de modernizar o sistema escolar para atender metas de governo, realizou uma reforma no ensino primário, criando, em 1910, os grupos escolares, que deveria reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas. Porém, a criação dos grupos escolares no estado ocorreu de forma muito gradativa, as escolas isoladas e reunidas, foram contemporâneas aos grupos escolares, até a segunda metade dos anos de 1970 do século XX, quando a modalidade se transformou em escolas estaduais.

Em 1927, por meio do Regulamento da Instrução Pública, o presidente do estado de Mato Grosso, Mario Correa da Costa, investiu na reorganização das escolas primarias dando-lhes uma nova classificação. Assim, foram criadas as escolas Reunidas, que se caracterizavam por estar até dois quilômetros de onde funcionavam três ou mais escolas isoladas com frequência mínima de 80 alunos. Só poderia ter, no máximo, sete classes e deveria obedecer ao regimento dos grupos escolares (Regulamento da Instrução Pública, 1927. Cap. 1).

Seção IV Das escolas reunidas

Art. 19 – Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”.

Art. 20 – As escolas reunidas terão no máximo sete classes e não poderão funcionar com menos de três.

Art. 21 – A criação de escolas reunidas visa: I – melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das salas escolares; II – classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual; III – facilitar e intensificar a inspeção.

Art. 23 – A instalação das escolas reunidas terá caráter festivo, será presidida por um inspetor geral e se efetuará em qualquer tempo, em prédio previamente adaptado.

Art. 24 – O curso das escolas reunidas é de três anos e obedecerá ao programa anexo a este regulamento.

Art. 25 – As escolas reunidas serão dirigidas por um dos respectivos professores, nomeado pelo governo e com regência obrigatória de classe.

Art. 26 – O diretor de escolas reunidas terá além dos vencimentos que lhe competirem como professor, uma gratificação mensal de 30\$000 (trinta mil réis) por classe, não computada a sua.

Art. 27 – As classes das escolas reunidas terão, no mínimo, 15 alunos e 45 no máximo, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados for insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas.

(REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927)

Anos depois, em 1942, foi implementado o regulamento da Instrução Pública estabelecendo como Escolas Reunidas todas as escolas isoladas que funcionassem num raio de dois quilômetros, com frequência total mínima de 80 alunos. Com possibilidades mínimas de 28 aluno em cada classe, era possível fundir numa só, dois ou mais anos do curso, ou formar classes mistas, quando o número de alunos matriculados fosse insuficiente para a separação em classes distintas.

A permanência das Escolas Reunidas na região da Grande Dourados em plena década de 1960, buscou-se as explicações históricas sobre essa modalidade de ensino no país e na região. Segundo Santos (2014, p. 52), “[...]as Escolas Reunidas foram criadas no estado de São Paulo, como uma modalidade escolar que tinha organização espacial e curricular baseada nas normativas que regiam os grupos escolares”.

Ressalte-se que a proposta da Escola Reunida era provisória, mas aos poucos foram incorporados por causa da demanda popular dos bairros e vilas da cidade de São Paulo. O modelo reunido era composto por escolas isoladas. O Artigo 33 do Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927, estabelecia que para se constituir como “Escolas Reunidas” seriam necessárias que fosse mantido o funcionamento, no mínimo de três classes, com uma média de 15 e 45 alunos, caso contrário, retornariam à condição de escolas isoladas. No caso de excederem ao número de 8 classes, se transformariam em grupos escolares. Então esta modalidade estaria em nível intermediário entre as escolas isoladas e os grupos escolares.

Interessante ressaltar que as escolas reunidas se espalharam por todo Mato Grosso, sendo consideradas importantes no desenvolvimento educacional do estado, a exemplo do estado de São Paulo, todavia alcançou a região de Dourados de forma um tanto quanto tardia. Segundo Santos (2014):

[...] transitoriedade não fez que a escola reunida perdesse sua importância no cenário educacional de Mato Grosso, tendo em vista que essa modalidade foi a segunda maior, perdendo somente para o número de escolas isoladas, e se fazendo presente em todos os municípios mato-grossense, pois não demandava a construção de ostentosos prédios e extenso número de funcionários, por vezes funcionava e prédios alugados, adaptados ao cotidiano escolar, podendo ainda ser instaladas em distritos e vilas do estado, diferentemente dos grupos escolares que eram extremamente urbanos (SANTOS, 2014, p. 98).

Percebe-se nitidamente a realidade da Escola Reunida São Pedro, situada no distrito com número de alunos adequado à normativa conferida pelo Regulamento de 1927. A Escola Reunida, surgida na Vila São Pedro, oferecia aos alunos o ensino similar aos oferecidos pelos Grupos Escolares, ou seja, a instituição dava oportunidade aos filhos dos moradores a obter educação equivalente aos oferecidos pelos grandes centros urbanos, segundo Santos (2014). O Regulamento de 1927 perdurou ainda na Instrução de 1942:

Instrução de 1942

IV –Escolas Reunidas – Quando num raio de 2 km funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento que receberá a denominação de “Escolas Reunidas” (Artigo 19 do Decreto Citado). As escolas reunidas terão no mínimo 28 alunos em cada classe, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando se classes mistas, quando o número de alunos matriculados foi insuficiente para a separação em classes distintas (Artigo 1º do Decreto nº 260, de 25/03/239). A duração do curso é de 3 anos (Artigo 1º do Decreto nº 759, de 25/03/927). As matérias de ensino e o regimento interno são os mesmos dos grupos escolares (Artigo 29 do Decreto Citado).

A Lei nº 452 de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso, caracterizou como Escolas Reunidas, as escolas formadas de duas a quatro turmas de alunos, número correspondentes ao quantitativo de professores disponíveis. As Escolas reunidas de Mato Grosso foram contemporâneas aos grupos escolares e existiram após a Lei 4.024/61; como exemplo temos a Escola Reunidas São Pedro.

Figura 18: Relação das Escolas reunidas, seus respectivos números de alunos e professores, 1970

	PROF.	ALUNOS
1 - Escolas Reunidas D. Aquino Corrêa	9	237
2 - Escolas Reunidas Duque de Caxias	7	305
3 - Escolas Reunidas São Pedro	6	108
4 - Escolas Reunidas São José	15	476
5 - Escolas Reunidas do Barreirão	6	196
6 - Escolas Reunidas Marechal Rondon	4	162
7 - Escolas Reunidas de Vila Formosa	5	189
8 - Escolas Reunidas Ministro Pestana	2	97
9 - Escolas Reunidas Barão do Rio Branco	14	433
10- Escolas Reunidas do Bairro São João	5	144
11- Escolas Reunidas Dr. Camilo Ermelindo da Silva	8	263
TOTAL	81	2610

Fonte: CDR- Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados.

Tabela 9 - Relação das Escolas Reunidas, seus respectivos números de alunos e professores do município de Dourados no ano de 1970

Escola	Alunos	Professores
1- Escolas Reunidas D. Aquino Corrêa	237	9
2- Escolas Reunidas Duque de Caxias	305	7
3- Escolas Reunidas São Pedro	108	6
4- Escolas Reunidas São José	476	15
5- Escolas Reunidas do Barreirão	196	6
6- Escolas Reunidas Marechal Rondon	162	4
7- Escolas Reunidas de Vila Formosa	189	5
8- Escolas Reunidas Ministro Pestana	97	2
9- Escolas Reunidas Barão do Rio Branco	433	14
10- Escolas Reunidas do Bairro São João	144	5
11- Escolas Reunidas Dr. Camilo Ermelindo da Silva	263	8
Total	2610	81

Fonte: CDR- Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados - Organização: Borba, 2019.

A figura 18 é de um documento que remete a um senso do quantitativo de escolas de Dourados e região na década de 1970, atrelada à tabela 9, que demonstra a quantidade de escolas reunidas de toda a cidade, os respectivos números de alunos atendidos e os docentes que atuavam na educação primária destas instituições. Apesar da legislação de 1961 ter se

extinguido com as denominações Escolas Reunidas, o nome ainda permaneceu em muitas escolas de Dourados. Mas na prática escolar seguia as normas vigentes que o país operava nas instituições públicas de ensino primário. A nomenclatura “Escolas Reunidas” manteve-se nos documentos, mas o funcionamento acompanhavam a letra legislação educacional vigente. Como no caso da Escolas Reunidas São Pedro, que é objeto de estudo deste trabalho.

3.3 Institucionalização da Escola Reunida São Pedro

De acordo com registros, a partir do ano de 1968 houve preocupações por parte da Igreja em transformar a escola, até então privada, em escola do Estado, já que a mesma recebia verbas do governo estadual para pagamento de pessoal e merenda. Nesse cenário, no dia 8 de março de 1968 ocorreu reunião dos pais dos alunos, com as professoras e com Ir. Angela, com objetivo de resolver problemas da escola. Dias mais tarde, em 25 de março, 14 homens limparam o terreno escolar. No mês seguinte, em 21 de abril, foi realizada uma festa na escola, momento em que professores e alunos usaram, pela primeira vez, o uniforme escolar. Os meninos com camisas bege e calça azul e as meninas com camisas bege e saia azul.

No mês de agosto de 1968, depois de reunião com os pais os administradores da escola decidiram pela definição da construção de uma cantina na área. Cada família (não cada aluno) pagou NCR\$5,00 para ajudar na construção. Na Figura 19 temos homens encerrando a construção da cantina da escola.

Figura 19: Construção da Cantina Escolar (1968)



Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1 – Organização: Borba, 2019.

A partir do dia 21 de fevereiro de 1969 a Congregação das Irmãs da Caridade, cedeu licença a uma Irmã para atuar em favor da escola e para trabalhos pastorais na paróquia. Nesse mesmo ano, o então Sr. Bispo Dom Teodoro Leitz convidou os interessados para conversar sobre o problema das escolas particulares, no intuito de passar a cessão da escola para o estado de Mato Grosso. Com alguns indícios que demonstraram os documentos, essas escolas eram pagas, os pais davam uma contribuição para que seus filhos pudessem estar estudando, mas para que a educação primária chegasse a todos havia a necessidade de colocar a responsabilidade do poder público com a educação.

No ano de 1969, com a Chegada do Frei Francisco, como já mencionado no capítulo anterior, houve registros positivos sobre a escola indicando a normalidade da presença das práticas religiosas na instrução escolar, como também na catequização dos estudantes. A Figura 20 mostra professoras em frente à casa paroquial durante a primeira reunião com o novo pároco. Nesta ocasião estava presente, ao lado do Frei Francisco, as professoras Irmã Clara, Eunice Lopes, Maria de Lourdes Lopes e Genuina Dourado.

Figura 20: Novo Vigário e as professoras (1969)

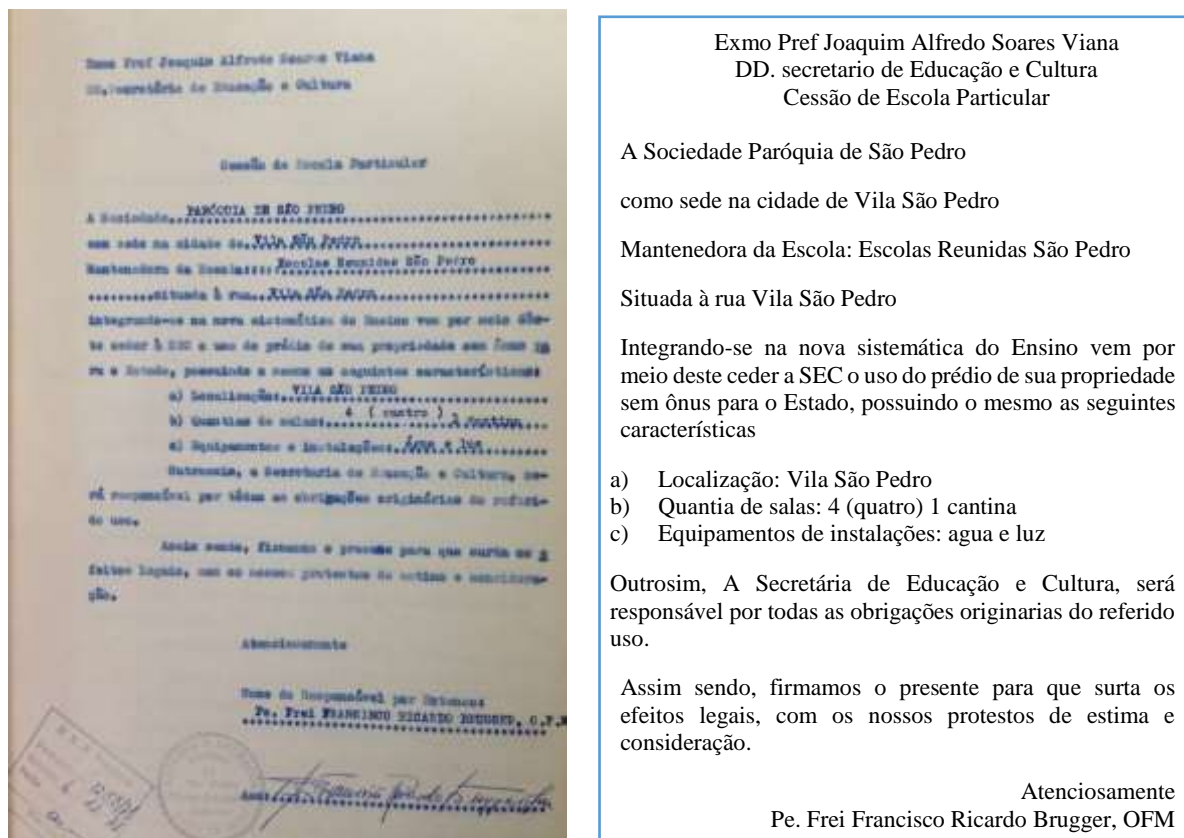


Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1– Organização Borba, 2019..

Com a chegada Frei Francisco, incentivada pelo Bispo, houve a necessidade de oficializar a Escola Reunida São Pedro ao Estado do Mato Grosso. No mesmo ano, em 1969, ocorreu uma reunião com pais dos alunos, cuja pauta principal foi a oficialização da escola. A colaboração da família para merenda escolar, para realização de festa em favor da escola

tornou-se uma prática. Apesar de a escola estar assentada nos terrenos da matriz da paróquia, a concessão da mesma se fez necessária, considerando que seria a melhor forma para atendimento das crianças em idade escolar primária. Houve acirradas discussões, mas apenas no ano de 1971 ocorreu, de fato, a oficialização da escola, conforme revela o documento constado na Figura 21:

Figura 21: Cessão de Escola Particular - 1971



Fonte: Documento pertencente ao acervo do CDR Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados – Organização Borba, 2019.

Apesar da oficialização ter sido apenas em 1971, as atividades escolares ocorreram de forma regular estando a Igreja muito presente nos eventos relacionados ao cotidiano dos moradores da Vila e de seu entorno.

Fatos interessantes referentes ao papel do Padre Francisco Ricardo Brugger (OFM), ou frei Chico elucidam que ele sempre estava presente nos eventos importantes da escola. Por exemplo: Num sábado (27 de setembro de 1969) houve inauguração e bênção da Escola da Serraria, com a presença do Governador Pedro Pedrossian e outras autoridades. Em 29 de novembro de 1969, o frei Chico foi paraninfo nas dependências das Escolas Reunidas São Pedro e na Escola da Serraria (Indápolis). Além da inauguração, o governador visitou Dourados com

o fito de inaugurar a nova rede de luz elétrica e a primeira projeção de um programa televisivo. Isso evidencia o processo de modernização da cidade de Dourados.

Na Tabela 10 consta o quantitativo alunos que frequentaram as aulas no ano de 1969. Observa-se que a escola atendia mais de uma centena de alunos, funcionava em dois períodos e atendia toda a região do Distrito de São Pedro. Com o quadro de seis professores e uma agente administrativa na direção, a Escola contava, desde do período que era apenas paroquial, com a estrutura de quatro salas, uma cantina, e uma sala como secretaria, com um ampla varanda e banheiros na parte externa do terreno. Assim, a instrução primária atingiu toda a população de as crianças da Vila e a região contígua. Novamente o relatório final deste ano mostra que o número de alunas era maior que o número de alunos, dando a entender que, assim como demonstrado anteriormente, o número de meninas era maior em todas as escolas.

Tabela 10: Relatório Final do ano de 1969 - Escolas Reunidas São Pedro

Série	Masculino	Feminino	Total
1ª	25	40	65
2ª	12	16	28
3ª	20	25	45
4ª	15	16	31
Total	72	97	169

Fonte: CDR – Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados – Organização: Borba, 2019.

Comumente a Vila São Pedro ligava-se à Paróquia de São Pedro, principalmente tratando-se do campo da saúde e da educação. Percebe-se que a comunidade estava sempre atenta aos acontecimentos, sobretudo àqueles relacionados às benfeitorias conquistadas por meio da influência da Igreja. Os moradores reconheciam o papel da instituição religiosa em benefício da sociedade, sobretudo, proporcionando possibilidades de vida melhor, aos filhos dos colonos da CAND e ao aos campesinato local que permaneceram na terra mesmo após o fim da colônia. Os próprios professores estavam presentes na vida social em parceria direta com a Igreja. Na Figura 22 e 23 e Tabela 11 têm-se os nomes de algumas professores que atuaram na escola no ano de 1970, bem como o quantitativo de alunos para os quais lecionavam.

Sr diretor

Pelo presente comunicamos que a comissão organizada para selecionar livros didáticos do curso Primário das Escolas Estaduais sob a jurisdição desta delegacia de Ensino, opinou sobre os seguintes livros didáticos:

1º Ano

Leitura – Caminho Suave (P/ o aluno) Cartilha e Livro

Matemática Carolina Renô (P/ o Professor)

Estudos Sociais – Déborah Pádua Melo (P/ o aluno)

2º Ano

Leitura – Aprenda Sozinho (p/ o aluno)

Português – Moderno, de Déborá Pádua Melo

Matemática – Carolina Reno (P/ o professor)

Estudos Sociais – FTD

3º Ano

Leitura – Aprenda Sozinho (P/ o aluno)

Português – Moderno de Déborah Pádua Melo

Matemática – Carolina Reno (P/ o aluno)

Estudos Sociais – FTD (P/ o aluno)

4º Ano

Leitura – Aprenda Sozinho

Português – Moderno, de Déborah Pádua Melo (P/ o aluno)

Matemática – Carolina Reno (P/ o aluno)

Estudos Sociais – Déborah Pádua Melo (P/ o aluno)

Foi adotado especialmente o Ensino Moderno de Matemática para o aluno, de Vicentina M. Ferreira para as quatro séries do 1º grau.

Os livros relacionados, os alunos poderão adquirir em qualquer livraria ou casa comercial

Cordialmente

Dr. Luiz Antº Álvaro Gonçalves

Delegado de Ensino (CDR- Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados. Documentos da Delegacia Estadual do Estado de Mato Grosso).

O Distrito caracterizou-se, portanto, como sendo urbano/rural, pelo fato de ter uma clientela predominantemente rural, composta por indivíduos que desempenhavam o trabalho agrícola em sua essência. No entanto, as escolas reunidas seguiram um currículo estritamente urbano, apresentando-lhes um contexto destoante de sua vida dentro do Distrito. Essa dualidade pode ter contribuído para o aumento do número de matrículas nas escolas, ao passo que se permiti almejar o ingresso no universo rural, haja vista o preparo graduado recebido, ou uma forma de resistência em permanecer na escola devido à diferença entre a vida cotidiana do estudante e a rotina ritual recebida durante a permanência deste no espaço escolar. Na Figura 24 observa-se os livros de Iniciação a Ciências e Estudos Sociais adotados em todo Estado de Mato Grosso.

Figura 24: Livros de uso dos alunos de todo Estado de Mato Grosso.



Fonte: Solidade (2015)

Em 1971, as professoras enfatizaram as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. O que mais assustava os alunos era a prova de leitura pois esta atividade representava o pré-requisito para alcançar a série posterior. Maria Sonia Silva dos Anjos, ex-aluna das Escolas Reunidas São Pedro, relata ainda que a leitura deveria ser com boa fluência. Havia também as aulas de Estudos Sociais, e em Ciências o corpo humano era o mais estudado, todos deviam ter livros para acompanhar. As professoras não tinham formação acadêmica, eram todas classificadas como professoras leigas, mas isto não significava incompetência na prática de escolarização. Ela conta que na primeira série teve aula com a Professora Genuína; na segunda série com a Professora Regina, que se deslocava de Dourados até o distrito para ministrar suas aulas; na terceira série a professora era a Vigília e a Eunice Martins foi a última professora de Maria Sonia Silva dos Anjos nas antigas Escolas Reunidas São Pedro.

Maria Sonia Silva dos Anjos também salienta que a escola era um espaço de recreação, com destaque para as brincadeiras de roda, onde todos brincavam juntos, meninos e meninas. A escola não dispunha de quadra de esporte para jogos e nem espaço para atividades de Educação Física. Até 1979 as carências eram sentidas pelos estudantes, cenário que veio se modificar com o advento do novo espaço da escola.

Outro ponto relevante quando se trata da vida escolar da escola do Distrito de Vila São Pedro, foi a questão da merenda, a partir da concessão, o pagamento dos docentes e a despesa com merenda escolar eram da responsabilidade do Estado conforme já referido. Vejamos a Figura 25 e 26 e a Tabela 12 esboçadas:

Figura 25: Merenda

Figura 26: Total de merenda recebido

Tabela 12: Recebimentos e Distribuição de merenda – abril de 1969

Gêneros	Data	Entrada	Saída	Saldo que passa para o mês seguinte
Leite	24/3/69	132.000	120.900	11.100
Aveia	-	192.00	11.00	8.200
Fubá	-	12.000	8.000	4.000
Óleo Vegetal	-	-	-	-
F. Bulgor	-	19.000	5.000	14.000
F. Laminada	-	-	-	-
Nescau	-	1.200	1.200	-
Fortipex	-	1.800	1.800	-

Fonte: CDR- Centro de Documentação Regional – UFGD/Dourados. Documentos da Delegacia Estadual do Estado de Mato Grosso – Organização: Borba (2019)

A reflexão sobre a importância da alimentação saudável foi sempre pauta, na distribuição gratuita da merenda para o aluno. Ou seja, a bandeira levantada pelo governo para promover a melhoria do aprendizado, centrava-se na ideia de criança alimentada, aspecto capaz de proporcionar o aproveitamento, a produção e assimilação de conhecimento.

No mês de agosto de 1973, os jornais da região estampavam notícias a respeito da municipalização das escolas estaduais, assentadas nos distritos de Dourados. Isso significou que as Escolas Reunidas São Pedro ficariam sobre égide do município. As unidades escolares,

uma vez municipalizadas, passaram a ter total autonomia em sua manutenção e na contratação de professores.

Como destacou a matéria publicada no Jornal O progresso, datada do dia 21 de abril de 1976 (Figura 27), efetivamente a municipalização ocorreu a partir do Decreto Nº. 569/76, depois de uma longa transição política. Foi assim que a Escolas Reunidas São Pedro se transformaram em Escola Municipal de 1º Grau Ruy Gomes e deixou de ser subsidiada pelo Estado, tendo sido cedida para o Município de Dourados-MT a partir do referido Decreto.

Figura 27: Decreto N. 569/76

The image shows a newspaper page from 'O PROGRESSO' dated April 21, 1976, with the headline 'PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS'. The page is divided into several columns. The top right corner features a 'Coluna Jovem' section with a 'TRIBEL' sub-header and a 'Conteúdo da última página' note. The main body of the page contains several decreets, including Decreto N. 567/76, Decreto N. 568/76, and Decreto N. 569/76. The text of these decreets is partially highlighted in yellow. At the bottom left, there is an advertisement for 'S.A. Industrias Romanini' with the text 'Compra de soja' and 'COMPRAMOS QUALQUER QUANTIDADE'. The bottom right corner contains the 'Coluna Jovem' text, which includes a list of names and short stories or jokes.

Fonte: Acervo DCR/UFOD - Jornal O Progresso, número 1807, 21/04/1976, p.3.

DECRETO N. 569/76

Dispõe sobre a criação de uma Escola Municipal de 1.º Grau, na sede do Distrito de São Pedro. O Prefeito Municipal de Dourados, MT, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica criada uma Escola Municipal de 1.º Grau, localizada na sede do Distrito de São Pedro, antiga Escola Reunidas São Pedro, denominada Escola Municipal de 1.º Grau 'Rui Gomes'.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua afixação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Municipal de Dourados, em 12 04-04 de 1976.

João da Câmara
Prefeito Municipal (JORNAL O PROGRESSO, nº1807, 21 de abril 1976, p.3)

O decreto determinou o oferecimento da 5ª Série na referida escola e gradativamente para todo o ensino regular. Neste sentido, a antiga estrutura não comportava mais o número de alunos e com alguns motivos externos começou a população da região exigir uma nova escola. O sonho da construção da nova estrutura da Escola Municipal de 1º Grau Ruy Gomes, veio de encontro a uma antiga aspiração dos moradores do Distrito, uma vez que os pequenos estudantes da Vila São Pedro, para irem à Escola, precisavam atravessar a BR-163, que se caracterizava por seu contínuo fluxo de veículos que transitavam para o norte do estado ou como para o estado de São Paulo. Assim, a nova Escola, além de oferecer ensino em melhores condições, deveria passar segurança aos alunos e pais da comunidade. A Escolas Reunidas São Pedro começa como escola paróquia particular, após isso a passa ser uma escola estadual, e mesmo sendo municipalizada e em 1976 é trocada a nomenclatura, por continuar no mesmo prédio o nome Escolas Reunidas São Pedro permanece no cotidiano dos pais, alunos e funcionários até a mudança para o prédio novo.

3.4 Relatos, experiências e vivências escolares

Ancorados nos estudos históricos voltados para o campo da história da educação, desenvolvidos por Gatti Júnior (2002), Gatti Júnior e Pessanha (2005), Justino Magalhães (2004), foi possível organizar roteiros, percursos e/ou procedimentos investigativos capazes de alcançar os vários agentes envolvidos no processo educativo e na conformação da instituição com influência franciscana em análise. Entendemos que tais procedimentos puderam elucidar aspectos do processo educativo e da conformação sócio cultural da escola em estudo. Emergiram dessas análises a preocupação em saber as origens da instituição bem como os fatores ligados ao tempo pessoal administrativo como os diretores; conteúdos escolares; vivências cotidianas; cultura escolar; a instituição e a cidade (organização econômica, política e cultural da instituição); ações e relações externas da instituição (cidade, região, país, mundo). Grande parte dos aspectos, até aqui mencionados, foi delineada por antigos habitantes da Vila São Pedro que emprestaram suas vozes para relatar o cotidiano da escola, vivenciado no longínquo período das décadas de 1960 e 1970. Eis parte do depoimento de Lourdes Moreira dos Santos (Figura 28, p. 139) e Luiza Marilaque Moreira dos Santos, moradoras e ex-alunas da referida instituição. Este depoimento foi obtido por meio de perguntas pré-determinadas no que se refere ao cotidiano destes agentes, bem como a sua vida escolar:

Eu sou Lourdes Moreira dos Santos nasci aqui mesmo na terceira linha [Vila São Pedro], aqui mesmo no sítio [São José], eu ia a pé para a escola [aproximadamente 3 quilômetros de distância], com o pé no chão, no barro porque na época não tinha asfalto, poeira, barro, na época, [sic] nasci aqui mesmo em 58, comecei a ir para escola em meados do ano de 1965 meus pais José Lopes dos Santos e Marcelina Moreira dos Santos, nascidos, ambos nascido na Bahia, tanto a mãe quanto o pai nasceram na Bahia, em Rio Branco na Bahia, eles casaram em Birigui no estado de São Paulo (Lourdes Moreira dos Santos, 27 de dezembro de 2017).

Eu sou Luiza Marilaque Moreira dos Santos, nascida na Vila São Pedro, município de Dourados. Nasci no hospital das irmãs na Vila São Pedro. Nasci no hospital das irmãs em Indápolis quer dizer, já residindo na terceira linha. Comecei a estudar na Escola Reunidas São Pedro no ano de 1969. O percurso a pé, muita poeira, muita lama, muito sacrifício, muita pobreza [sic], e assim, quatro anos de muito sacrifício na escola (Luiza Marilaque Moreira dos Santos, 29 de dezembro de 2017).

As vivências relatadas pelas irmãs Lourdes Moreira dos Santos e Luiza Marilaque Moreira dos Santos corroboram as reflexões realizadas por Portelli (2006). Segundo o autor as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui informações que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só por meio dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.

Ainda segundo Portelli (2006), não existe fonte oral falsa, as fontes orais são críveis, mas com credibilidade diferente. A história oral nos leva a trabalhar com memória que requer um mergulho nas lembranças de muitas pessoas para até mesmo entender certos fatos que correspondem parte importante da história. A construção desta história passa por vários espaços e por relações envolvendo pessoas na sua infância e caracterizando esse tempo de ser criança.

A coletas dos depoimentos, transcritos ao longo deste capítulo, deu voz a duas mulheres. Tirá-las do anonimato por meio de suas narrativas sobre o cotidiano escolar vivenciado num contexto social muito peculiar. As palavras das informantes evidenciam o relevante papel da educação na ambiência escolar rural dos moradores da “esquecida” Vila São Pedro. Muitas dessas lembranças de infância marcam o presente da vida material dos sujeitos, senão vejamos as expressivas narrativas de Luiza Marilaque Moreira dos Santos:

Sacrifício porque a gente era muito pobre, então a gente passava assim, fome na escola, a gente não tinha roupas adequadas no frio, não tinha calçados

adequado, então o sofrimento foi grande para estudar, não se tinha condução que se tem hoje nas portas de casa, para levar até a escola, a gente ia a pé de manhã, com frio, com calor, com chuva, independentemente do tempo, então o sacrifício foi grande! (Luiza Marilaque, 29 de dezembro de 2017).

Le Goff (1990) trata de uma perspectiva de análise que impõe diálogos intensos entre ciências sociais e história, além de outras áreas como a antropologia, considerando campos distintos de produção científica, embora muito próximos em temas abordados. Os pressupostos dessa forma de pensar a história iluminam fatos escondidos, personagens à margem dos discursos e permite o levantamento de novas hipóteses, novos problemas e abordagens. São proposições que alcançam os estudos realizados no campo da história da educação.

Neste sentido, Le Goff (1990) afirma que a fonte indagada pelo historiador pode oferecer preciosas informações sobre a vida humana, em específico no trato com as questões educacionais, como no caso das Escolas Reunidas São Pedro, as quais foram protagonizadas pelas meninas que se movimentaram e participaram da vida material da antiga vila homônima. No entanto, a presente investigação visitou também outras fontes, sejam documentais, iconográficas, bibliográficas, memorialísticas ou na forma de depoimentos orais ou escritos. O uso das fontes, através das mãos do pesquisador e das lentes do historiador atento podem se transformar em documentos históricos e também traduzir a dimensão do tempo, compreensão do espaço e as práticas dos agentes dos sociais. A análise desse material permite observar a vida material dos agentes políticos, sociais e dos sujeitos anônimos presentes em determinada comunidade. A narrativa de Luiza Marilaque Moreira dos Santos, por exemplo, ajuda na construção de parte da história local, cujas evidências afloram disposições espaciais de cada edificação da época como, salão de festas, o coreto da igreja e o hospital:

A escola, ela ficava ali onde é o salão de festas da Vila São Pedro, um pouquinho mais próximo da estrada. Era uma escola de madeira, tinha uma área na frente, daí a gente dava uma volta pela lateral, daí atrás tinha uma cantina, atrás da escola. Eu lembro que saía assim (gestos) saía aqui, ia ali, e atrás tinha uma cantina. Tinha um coreto. O coreto tinha quando era festa, festa da igreja. Era em frente à escola, era de madeira também. Era do lado da escola, quase ali pertinho. O coreto pertencia a igreja, mais era do lado da escola. Tinha o hospital, que onde é hoje a casa e o salão das irmãs, era o hospital (Luiza, 29 de dezembro de 2017).

A partir da Nova História, extensão do advento dos Annales (a partir de 1929), ocorreu novas orientações e interpretações para a escrita da história, conforme se pode observar nas palavras de Justino Magalhães (2004, p. 58):

[...] compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. (MAGALHÃES, 2004 p. 58).

Outro aspecto relevante da operação historiográfica, refere-se, segundo Magalhães (2004), à visão sistêmica do particular, estabelecendo o limite do pensar, ligar-se ao geral e ao global por meio da racionalidade e do processo histórico. Compreender e explicar a realidade histórica é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a nos processos de uma comunidade região, território público e zonas de influência, sendo esta sua principal base de informação e de orientação.

Ancorados nos pressupostos de Magalhães (2004) procuramos compreender os processos investigativos que evocam a História da Educação, nos quais devem estruturar-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro histórico, por uma dialética de convergência/divergência e de uma (re) conceitualização espaciotemporal: nacional/universal, o regional o local, de forma que permitem representar a totalidade, em permanente relação e desenvolvimento (MAGALHÃES, 2004). Neste sentido, os processos investigativos não esgotam a problemática da descoberta de um sentido de processo histórico, valendo-se da dialética relação entre a materialidade, representação e apropriação. A partir de um marco teórico interdisciplinar, a construção do conhecimento acontece na medida em que se articula memórias, arquivos, em que se aprofunda o quadro de reflexão e de ação e em que se focaliza na dinâmica relação entre teorias e práticas.

Destina-se aqui, também, um esforço descritivo e interpretativo do repertório fotográfico coletado para compor a presente escrita, através das luzes emitidas por Burke (2004), a fim ler as “entrelinhas” das imagens e de utilizá-las como evidências históricas. Como qualquer tipo de fonte, as imagens não falam por si. Carecem de interpretação e, por vezes, desvelamento, pois conforme observou Burke (2004, p.43-44), “[...] imagens são feitas para comunicar [...] A prática da iconografia também implica uma crítica da pressuposição do realismo fotográfico em nossa ‘cultura de instantâneos’[...]”. O pesquisador que lança mão dessa fonte deve estar disposto e atento para interpretar para além do que os olhos veem e empregar uma crítica sobre a imagem.

As imagens fornecem evidências significativas e imperativas para a História Cultural de uma sociedade, pois revelam atitudes, modos, crenças, vida material, dentre outros indícios. Seria absolutamente irremissível, em uma investigação como esta, que conta com um acervo

iconográfico farto, não explorar as imagens para a construção da escrita histórica sobre a Escolas Reunidas São Pedro.

As imagens precisam ser tomadas, conforme ressalva Burke (2004, p. 46), para se “[...] recuperar experiências religiosas passadas, contanto que eles [os estudiosos] estejam aptos a interpretar a iconografia”. O mero escólio não basta, pois, para interpretar a imagem impõe-se a familiarização com os códigos culturais. Ou ainda, conforme coloca este teórico: “O enfoque iconográfico também pode ser condenado por sua falta de dimensão social, sua indiferença ao contexto social” (BURKE, 2004, p. 50).

Assim, trabalha-se com lembranças do tempo presente na vida dos depoentes e na participação desses como foi o caso dos relatos das alunas da Escolas Reunidas São Pedro. A presença da subjetividade seria um dos primeiros dilemas a serem travados, podendo ser percebida na relação do entrevistado com o entrevistador. Ambos têm uma intencionalidade nos encontros.

Todo material o pai comprava. Lápis né, porque não tinha caneta, não se usava caneta. Só usava, lápis, borracha, caderno, aqueles cadernos baratinho de brochuras, não tinha este caderno de espiral. Não tinha, só aquele caderno bem ruinzinho de brochura mesmo, livros não tínhamos acesso. A tabuada também, a gente tinha, era único que a gente tinha, o único que a gente tinha livrinho era a tabuada. Era uma tabuadinha bem fininha e pequenininha (gestos), tabuada tipo de mais, digamos assim, os livros não tinham acesso, as professoras escrevia tudo na lousa, e explicava, a gente copiava no caderno e fazia as lições. (Lourdes Moreira dos Santos, 27 de dezembro de 2017).

A narrativa da Lourdes Moreira dos Santos é recheada de recordações sobre seu momento escolar, emergem de suas memórias a imagem de alguns materiais escolares não gratuitos, como lápis, borracha e o caderno. Além disso, é possível, a partir desse relato, perceber as carências vivenciadas no universo de uma escola rural e as características dos objetos escolares utilizados cotidianamente, como o caderno de brochura de baixa qualidade e a falta de acesso aos livros, com o destaque para ausência de cartilhas e material paradidáticos. A informante traz imagens da lousa, do giz e dos poucos recursos disponíveis às professoras das Escolas Reunidas São Pedro. No Entanto, Lourdes Moreira dos Santos apresenta uma ressalva: a tabuada era distribuída gratuitamente e a escola era tida como a única forma de buscar melhores condições de vida. Na Figura 28 aparece a aluna Lourdes Moreira dos Santos no ano de 1966 abraçando carinhosamente seu caderno, qual seria a sensação do primeiro dia indo para escola, o porquê da roupa escolhida, apesar de ter poucos recursos, a importância do caderno, e a importância de se tirar uma foto em plena década de 1960, em uma comunidade rural, para

uma menina que conhecia pouco do que o mundo a lhe esperava, uma foto era um artigo de luxo, e esta foto marca uma passagem muito importante para a jovem Lourdes em seu primeiro ano escolar.

Figura 28: Aluna do 1º ano - 1966



Fonte: Arquivo Pessoal de Lourdes Moreira dos Santos (2019)

Por meio desse documento/monumento a memória está atrelada diretamente às pesquisas históricas, o tecer dos nexos entre fatos documentados e memória. Tudo isso liga-se ao cotidiano social, pois os documentos por meio da escrita recebem essas memórias, que são monumentos que retorna à sociedade como herança do passado. A esse respeito Felix (1988) engendra lapidar considerações:

Estudar memória, entretanto, é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não ditos, e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência das memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social. E, no campo das memórias subterrâneas, é falar também das memórias subterrâneas, é falar também nas memórias dos excluídos, daqueles que a fronteira do poder lançou à marginalidade da história, a um outro tipo de esquecimento ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social. (FELIX, 1988, p.45)

Le Goff (1990) afirma que a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade referente a um conjunto de funções psíquicas capaz de permitir ao indivíduo promover a atualização das impressões ou informações passadas ou (re)interpretadas como passadas. E enquanto a história representa fatos distantes, a memória age sobre o que foi vivido. Apesar de haver uma distinção entre memória e história, essas são inseparáveis, pois se a história é uma construção do passado do ponto de vista social, é também um processo de encontros paralelos em cada indivíduo por meio da memória.

A história das instituições escolares pode ser considerada uma abordagem que fomenta, no campo da história da educação, uma renovação metodológica e teórica ao trazer reflexões de trabalhos que tentam buscar a história que parte do particular da escola, ao buscar os aspectos relevantes, que de uma certa maneira, apresenta feições distintas da vida social daquele determinado grupo. Pois a instituição escolar, constitui de um conjunto de relações sociais, aos quais se instauram singularidades desse meio escolar, como seu funcionamento, materiais, administração, interpretação de diversos grupos que ali frequentaram.

Segundo Chartier (2009), as instituições educativas são organismos vivos, cuja a integração em uma política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional, é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico de automatização dos atores e o normativo democrático e político ideológico estruturantes. A instituição escolar tem inúmeras possibilidades de evolução, com objetivo de construção de uma identidade. Ou seja, despontam também como estratégia do fazer histórico da educação. Vejamos o que diz Chartier (2009) a este respeito:

[...] numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas 'ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi. Supondo em seu princípio a distância entre saber crítico e reconhecimento imediato, essa reflexão participa do longo processo de emancipação da história com respeito a memória e com respeito a fabula, também verossímil (CHARTIER, 2009, p.31).

Nesse sentido, o historiador tem como função a utilização de inúmeros métodos de pesquisa, não para fazer uma história totalizante do real, mas que se aproxima ao máximo do real, usando como fontes depoimentos, iconografias, memórias e documentos na construção do conhecimento histórico na perspectiva da narrativa. Este procedimento permite a descrição das representações dos sujeitos que viveram em um determinado espaço, como no caso específico das vivências de duas ex-alunas que fizeram parte da história das Escolas Reunidas São Pedro.

3.5 Escolas Reunidas São Pedro: Franciscanos na gênese da instituição

O procedimento de análise acerca do universo de uma instituição, tão bem definido por Julia (2001), permite ao pesquisador explicar a apropriação de distintas práticas culturais para a compreensão mais ampla da instituição educativa. Por isso a necessidade de se considerar as normas e os objetivos da instituição, os conteúdos ensinados, conforme sugere Julia (2001) em seu artigo “A Cultura Escolar como objeto histórico”:

[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. [...] Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p.11).

Para conferir identidade histórica a uma instituição, impõe-se a necessidade de eger algumas categorias de análises capazes de assegurar certa representatividade, como formas de pensamentos e de ações, ou ainda, modos de pensar e de agir no interior da comunidade local. Trata-se da tradição e habilidades, adquiridos a partir de processos formais de escolarização, desenvolvidos em sala de aula, em pátios de recreio ou a partir daqueles trazidos das culturas familiares, como também, do universo social externo às populações escolares (JULIA, 2001). Assim, categorias tais como alunos, professores e agentes administrativos, vinculam-se a outras categorias, como é o caso do espaço escolar, do cotidiano escolar, entre outras.

Conforme referido, a Escolas Reunidas São Pedro antes e depois de oficializada sempre esteve presente nas festividades em homenagem à pátria, comemorações imbricadas às comemorações religiosas promovidas pela Paróquia São Pedro. Como por exemplo: “dia 7 de setembro de 1959, as comemorações começaram oito horas com missa na Igreja Matriz com a presença de todos os alunos e professores, após a missa houve manifestação patriótica pelos escolares”. No Livro de Tombo consta também que no dia 5 de setembro de 1970, a Escola de São Pedro celebrou o Dia da Pátria e após as homenagens foi realizada a Missa para todos os alunos, acompanhada de uma festa na escola.

No ano de 1975 realizou-se na comunidade São Pedro o desfile de sete de setembro do com uma nova fanfarra da escola, em que os alunos estrearam novos uniformes, com a

finalidade de ser o acontecimento nunca visto na região. Em 1978 o Jornal O Progressos trouxe publicada a programação das atividades desenvolvidas em alusão a semana da patria.

Semana da Pátria: Programa para hoje
 VILA SAO PEDRO - Escola Municipal de I Grau "Ruy Gomes".
 - 08:00 horas - Hasteamento da Bandeira Nacional;
 - Hino Nacional Brasileiro, pelos presentes;
 - Jogo voleibol - turma A x B. (JORNAL O PROGRESSO, nº2319, 01 de setembro de 1978, p.2)

A comunidade participava das comemorações e os organizadores tinham consciência de que o acontecimento era uma forma de integração, como por exemplo, as disputas esportivas era estratégia para a celebração do dia festivo nacional. Na Figura 29 vemos as celebrações do Dia Pátria, organizada pela igreja e por educadores locais, além da presença dos familiares para prestigiar seus filhos. O Sete de setembro era um momento único para toda comunidade. Os pais dos alunos compravam uniformes para seus filhos desfilarem, alguns com instrumentos musicais que compunham a fanfarra, que com suas balizas a frente, deixavam o evento mais atrativo e significativo na vida daqueles que vivenciavam aquele momento. O evento sempre contou com expressivo número de pessoas. As comemorações envolvia todos da comunidade.

Figura 29: Desfile de 7 de setembro da Escola Reunida São Pedro.



Fonte: Comissão de Revisão histórica de Dourados. Edição: Borba (2018).

As análises das práticas e representações sociais concernentes às Escolas Reunidas São Pedro fazem emergir o cotidiano, as vivências da comunidade e as distintas formas representações. Em Chartier (1990, p. 17), as representações são definidas conforme jogos de interesses de grupos:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

As memórias, entendidas como formas de representação, podem servir aos projetos de construção identitária de grupos ou segmentos sociais, legitimando práticas homogeneizadoras culturais, delimitando diferenças. Em Chartier é possível apreender discursos sobre práticas e representações “[...] produzem estratégias e práticas sociais, que [...] tendem a impor uma autoridade à custa de outra, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p.17).

Figura 30: Desfile 7 de Setembro de 1969



Figura 31: 7 de Setembro de 1969



Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1 - Organização Borba (2019)

As figuras 30 e 31 retrata como um importante evento, mexia com a vida de todos, levando sua relação com a organização do espaço, as imagens mostra que o lugar que acontecia o grande desfile era perto da escola e da igreja, todos com trajados com uniformes e marchando para relembrar a Independência do Brasil.

Era costume de todas as quintas feiras desde o ano escolar de 1969 o vigário, ou um padre presente, rezar uma missa no período matutino e no período vespertino era dedicado à

prática do catecismo. Em festas católicas também havia missa na escola, assim que no dia 19 de março de 1970 se comemorou o dia de São José junto com os alunos. Em seguida, no mês de abril, foi festejada a Páscoa na Escola de São Pedro. Os acontecimentos da região estavam, portanto, sempre ligados à igreja.

O dia 30 de maio de 1971 houve a Festa de Pentecostes e Jubileu de Prata da Irmã Clara – Celebramos hoje com toda solenidade a Festa de Pentecostes em Vila Vargas, e depois aqui na Matriz o Jubileu de Prata da Irmã Clara do hospital de Ns Senhora de Fátima uma missa solene e uma assistência de muita gente de Dourados e de Campo Grande, espet Zenilda e irmãs. Houve também coroação de Ns Senhora, , festinha na escola, e banquete no qual o Senhor Bispo Dom Teodoro esteve presente. (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, p.121)

No dia 1 de março de 1974, um dia triste para todos nós de Vila São Pedro, pois a nossa Irmã Clara, “ Mãe” para 6 mil partos, nestes 18 anos aqui no hospital, vai embora e o Hospital Ns Senhora de Fátima vai se fechar! Só Deus pode agradecer e pagar a Irmã que ela fez neste tempo aqui. (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, p. 140).

A influência da Igreja na vida das pessoas alcançava o comportamento das famílias, conforme se observa num registro sobre a visita pastoral que o Bispo Diocesano de Dourados Carlos Schimit, em 21 de outubro a 23 de novembro de 1967:

Nas pregações procurei acentuar a necessidade da vida cristã, nas famílias. Para este fim fiz conferência especializado a casados e solteiros e recomendei ao povo em geral, em observância ao domingo, a recepção a comunhão pascal, contração do matrimônio legítimo, fuga do espiritismo e oração comum na família (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, p. 81).

A presença da Igreja na vida dos estudantes e demais moradores explica-se porque grande parte da população era analfabeta e os padres e irmãs dispunham de formação acadêmica, sendo reconhecidos como detentores de conhecimento. Nesse sentido, passavam conhecimento para as famílias valendo-se da crença e disseminação dos preceitos católicos. Além disso, como catequistas, os religiosos usavam a escola em suas práticas. Frei Francisco sempre era convidado para ser paraninfo de turmas de todas as escolas pertencentes aos cuidados da Paróquia São Pedro.

Segundo os depoimentos de Maria Sonia do Anjos, Lourdes Moreira do Santos e Luiza Marilaque dos Santos, além dos registrados no Livro de tomo e observados em algumas fotografias, era tradição da Escola Reunida São Pedro, até 1979, a realização de formaturas dentro da igreja. Primeiro se rezava uma missa e após esse ato era entregue o certificado de conclusão da quarta série (Figura 32 e 33).

A questão era sim, todo ano tinha uma turma que se formava, as pessoas que se formava, a festa de formatura, na época, não era um baile de formatura, era uma missa na igreja, onde as professoras entravam com os alunos formandos, sentavam todos lá na frente, cada aluno que era chamado levantava o padrinho junto, ia lá na frente, pegava o diploma, entregava para o aluno e normalmente um presente junto, os padrinhos sempre levavam um presentinho, depois que entregavam todos os diplomas, normalmente tinha uma missa, e era encerrado ali (Luiza).

A formatura era um evento esperado, assim como a festa de alusão a São Pedro, momento em que toda a comunidade se reunia para celebrar a vitória dos seus filhos. A festa transforma-se num importante o momento de convivência. As crianças ficavam ansiosas, pois era o momento de ganhar presente, de usar roupa nova, de farta comida, brincadeiras e de reunião das famílias. Com o término do ciclo primário, muitos seguiam para outros centros urbanos para dar continuidade aos estudos. Outros permaneciam na vila para continuar sua rotina no campo. As Figuras 32 e 33 retrata a primeira participação do Frei Francisco na formatura da quarta série do ano de 1969.

Figura 32: Formatura de 1969



Figura 33: Formandos na Igreja



Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1 - Organização Borba (2019)

As Figura 34 e 35 mostra a última formatura da Escola Reunida São Pedro no ano de 1978, antes de mudar para o novo prédio situado na outra margem da BR163. Ao fundo está o altar da igreja matriz e, no primeiro plano, consta a presença do diretor, à época Professor Mario Nishimura.

Figura 34: Formatura 1978**Figura 35: Entrega de certificado - 1978**

Fonte: LIVRO DE TOMBO, vol. 1 - Organização Borba (2019)

Estabelecia-se a relação harmônica entre igreja e sociedade civil. A maioria dos eventos aconteciam nos terrenos da igreja Matriz, sendo ela pioneira no oferecimento de educação e de saúde para uma população analfabeta e semianalfabeta. A fé e o respeito aos padres e irmãs religiosas fazia da Igreja o símbolo do conhecimento acerca da política, da sociedade, da cultura e das causas espirituais. As reflexões de Magalhães (2004) evidenciam o papel das instituições educativas:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Enfim, entendemos que memória, seja ela individual ou coletiva, contribuem para explicação acerca da construção identitária local ou regional (HALBWACHS, 2004).

3.6 Uma escola municipal de grande fôlego

A partir da municipalização das Escolas Reunidas São Pedro, o governo começou a observar a região de forma diferente, pois havia se construído o complexo urbanizado de edificações da paróquia, lugar este destinado à realização de eventos de formações continuadas para professores. Em 15 de fevereiro de 1978, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

(SEMEC) promoveu curso para 145 professores e mais 50 candidatos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁸ que se hospedaram nas dependências do Cursilho do Distrito.

Os objetivos do curso foram as orientações aos professores municipais no ramo da Pedagogia, ou seja, no ensino das crianças; orientação aos professores do MOBRAL no ramo da Pedagogia, ou seja, no ensino aos adultos. Os professores também foram orientados no sentido utilizar o "Guia do Professor", material editado e criado pela SEMEC. Com isso era possível atender a demanda dos inúmeros professores da rede municipal que procuravam a SEMEC, no sentido de obterem informações das atividades que deveria seguir no ensino aos seus alunos, com orientação de ensino até a 4ª série do 1º Grau.

O Prefeito Jose Elias Moreira, atendendo convite que lhe fora formulado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Dra. Lori Alice Gressler, recebeu ontem na vila São Pedro, onde está sendo ministrado um curso para os professores de rede municipal, visando dar uma maior orientação didática, para um melhor aproveitamento escolar por parte dos alunos municipais. O Eng. Jose Elias compareceu ao local, acompanhado de seu chefe de gabinete e de seu assessor de Imprensa oportunidade em que falou para mais de 160 professoras, lembrando da importância da educação em seu governo e qualificando a criança como meta de prioridade, disse que em sua administração está adotando o município de uma melhor rede de ensino, tanto que uma de suas principais medidas, que revela o cuidado que está sendo dispensado para a educação foi um aumento de 300% nos vencimentos dos professores. Disse também o Prefeito Municipal, que em seu plano de governo, está incluído a construção de novas escolas, mas sempre tomando o cuidado de levar professores em condições para o magistério, pois no seu entender, de nada vale uma sala de aula sem o seu professor. Finalizando a visita do Prefeito ao Curso, funcionários lotados na assessoria de Imprensa apresentaram áudio-visual das principais realizações da administração Jose Elias Moreira, na cidade e no campo (JORNAL O PROGRESSO, nº 219, de 17 de fevereiro de 1978, p. 9).

A SEMEC era bem atuante no desenvolvimento de eventos que movimentassem a cidade de Dourados-MT. Isto se expressa quando o referido órgão promoveu em 1978 um Coral Juvenil, com alunos da rede municipal, com idade oito aos doze anos. Este coral foi regido por Stella Cuttin Siqueira, que fazia excelente trabalho junto ao Coral da Igreja Presbiteriana.

Alunos da escola municipal de Vila São Pedro participaram do coral. Nesta oportunidade fizeram reflexões sobre a importância da arte na sociedade, com destaque para os alunos das escolas. A arte fazia parte da vida social na medida em que expressa vivências,

⁸ Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. O programa foi extinto em 1985.

emoções e sentimentos das pessoas. Corais, bandas, museus, teatros exposições, enfim, todas as manifestações artísticas merecem estímulo e apoio das autoridades municipais, a exemplo do Governo Federal, através de órgãos como a FUNARTE, SNT, INM.

Além de proporcionar a participação das crianças, a SEMEC, nesse período, atuava intensamente na vida dos funcionários e promovia cursos em diversos segmentos para aperfeiçoamento profissional, conforme ocorrido de 27 de fevereiro a 10 de março daquele ano, quando ocorreu Curso para Auxiliares de Biblioteca. Além de cursos, havia necessidade de ver o aluno alimentado, por isso também neste período a prefeitura começou a desenvolver junto à SEMEC um projeto de hortas que abrangeu também a escola municipal do Distrito São Pedro.

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, desenvolvendo um trabalho que visa a implantação de hortas nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, destinadas à complementação da merenda escolar, procedeu a entrega de telas (de arame), destinadas à construção e demarcação dos canteiros.

A distribuição dos materiais, à cargo da Divisão de Promoção do Educando daquela Secretaria, beneficiou 09 estabelecimentos de ensino municipais, com o trabalho devendo ser estendido 1 mais 41 escolas, nos próximos dias.

AS ESCOLAS

O material destinado à construção das hortas foram entregues às seguintes escolas:

- Escola Municipal de I Grau “Joaquim Nabuco”, do Distrito de Indápolis;
- Escola Municipal de I Grau “Milton Rocha”, da Vila São Pedro;
- Escola Municipal de I Grau “Rosalvo Pereira dos Santos”, de Vila Vargas;
- Escola Municipal de I Grau “Padre Anchieta” de Vila Formosa;
- Escola Municipal de I Grau “Coronel Fermino Vieira”, do Distrito de Macaúba;
- **Escola Municipal de I Grau “Ruy Gomes”, de Vila São Pedro;**
- Escola Municipal de I Grau “Marcelino Pires” do Distrito de Indápolis;
- Escola Municipal de I Grau “Joana da Silva Mota”, do Distrito de Douradina;
- Escola Municipal de I Grau “Ramão Tomáz Osório”, do Distrito de Indápolis. (JORNAL O PROGRESSO, nº 2331 de 22 de setembro de 1978, p.2)

A Escola da Vila São Pedro também participou do projeto de horta oferecido pela SEMEC. A maioria das escolas deveria desenvolver o referido projeto para incrementar a merenda escolar. A atividade traria benefício à criança por meio de uma alimentação saudável, conseqüentemente, ampliaria seu rendimento escolar. A partir do momento da municipalização da escola Reunida São Pedro, ocorreu aumento da oferta de estudo. A partir daí o aluno saía da escola apenas a partir da 8ª série, completando o 1º Grau no próprio Distrito.

A degradação é algo natural, e o prédio da escola de madeira não acomodava todos os alunos, fora a questão de travessia da BR 163, que colocava a vida das crianças em risco. A comunidade em observância a esses motivos, montou uma comissão de líderes da Vila São

Pedro, acompanhado do Vereador Saul Freire do antigo partido ARENA, para audiência com o Prefeito José Elias Moreira, no sentido de reivindicar mais uma escola no distrito. O prefeito junto com seus assessores fez uma explanação aos presentes acerca de um Projeto elaborado pela SEMEC, em tramitação pelo MEC, com objetivo de solucionar o problema de ensino na cidade e no campo.

Após muitas reivindicações o prefeito autorizou o início da construção do novo prédio da então escola, afirmando que a educação de qualidade era uma das metas do seu governo, conforme ressaltou o Jornal O Progresso, em matéria publicada.

Comentando a decisão do Governo do Estado Mato Grosso do Sul⁹, de destinar recursos para a construção de mais 24 salas de aula no Município, o Prefeito José Elias Moreira confirmou a educação como uma das metas prioritárias de sua administração. Com o objetivo de reduzir a carência verificada no número de vagas existentes nas escolas pertencentes à rede municipal de ensino, a Administração José Elias Moreira, em dois anos de mandato, construiu e entregou a população nove salas de aula espalhadas por todo o Município. Além disto, estão em fase final de construção mais quatro salas na Vila São Pedro e duas salas na Vila Industrial, perfazendo um total de 15 novas salas de aula em Dourados.

Escola da Vila São Pedro está em fase final de construção

Encontra-se em fase final de construção, a nova Escola Municipal que está sendo edificada pela Administração José Elias Moreira, na localidade de Vila São Pedro.

O novo estabelecimento de ensino, com obras desenvolvidas pela firma Sild Engenharia Ltda., compreende quatro salas de aula, sala para Diretoria, sala de professores, cantina, instalações sanitárias e uma moderna quadra de esportes, polivalente, pavimentada.

VISTORIA

Nesta semana, o Secretário Municipal de Viação e Obras, Valdemir Barbosa de Vasconcelos, esteve na Vila São Pedro, vistoriando o acabamento do novo prédio escolar.

META A ampliação da rede escolar douradense é uma das metas do Prefeito José Elias Moreira, com a finalidade de levar o ensino à todas as crianças de nosso Município.

INAUGURAÇÃO O Prefeito José Elias Moreira deverá marcar nos próximos dias a data da inauguração do novo estabelecimento de ensino construído pela sua Administração, na localidade de Vila São Pedro. (JORNAL O PROGRESSO, nº 2456 de 07 de junho de 1979, p. 3).

A solenidade de inauguração da Escola Municipal de Primeiro Grau Ruy Gomes ficou definida para o dia 30 de junho de 1979, às 16:00 horas, no pátio da referida da escola. O novo estabelecimento de ensino era composto de quatro salas de aula, dependências administrativas,

⁹ Com o processo de divisão do estado do Mato Grosso em duas unidades federativas, ocorreu a fundação do Mato Grosso do Sul. Esse processo ocorreu no dia 11 de outubro de 1977 com a sanção presidencial de Ernesto Geisel, então comandante da ditadura militar que governava o Brasil desde 1964. A divisão em questão só foi concretizada efetivamente em 1º de janeiro de 1979.

cantina, instalações sanitárias e uma quadra de esportes, polivalente, totalmente pavimentada. A inauguração da nova Escola Municipal foi de encontro a uma antiga aspiração da população do Distrito, uma vez que os estudantes da Vila São Pedro, para irem à Escola, tinham que atravessar a BR-163, o novo prédio além de oferecer o ensino em melhores condições, poderia, agora, oferecer segurança aos pais e alunos.

No dia 26 de junho de 1979 a Prefeitura preparou a população para a inauguração da Escola Municipal de Vila São Pedro enviando o Chefe de Gabinete da prefeitura Luiz Antônio Alvares Gonçalves. Este manteve contato com as Secretarias Municipais de Viação e Obras e Educação e Cultura, ultimando os preparativos para a inauguração do novo prédio da escola. A solenidade foi presidida pelo Prefeito José Elias, que convidou toda população douradense para prestigiar o surgimento do novo estabelecimento de ensino.

Como era de grande expectativa a inauguração do novo prédio, na tarde do dia 28 de junho de 1979, o Prefeito José Elias Moreira foi até o distrito, e realizou a última vistoria na Escola Municipal de 1º Grau Ruy Gomes, construída na Vila São Pedro, antes de sua inauguração, que foi realizada no sábado posterior à visita. Em companhia do Secretário Municipal de Viação e Obras Valdemir Barbosa de Vasconcelos, o prefeito verificou se tudo estava pronto para a inauguração.

No dia 30 de junho de 1979, o prefeito José Elias inaugurou mais uma escola municipal e ampliou a rede municipal. A solenidade teve início às 16:00 horas, contou com a presença de Secretários e Assessores Municipais, Vereadores, autoridades convidadas e lideranças políticas da região beneficiada.

Anteriormente, a Escola Municipal de 1º Grau Ruy Gomes funcionava precariamente em uma construção de madeira. A partir daí, emergiu com a construção do novo prédio escolar, interior do Distrito e à direita da BR-163. Foi um dia de festa na Vila São Pedro, com a presença da população, para receber a nova Escola Municipal do Distrito.

A INAUGURAÇÃO

A solenidade de inauguração da nova Escola Municipal foi iniciada com o Hasteamento das Bandeiras Nacional, pelo Prefeito José Elias Moreira; Estadual, pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ramão Moacyr da Fonseca; e do Distrito de Vila São Pedro, pelo Capitão Ivan Cosme, Comandante do 3o. Esquadrão de Fuzileiros. Dando sequência à solenidade de inauguração, fizeram uso da palavra a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Lori Alice Gressler; o Diretor da Escola Municipal de 1o. Grau “Ruy Gomes”, Professor Mário Nishimura; o representante da comunidade. Sr. Jovir Perondi, que fez um agradecimento, enaltecendo as realizações da Administração Municipal, quanto na cidade como no campo; o Sr. Perciliano Bueno Cavalheiro, ex-Vereador, que em suas palavras destacou “ser esta a

primeira vez que Vila São Pedro e toda a zona rural está recebendo os benefícios da Administração Municipal”. Também fizeram uso da palavra, enaltecendo a obra inaugurada, o Professor Ivan Araújo Brandão, Delegado Regional de Educação e Cultura; o Vereador Roberto Djalma Barros, Líder da Arena na Câmara Municipal; o Vereador Mariano Cândido de Arruda; e o Vereador Presidente, Ramão Moacyr da Fonseca. (JORNAL O PROGRESSO, nº 2456 de 30 de junho de 1979, p. 3).

Por último, usou da palavra o Prefeito José Elias Moreira, dando por inaugurada a nova Escola Municipal. O Chefe do Executivo douradense agradeceu a compreensão que o povo de Vila São Pedro dispensava à sua Administração e enfatizou que a inauguração confirmava a educação como uma das metas prioritárias de sua Administração. Após os discursos, os alunos da Escola Municipal de Vila São Pedro realizaram um Jogral; entoaram o Hino Estudantil; e prestaram homenagens, com entrega de flores ao Prefeito José Elias Moreira e à Secretária Municipal de Educação e Cultura, Lori Alice Gressler. Em seguida, a Sra. Gerolina Carvalho Santos, representante das mães da comunidade do Distrito, agradeceu ao Prefeito douradense.

A placa inaugural da nova Escola Municipal foi descerrada pela Secretária de Educação Lori Alice Gressler, e pelo Diretor da escola, Professor Mário Nishimura. Após o corte da fita inaugural pela Sra. Anair Dutra Calheiro, antiga moradora, e pelo Sr. José Lopes, Presidente da Associação de Pais e Mestres, foi realizada visita às novas instalações, com bênção religiosa celebrada pelo Frei Hugolino Becker. A última solenidade, já à noite, foi a inauguração da moderna quadra de esportes polivalente da Escola Municipal, com a realização de um jogo de futebol de salão entre as Seleções de Vila São Pedro e de Vila Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[Entre as décadas de 1970-1990] Elegia-se a região como lócus privilegiado de observação, problematização e análise não como recorte geográfico determinado por características físicas, mas pelo passado vivido que se prolonga no presente, deixando suas marcas (LINHARES, 1979).

[...] pessoas anônimas que jaziam adormecidas nas caixas e livros dos arquivos, [puderam] ser (re)compostas e (re)escritas (VOLPATO,1993).

Custa-nos muito colocar um ponto final nesta pesquisa que consideramos instigante, permeada de informações e lembranças. Sem modéstia recorreremos às palavras de Joaquim da Costa Siqueira, antigo e ilustre cronista de Mato Grosso, datadas de 1778:

Se não te agradar a leitura por falta de eloquência e erudição, nem por isso te faças Aristarco, porque eu não desconheço a fraqueza do meu talento. Se te parecer fastidioso o methodo, não deixeis por isso de o ler, por que assim mesmo adquires o proveito de saber d'este novo mundo, que certamente ignora.

O pesar em abandonar momentaneamente a escrita histórica da colônia São Pedro e sua escola é neutralizado pela certeza de que esta história continua. Lacunas e silenciamentos ainda podem ser detectados em novas pesquisas, pois esta investigação abre oportunidades para abordagens ou questões não respondidas. Consideramos esta escrita uma contribuição para o avanço das pesquisas sobre história das instituições educativas, no campo da História da Educação. Procuramos cumprir a proposta inicial de pesquisa dentro da limitação espaço-temporal, mas não conseguimos escapar das redes de relações que compõem qualquer direcionamento da construção de um olhar histórico. E é pelas inúmeras malhas dessa rede que direcionamos os olhares para a compreensão da escola em seus espaços, tempos, culturas e significações. Ledo engano achar que não deixamos lacunas abertas para que outros pesquisadores possam palmilhar nos caminhos que ousamos abrir. Realizamos uma investida no campo da história cultural, das práticas culturais e do universo social onde se instalaram as Escolas Reunidas São Pedro, naquele recuado tempo de seu surgimento. Nesse percurso investigativo transitamos pelos lugares da memória escolar, detectando os dispositivos escolares de transmissão de saberes, emoções e conhecimentos.

Elegemos algumas categorias de análises que norteou nossa investigação, como explicações sobre o surgimento da instituição, aspectos vinculados ao espaço físico do antigo prédio de madeira, características e quantitativos discentes e docente que vivenciaram o cotidiano escolar. A busca e a escrita contaram com documentos oriundos, principalmente, dos arquivos escolares e da imprensa local. A análise dos dados foi realizada a partir das categorias de análise explicitadas, considerando, em especial, as relações reflexivas entre o particular – as Escolas Reunidas da Vila São Pedro (1957-1979) – e o geral, o quadro histórico-escolar e social do país, na segunda metade do século XX. Em síntese, foi possível observar que esta escola teve historicamente, por um lado, suas singularidades centradas no universo rural-urbano, e por outro, representou o veículo propagador de ideais de desenvolvimento econômico, nascido como extensão da política nacionalista difundida desde o Estado Novo (1947-1945), com

objetivo de promover a integração territorial e de implantar o grandioso projeto geopolítico da Marcha para Oeste, voltado para ligar o litoral ao resto do país. A estratégia política era transformar o interior brasileiro numa região “vertebrada e próspera”. Daí a política de Colonização Agrícola no país e o investimento na educação com vista ao “progresso” social e econômico. A essência do pensamento geopolítico de Vargas conduziu ao programa de povoamento para o oeste nas décadas de 1930 e 1940. Estimulou-se a partir daí o espírito de unidade nacional, antigo ideal varguista

A documentação, as matérias jornalísticas, os materiais iconográficos e os depoimentos compulsados possibilitou informações sobre uma comunidade rural, influenciada pela Igreja Católica, sobretudo, a partir da criação da CAND, determinando o surgimento do Distrito de Vila São Pedro e as Escolas Reunidas São Pedro. Delineamos os três capítulos para analisar a instituição “Escola” e a instituição “Igreja” que, unidas, vieram a constituir a sociedade distrital de Dourados. Aportados no referencial de Michel de Certeau (1982) procuramos captar a história da escola, através da memória, no sentido de construir uma dinâmica versão local-regional-nacional e, assim, compreender parte da história da educação brasileira.

Foram inúmeras as contribuições dos franciscanos para sociedade sul mato-grossense, numa época de missões e educação em terras desconhecidas. Advindos de lugares distintos, com modos e culturas atuaram num lugar de árduo trabalho e desafio. A missão franciscana, valendo-se da política implantada na região e das carências educacionais, fez expandir sua influência, ainda presente no universo sócio cultural dos antigos colonos.

Os agentes micros (colonos, padres, comerciantes, professores, alunos), no âmbito da história, participaram ativamente da história da Vila São Pedro e de toda região que abrangia a CAND. Estes atores construíram escolas, hospital, igreja, salão de festas, trouxeram saneamento básico, ruas, casas, abrigo para pessoas carentes, entre outras ações. A partir da criação da Paróquia São Pedro Apóstolo, o distrito de Vila São Pedro se tornou ponto de referência para colonos que ali habitavam, pois padres e freis franciscanos tiveram um olhar diferenciado junto às autoridades competentes e trouxeram para a população possibilidades de instrução e cuidados com a saúde.

Não apenas a congregação masculina dos franciscanos, padres de distinta congregação (italiana) e missões católicas femininas oriundas da Alemanha representaram a esperança da comunidade que necessitava de atenção mínima de subsistência. Embora a Igreja estivesse à procura de novas vocações, não se pode negar sua luta constante de poder e doutrinação de parte da sociedade em favor da religião católica. “Paz e Bem”, *slogan* da campanha missionária franciscana, imprimia o ideal contrário à guerra, traduzia o propósito de ajuda e caridade como

objetivo claro de firmar-se no espaço sul mato-grossense. A Escola Reunida São Pedro surgiu como escola paroquial, atendendo os alunos daquela região. Logo depois, a Igreja percebeu que certas responsabilidades deveriam ser passadas ao poder público, já que havia transformado em escola estadual. Houve, portanto, a sistematização do ensino, mesmo se tornando estadual, pois a escola funcionava ao lado da igreja e a religiosidade estava presente no cotidiano dos alunos.

Evidencia-se a dinâmica interação entre Estado e Igreja, entre Paróquia São Pedro e Escolas Reunidas. Padres e Irmãs utilizavam as escolas para catequisar e preparar os alunos para os sacramentos. Os religiosos eram tratados como autoridades e sempre convocados a ocupar as mesas de honra. A escola estava em um ponto estratégico e, para estabelecer sua influência, a Igreja tinha participação efetiva nas formaturas, sempre seguidas de missas. Toda solenidade realizava-se no interior do prédio da igreja, onde tinha espaço para acolher a todos.

A institucionalização das Escolas Reunidas São Pedro, fortalecida com ajuda da Igreja, delegava a responsabilidade para o poder do estado, e este passava a determinar os rumos da Educação Primária voltada à qualificação de filhos dos colonos. No entanto, o espírito institucional era erguer uma escola de acesso a todos. Aos poucos a Igreja se retirou de assuntos de responsabilidade do poder público e passou a cuidar apenas da parte religiosa.

Entendemos que faltam pesquisas sobre o conjunto de transformações ocorridas no Brasil nos últimos 50 anos do século XX, envolvendo as demandas internacionais e regional do trabalho. Observamos que Mato Grosso apresentava-se, mesmo na segunda metade do século XX, por sua localização e passado histórico, como espaço de contradições entre o imaginário de “atraso” e de “progresso”.

A pesquisa foi proposta inicialmente para cumprir deleite pessoal. Porém, diante das fontes disponíveis e a carência de produção acadêmica sobre o tema, pudemos sentir a necessidade de cumprir papel social junto ao espaço que acolheu a comunidade de colonos, onde a família dos Lopes dos Santos teve participação efetiva. As lacunas ainda existentes sobre o tema estimulam pesquisas futuras em torno do binômio Educação e Missão, da escolarização no espaço rural douradense, em se tratando de escola isolada. Durante todo processo de investigação ficou claro, tanto nos depoimentos como nos documentos reunidos na escola e nos arquivos locais, que a Igreja esteve presente, seja na figura de professores como de missionários, como em todas os modelos de escola na região distrital.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Eliane Maria. *Escola Franciscana Imaculada Conceição: História a Instituição educativa na Grande Dourados, Sul de Mato Grosso (1955-1975)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2018. [Orientadora: Prof.^a Dra Maria do Carmo Brazil].
- BARROS, Aparecida Maria Almeida. *No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2010.
- BORGES, Rozângela Soares Grangeiro. *História da disciplina de biologia educacional no curso de magistério da Escola Dom Bosco de Indápolis, distrito de Dourados/MS (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2010. [Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra Cristina Furtado].
- BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai. O caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) 1940-1970. *Revista Educação, teoria e prática*. Rio Claro, v. 15, n.1, p. 1-26, jan./abr. 2012.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Unicamp: Campinas: 2001. Tese de Doutorado em Educação.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Arte de Fazer*. Tradução de Efhraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CIGOLINI, A. *Território e Criação de Municípios no Brasil: Uma abordagem históricogeográfica sobre a compartimentação do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2009.
- DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ELSING, Jorge. *Entre os rios Paraguai e Paraná: Experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*. Campo Grande-MS. Edições Loyola, 1988.
- ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920 a 1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2009. [Orientadora: Prof^o Jerri Roberto Marin].

FELIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo:Ediupf, 1988.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, 1968.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, E. C. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., D.; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2005, p. 71-90.

GOTTMANN, J. The Significance of Territory. The University Press of Virginia, 1973.
GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: Destaque ao município de Dourados*. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

IRALA, Clovis. *Educação rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942 - 1982)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. [Orientadora: Profa. Dra Alessandra Cristina Furtado].

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº. 1. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande-MS. Editora Loyola, 1988.

LE GOFF, Jacques. Memória. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEMOS, Amália Inês G. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria E (org). *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p.433 – 443.

LINHARES, Maria Ieda. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

MARIN, Jerry Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN (org.). *Religiões e identidades*. Dourados, MS: UFGD, 2012. p. 103-130.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira- a degradação do outro nos confins do humano*. 2 ed. Revisada. São Paulo. Contexto, 1997.

MELO, Taciana Santiago de. *Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar; frades alemães no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília, 2014.

OLENIKI, Marilac Loraine da Rosa. *O modelo de formação pedagógico e a formação do professor no Ensino Religioso na associação franciscana de ensino Senhor Bom Jesus*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2003. [Orientador: Sergio Rogério Azevedo Junqueira]

OLIVEIRA, Benicia C. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)* 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

PEREIRA, Aline Cerutti. *Representações franciscanas: o padroeiro reformador na paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

PIAIA, Ivone Inêz. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá- MT, Editora da Universidade de Cuiabá, 1997.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SÁ, Elizabeth Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SANTANA, Josineide Siqueira de. *Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)*. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2011.

SANTOS, Claudete Soares. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)* – Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal da Grande Dourados –UFGD, 2007.

SCHWARTAMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Ed. UNB, 1982, p.21. (Arquivo Gustavo Capanema).

SILVA, Edilaine dos Santos. “*Pela Luz e Civilidade*”: *História da Educação Primária na Bahia através da construção de Escolas Reunidas entre 1920 e 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. [Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabete Conceição Santana].

SILVA, Jovam Vilela. *A divisão de Mato Grosso: uma visão histórica*. Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1996.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v. 4, 1984.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Chronica de Cuyabá. São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 13. 1975.

SOLIDADE, Wilker. *Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015. [Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil].

VALDEZ, Fanny Silva. *Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017. [Orientadora: Maria do Carmo Brazil]

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938-1944, 10 vols.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

ZAVALLONI, Roberto. *Pedagogia Franciscana, Desenvolvimento e Perspectivas*. Editora Vozes – FFB, 2000.

Depoimentos

José Lopes dos Santos . *Depoimento* (Julh. 2014). Concedido ao pesquisador Marcel dos Santos Borba. Dourados –MS, 2014.

Lourdes Moreira dos Santos Borba. *Depoimento* (Dez. 2017). Concedido ao pesquisador Marcel dos Santos Borba. Dourados –MS, 2017.

Luiza Marilaque dos Santos Sales. *Depoimento* (Dez. 2017). Concedido ao pesquisador

Marcel dos Santos Borba. Dourados –MS, 2017.

Maria Sonia dos Anjos. *Depoimento* (Abr. 2019). Concedido ao pesquisador Marcel dos Santos Borba. Dourados –MS, 2019.

Impressos

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 23 de setembro de 1967.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 21 de abril de 1976.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 01 de setembro de 1978.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 17 de fevereiro de 1978.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 22 de setembro de 1978.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 07 de junho de 1979.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 30 de junho de 1979.

Documentos Oficiais

BRASIL. Constituição Federal de 10 de Novembro 1937.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941 - Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.

CONGRESSO NACIONAL. Consulta de Legislação. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em 10/09/2018

DOURADOS. Lei Estadual 661/53– Eleva o povoado de Itahum a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 150/48 - Eleva o povoado do Guaçu a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 119/58 - Eleva o povoado da Picadinha a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 1.207/58 - Eleva o povoado de Panambi a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 2.102/58 - Eleva o povoado da Vila São Pedro a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 2.101/63 - Eleva o povoado da Serraria a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 2.092/63 - Eleva o povoado da Vila Vargas a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Lei Estadual 325/82 - Eleva o povoado da Formosa a Distrito de Dourados.

DOURADOS. Decreto-Lei 70 de 9 de outubro de 1946 – Regulamenta o funcionamento das Colônias Agrícolas de Dourados.

DOURADOS. Lei 955 DE 20 DE OUTUBRO DE 1.976 - Delimita perímetro urbano da sede do Distrito de São Pedro.

DOURADOS. Decreto N. 569/76 - Dispõe sobre a criação de uma Escola Municipal de 1.º Grau, na sede do Distrito de São Pedro.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá: [s.n.], 1910.

MATO GROSSO. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá, [s.n.], 1927.

MATO GROSSO. Decreto 226 de 23 de Dezembro de 1938 - institui esta Interventoria normas relativas ao ensino primário nas escolas particulares em Mato Grosso.

MATO GROSSO. Lei n.º 658 de 18 de maio de 1914 – Elevação do povoado à Distrito de Paz de Dourados.

MATO GROSSO. Decreto nº. 30 de 20 de dezembro de 1935 - Elevação do Distrito à Município de Dourados.

Crônicas, memórias, produções literárias, viagens

DOURADOS. *Livro de Tombo da Paróquia de Vila São Pedro/ Dourados de 1955- 2012*. 1º volume, 300 páginas.

Sites

DIAS, Amália. Escolas Isoladas e práticas de seriação: Experiências Híbridas (1929-1949). *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 233-260, abril/junho 2016. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>, acesso dia 05/06/2018.

FERNANDES, M.D.E.; FREITAS, D.N.T. Percursos e Desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. *Rev. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG*, 29 (1): 43-62, jan./jun. 2004. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/1331/1367. Acesso em 23/08/2018.

FRANCISCANOS. Província da Imaculada Conceição do Brasil. Ordem *Franciscana*. Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/historia_fran/ordem.htm. Acesso dia 06/04/2019

GOUVEA, Maria Cristina; SOUZA, Rosa Fátima. Dossiê: Escolas Isoladas e Reunidas: A Produção da Invisibilidade. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 229-231, abril/junho 2016. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>, acesso dia 05/06/2018.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes Franciscanas: Fontes Franciscanas: Historiografia Clássica da Ordem no Brasil Colonial. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas-SP, n.41, p.

125-135, mar. 2011. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>, acesso dia 30/05/2018.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes Franciscanas: Fontes Franciscanas: Historiografia Franciscana Brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas-SP, n.42, p. 23-38, jun. 2011. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>, acesso dia 30/05/2018.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes Franciscanas: Os Franciscanos na historiografia do Brasil e a História da Educação Brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas-SP, n.43, p. 254-267, set. 2011. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>, acesso dia 30/05/2018.

JUNIOR, Jaime Ribeiro de Santana. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. *Geografia* - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

KANTOVITZ, Geane. Irmãs Catequistas Franciscanas: Entre a rigidez e o carisma (Sc, 1935-1965). *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá-PR, v. 18, 2(48), p.1-26, 2018. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>, acesso dia 05/06/2018.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues. Escolas Reunidas: Um modelo entre as Escolas Isoladas e os Grupos Escolares em Mato Grosso. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas-SP, n° 61, p. 290-305, mar. 2015. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>, acesso dia 29/05/2018.

TOLEDO, César de Alencar de; BARBOSA, Marcos Ayres. Aspectos Pedagógicos da Procissão de Cinzas da Ordem Terceira de São Francisco no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá-PR, v. 14, n. 2 (35), p. 301-307, maio/ago. 2014. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>, acesso dia 05/06/2018.